

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL: A IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO E
INTERIORIZAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**

PEDRO CLEI SANCHES MACEDO

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL: A IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO E
INTERIORIZAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**

PEDRO CLEI SANCHES MACEDO

Sob a Orientação do Professor
Flávio Anício Andrade

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Setembro de 2014

373.246

M141e

T

Macedo, Pedro Clei Sanches, 1978-

Educação profissional e desenvolvimento territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá / Pedro Clei Sanches Macedo. - 2014.

99 f.: il.

Orientador: Flávio Anício Andrade.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2014.

Bibliografia: f. 92-95.

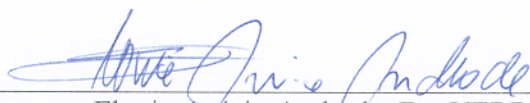
1. Ensino profissional - Teses. 2. Ensino profissional - Brasil - Teses. 3. Escolas técnicas - Brasil - Teses. 4. Planejamento regional - Amapá - Teses. 5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - História - Teses. I. Andrade, Flávio Anício, 1968- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

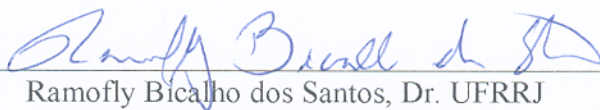
PEDRO CLEI SANCHES MACEDO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/09/2014.



Flavio Anício Andrade, Dr. UFRRJ



Ramofly Bicalho dos Santos, Dr. UFRRJ



Alvaro de Oliveira Senra, Dr. CEFET-RJ

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo: interrogar, escutar, responder, concordar etc. Neste diálogo o homem participa todo e com toda a sua vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, com o corpo todo, com as suas ações. Ele se põe todo na palavra, e esta palavra entra no tecido dialógico da existência humana, no simpósio universal.

Mikhail Bakhtin

Aos meus familiares e amigos pelo incentivo e por acreditarem na minha capacidade para ultrapassar mais esse desafio.

À Taiana, minha esposa, companheira e maior incentivadora. Aos meus filhos João Pedro e José Henrique, que são frutos de uma semente plantada por este amor.

Aos meus Pais: Pedro Moreira Macedo (in memoriam) e Dalice Sanches Macedo pelo incentivo e exemplo de vida.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

Ao meu pai, que não mais está fisicamente presente, mas que com sua simplicidade me ensinou muitas lições.

À minha mãe que sempre me incentivou a estudar.

À minha esposa, Taiana, companheira fiel de todos os momentos.

Aos meus filhos João Pedro e José Henrique, pela carinho e compreensão.

Aos meus irmãos Paulo, Alex e Darlene, que sempre me apoiaram.

Ao professor Flávio Anício Andrade, meu orientador, pelas conversas e orientações, e também, pela maneira gentil que sempre respondeu minhas inquietações.

Aos professores Ramofly Bicalho e Alvaro Senra, pelas orientações da Banca de Qualificação. Suas orientações foram fundamentais para a condução deste trabalho.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que fizeram parte da minha caminhada de formação. Meus agradecimentos pelas mais diversas formas de contribuição.

Aos colegas de curso de Mestrado pelas trocas e informações, especialmente Lucilene Melo e Jorge Emílio, companheiros inseparáveis e a colega de trabalho Maryele Cantuária, pelas orientações e inferências. O companheirismo, parceria e incentivo foram fundamentais.

Aos servidores do IFAP, que direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste Mestrado, em especial, aos que prontamente, aceitaram participar desta pesquisa.

Ao Reitor Pró-tempore do IFAP, professor Emanuel Alves de Moura, e às Diretoras dos câmpus Macapá e Laranjal do Jari, Marialva Almeida e Angela Utzig, pela receptividade, e contribuição com a minha pesquisa.

Ao engenheiro Francisco França, do Departamento de Engenharia e Serviços do IFAP, pela gentileza e disponibilidade ao me receber, dando as informações necessárias sobre o processo de implantação da instituição.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio e compreensão pelos momentos ausentes.

Todos aqueles que de alguma forma, citado ou não, colaboraram para a realização deste trabalho: muito obrigado.

RESUMO

MACEDO, Pedro Clei Sanches. **Educação Profissional e Desenvolvimento Territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.** 2014, 99 p. (Dissertação, Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2014.

A presente pesquisa se propôs a caracterizar o processo histórico do Instituto Federal do Amapá – Câmpus Laranjal do Jari e Câmpus Macapá e sua relação com o desenvolvimento territorial, identificando seus impactos na implementação de políticas públicas voltadas para a educação profissional e tecnológica. Para tanto, foram estudados documentos institucionais, leis, decretos e portarias, relacionados a educação profissional no Brasil, bem como Lei de criação dos Institutos Federais, Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. A pesquisa buscou analisar o papel dos Institutos Federais, levando em consideração as finalidades, características e objetivos traçados para esse novo modelo institucional, especialmente no que tange a temática do desenvolvimento regional e territorial, muito destacada no texto legal. Para o desenvolvimento desta investigação, optou-se pela abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista semiestruturada. Realizou-se um breve resgate histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil e da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e sua expansão a partir da criação dos Institutos Federais. O conceito de território também foi estudado sob a ótica de vários autores que tratam do tema, para um melhor entendimento no contexto dos dispositivos legais. Os resultados foram apresentados e discutidos através da reflexão sobre a base legal da criação dos Institutos Federais e sua relação com o desenvolvimento territorial, ao descrever o processo de implantação do Instituto Federal do Amapá e sua inserção regional nos municípios de Macapá e Laranjal do Jari a partir da constituição de seus dois primeiros câmpus, bem como, a sua perspectiva de atuação nos municípios de Oiapoque, Porto Grande e Santana, com a instalação de novas unidades de ensino. Os resultados revelam os caminhos minuciosos percorridos no processo de transformação da Escola Técnica Federal do Amapá – ETFAP em Instituto Federal do Amapá, a escolha dos primeiros cursos, instalação em unidades provisórias, a interiorização a partir da execução dos programas federais: Pronatec e Mulheres Mil, assim como, destaca os percalços e desafios encontrados nos primeiros anos de consolidação do IFAP junto à sociedade amapaense.

Palavras chave: Educação Profissional. Desenvolvimento Territorial. Institutos Federais.

ABSTRACT

MACEDO, Pedro Clei Sanches. **Professional Education and Territorial Development: deployment, expansion and internalization of Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá.** 2014, 99 p. (Dissertation, Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2014.

This research aimed to characterize the historical process of the Federal Institute of Amapá – Laranjal do Jari and Macapá Campus and its relation to spatial development, identifying their impacts on implementation aimed at vocational and technological education policies. We analyzed institutional documents, laws, decrees and ordinances related to professional education in Brazil. As well as creation of Federal Law Institutes (Law 11.892 of December 29, 2008) were studied. The research sought to examine the role of Institutes federal, taking into account the objectives, features and goals set for this new institutional model, especially regarding the issue of regional and territorial development, very prominent in the legal text. For the development of this study, we opted for a qualitative approach, through a literature review, document analysis and semistructured interviews. We conducted a brief historical review of vocational and technological education in Brazil and the Federal Network of Technological Education and its expansion since the creation of the Federal Institutes. The concept of territory has also been studied from the perspective of various writers on the subject, to better understand the context of the legal provisions. The results were presented and discussed through the analysis of the legal basis for the creation of the Federal Institutes and its relation to spatial development, to describe the process of implementation of the Federal Institute of Amapá and their regional integration in the municipalities of Macapá and Laranjal do Jari and the from the constitution of his first two campuses, as well as their perspective of action in the municipalities of Oiapoque, Porto Grande and Santana, with the installation of new teaching units. The results reveal the detailed paths followed in the process of transformation of the Federal Technical School of Amapá - ETFAP Federal Institute of Amapá, like the choice of first courses, installation in interim units, internalization from the implementation of federal as well as highlights the struggles and challenges faced in the early years of consolidation of IFAP along the Amapá society.

Palavras chave: Professional Education. Territorial Development. Federal Institutes.

LISTA DE SIGLAS

ACILAJA - Associação Comercial e Industrial de Laranjal do Jari
ALCMS - Área de Libre Comércio de Macapá e Santana
APLs - Arranjos Produtivos Locais
CADAM - Caulim da Amazônia
CEB - Câmara de Educação Básica
CEFET-PA – Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNI - Confederação Nacional da Indústria
COMAJA - Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari
EDUCAMA - Conselho de Cooperação Educacional da Amazônia e Regiões Adjacentes
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FIC - Formação Inicial e Continuada
FNDE - Fundo de Desenvolvimento da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI - Indústria Comércio de Minérios
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFAP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IPHAN - Instituto Histórico e Artístico Nacional
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC - Ministério da Educação
PAC - Plano de Aceleração do Crescimento
PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDSA - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
PIB - Produto Interno Bruto
PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos

PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SINSEPEAP - Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Amapá

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SISUTEC - Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica

UEAP - Universidade Estadual do Amapá

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNA - União dos Estudantes do Amapá

UNED - Unidade de Ensino Descentralizada

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Político do Estado do Amapá	30
Figura 2 - Vista Aérea do Município de Laranjal do Jari.....	34
Figura 3 - Vista Aérea da Fortaleza de São José de Macapá.....	35
Figura 4 - Vista Aérea do Município de Macapá	36
Figura 5 – Municípios contemplados na Implantação da ETFAP.....	43
Figura 6 – Vista aérea do terreno destinado à ETFAP – Macapá - Ano 2007	45
Figura 7 – Audiência Pública em Macapá - Ano 2008	46
Figura 8 – Primeiro prédio provisório do IFAP - Reitoria	52
Figura 9 – Primeiro processo seletivo do IFAP – Ano 2010.....	53
Figura 10 – Terreno destinado à construção do IFAP – Câmpus Macapá	54
Figura 11 – Vista aérea do Câmpus Macapá.....	57
Figura 12 – Sítio arqueológico encontrado na área de construção do Câmpus Laranjal do Jari	62
Figura 13 – Peças resgatadas no Sítio arqueológico de Laranjal do Jari.....	63
Figura 14 –Câmpus Laranjal do Jari em fase de construção	63
Figura 15 –A expansão da Rede Federal no Amapá	67
Figura 16 –Maquete do Câmpus Avançado de Oiapoque	70
Figura 17 – Início das obras no Câmpus Porto Grande.....	72
Figura 18 –Maquete Eletrônica do Câmpus Santana	74
Figura 19 – Aula de Campo do Curso de Açicultor no Município de Porto Grande	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Processo de transformação dos Institutos Federais	12
Tabela 2 – Cursos ofertados pelo Câmpus Macapá nos anos de 2010 a 2011	48
Tabela 3 – Cursos ofertados pelo Câmpus Laranjal do Jari nos anos de 2010 e 2011	50
Tabela 4 – Cursos ofertados pelo Câmpus Macapá nos anos de 2012 a 2014	58
Tabela 5 – Cursos ofertados pelo Câmpus Laranjal do Jari nos anos de 2012 a 2014.....	64
Tabela 6 – As dimensões da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional	66
Tabela 7 – Distribuição Territorial das Unidades de Ensino do IFAP	67
Tabela 8 – Cursos ofertados pelo Pronatec no ano de 2013	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UMA VISÃO TEÓRICA	4
1.1. Contextualização Histórica da Educação Profissional no Brasil	4
1.2. A Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	11
1.3. A Relação entre os Institutos Federais e o Desenvolvimento Territorial	16
2. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	21
2.1. Descrição da Metodologia da Pesquisa	21
2.2. Delineamentos da Pesquisa Qualitativa	23
2.3. Estratégias de Coletas de Dados e Instrumentos de Pesquisa	24
2.4. Definição dos Participantes da Pesquisa	24
2.5. Transcrição e Análise de Dados	25
2.6. Postura pessoal do pesquisador	26
3. CONTEXTUALIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E INSTITUCIONAL	28
3.1. Aspectos Geopolíticos e Configuração Territorial do Amapá	28
3.1.1. Amapá: antecedentes históricos do processo de desenvolvimento	28
3.1.2. Aspectos geográficos do Amapá	29
3.1.3. Aspectos socioeconômicos do Amapá	31
3.2. A Inserção Regional do Instituto Federal do Amapá	33
3.2.1. Caracterização Regional do Município de Laranjal do Jari	33
3.2.2. Caracterização Regional do Município de Macapá	34
3.2.3. A escolha dos municípios de Laranjal do Jari e Macapá para implantação do IFAP	37
4. O INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ: IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO	40
4.1. De Escola Técnica Federal para Instituto Federal	41
4.2. Os caminhos percorridos para a implantação do Instituto Federal do Amapá	42
4.2.1. Processo de escolha dos primeiros Cursos Técnicos	45
4.2.2. A transformação em Instituto Federal do Amapá	51
4.2.3. A implantação do Câmpus Macapá	54
4.2.4. A implantação do Câmpus Laranjal do Jari	59
4.3. A Perspectiva de Expansão do IFAP e o Desenvolvimento Territorial	65
4.3.1. Câmpus Avançado de Oiapoque	68
4.3.2. Câmpus Porto Grande	70
4.3.3. Câmpus Santana	72

4.4. A interiorização do IFAP a partir da execução dos Programas Federais: PRONATEC e Programa Mulheres Mil	74
4.5. Os percalços no processo de implantação do IFAP e sua contribuição para o desenvolvimento local e regional	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS	96
APÊNDICE	98

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi idealizado a partir de inquietações pessoais e profissionais, no intuito de contribuir no campo da pesquisa científica apresentando um tema de extrema relevância para a educação, em especial, a educação profissional. Como Pedagogo, tive a oportunidade de trabalhar em instituições públicas e privadas, nos segmentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e na Docência do Ensino Superior. O ingresso para o cargo de técnico em assuntos educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), me possibilitou trabalhar numa outra dimensão, que abrange a complexidade de organizacional estrutural de uma instituição recém-criada com características próprias, mas que abarca um universo de informações que até então, era desconhecida por muitos profissionais, na qual me incluo nesse contexto.

Assim para a realização da presente pesquisa fundamentei-me em estudos sobre a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e sua relação com o desenvolvimento territorial no Estado do Amapá no contexto das políticas de Estado, a partir de reflexões sobre os aspectos legais e teóricos de questões a serem debatidas entre si, tais como políticas de educação, trabalho, desenvolvimento, gestão, mercado e infraestrutura.

Constituindo-se como um importante destaque na política de educação no Brasil, a expansão da Educação Profissional e Tecnológica, traz novas proposições e novos conceitos na busca de respostas às expectativas do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea. É nesta perspectiva, portanto, que educação profissional busca sua amplitude, tanto a nível nacional, quanto regional e local.

A criação dos Institutos Federais e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é um marco relevante na política de educação profissional no Estado do Amapá. O processo de implantação do Instituto Federal do Amapá despertou meu interesse particular enquanto profissional da educação, ao investigar os fatos históricos que marcam esse novo cenário que se constrói na região amapaense.

É importante reconhecer o papel dos Institutos Federais na oferta de Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis e modalidades de ensino, pois comungo do princípio que a inserção dos institutos federais como política pública de educação profissional é um avanço significativo. Este pensamento reforça minha motivação pessoal em realizar essa pesquisa, tendo em vista, que o Instituto Federal do Amapá, como parte desse processo em construção é ainda desconhecido por muitos amapaenses.

Diante das primeiras investigações pautadas em documentos institucionais e de minha experiência profissional como servidor e colaborador do IFAP na implementação de políticas educacionais voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica, foi possível diagnosticar que, antes do IFAP, ainda não havia a nível federal uma estrutura administrativa e pedagógica que pudesse ofertar cursos profissionalizantes para os estudantes da região.

Por estar entre os primeiros profissionais que ingressaram no IFAP a partir do primeiro concurso público realizado para docentes e técnicos administrativos, considero de suma importância realizar este estudo, não somente pelo papel importante que uma instituição de educação profissional exerce, mas pela oportunidade de vivenciar os primeiros passos percorridos pelo instituto até o momento, principalmente com a implantação de programas governamentais como o Programa Mulheres Mil e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a implantação de cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, bem como o processo de expansão do IFAP para outros municípios do Amapá.

Para tanto, busquei investigar sobre o processo de implantação do Instituto Federal do Amapá a partir de seu nascimento em 25 de outubro de 2007, quando foi sancionada a Lei nº 11.534 que dispõe sobre a criação das escolas técnicas e agrotécnicas federais. A partir desta

lei, foi criada a Escola Técnica Federal do Amapá, que logo em seguida, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que ampliou a Rede Federal de Educação Profissional em todo o território nacional a partir da criação de 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

No Estado do Amapá, o IFAP, é a primeira instituição vinculada à Rede de Educação Profissional a ser implantada a partir da política de expansão da educação profissional do Governo Federal. Para tanto, me pautei no seguinte questionamento: *Como se deu o processo de implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá a partir da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e qual a sua relação com o desenvolvimento territorial?*

A partir desta problemática elaborei todo o percurso de investigação, pois considero imprescindível destacar os caminhos percorridos pelos primeiros servidores e colaboradores na instalação e estruturação do IFAP nas esferas administrativa, física e pedagógica, quando de fato iniciou a oferta dos primeiros cursos técnicos à comunidade estudantil, bem como, a implantação do Câmpus¹ Macapá e Câmpus Laranjal do Jari.

Para responder a referida problemática, delineei como objetivo geral compreender o processo de implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá a partir da expansão da rede federal de educação profissional no Brasil e sua relação com o projeto de desenvolvimento territorial do Amapá. Como objetivos específicos, me propus a: registrar os principais fatos que contribuíram para a implantação do IFAP; descrever o processo de criação e expansão do Instituto Federal do Amapá a partir da análise de documentos institucionais que nortearam sua implantação; relatar o processo de implantação do Câmpus Macapá e Câmpus Laranjal do Jari, verificando as especificidades da sociedade local na estruturação da educação profissional no estado do Amapá; e identificar a relação entre a criação do Instituto Federal do Amapá e o desenvolvimento territorial local/regional, a partir das informações coletadas.

Partindo desses objetivos, entendo que promover um estudo sobre a expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Amapá, torna-se relevante na medida em que contribui para o desenvolvimento de espaços geográficos com especificidades peculiares, no que tange a concretização de políticas públicas na área da educação.

Realizar essa investigação a partir de uma pesquisa que amplie a proposta educativa através da Educação Profissional e Tecnológica à sociedade amapaense vem ao encontro do reconhecimento da educação como um direito universal como preconiza a Constituição Federal em seu Art. 205: *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família”*, e em seu Art. 206 especifica que: *“O ensino será ministrado com base no seguinte princípio: [...] gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais”* (BRASIL, 1988).

De maneira mais específica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9394/96 (BRASIL, 1996) destaca em seu Art. 39 que *“a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”*. Isto é possível, a partir da nova redação dada à LDB com a aprovação da Lei Nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008) que redimensiona, institucionaliza e integra as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

¹ Seguindo a orientação do Ministério da Educação, o IFAP decidiu adotar a grafia ‘Câmpus’, tanto no singular quanto no plural, sem o grifo itálico, para denominar todas as suas Unidades de Ensino. Tal adoção leva em conta a Nota Lexicológica emitida pela Professora Dra. Enilde Faulstich, da Universidade de Brasília. Fonte: <http://www.ifsc.edu.br/imprensa/duvidas> .

Entende-se, portanto, que o Instituto Federal do Amapá como parte integrante desse processo, deve garantir que esse direito seja cumprido, na oferta gratuita de educação básica, profissional e tecnológica de qualidade nos diversos níveis e modalidades de ensino. Além de propiciar a formação técnico-científica do educando para atuação nos diversos setores da sociedade, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Organizei o presente trabalho em quatro capítulos, apoiando-me no suporte teórico de autores que contribuíram para a construção de minha análise. Assim, os capítulos foram organizados intencionalmente para favorecer a compreensão sobre o percurso da investigação, análises e conclusões.

Apresento no primeiro capítulo a contextualização histórica, social e política da Educação Profissional no Brasil, evidenciando os marcos principais e as propostas que foram se constituindo até a atual conjuntura, tendo como destaque a Lei de Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Nos segundo capítulo apresento o referencial teórico metodológico, onde descrevo a metodologia da pesquisa e seus delineamentos, as estratégias e instrumentos de coletas de dados, a processo de transcrição e análise de dados, e a postura pessoal do pesquisador.

O terceiro capítulo trata sobre o cenário onde se desenvolve a pesquisa, os aspectos geopolíticos do Estado do Amapá e a inserção regional do IFAP, nos municípios de Macapá e Laranjal do Jari.

No quarto capítulo apresento os caminhos percorridos para a implantação do Instituto Federal do Amapá, os percalços e desafios, bem como, os avanços alcançados. Assim apresento de forma descritiva e analítica os dados da pesquisa, a partir dos documentos selecionados e das entrevistas realizadas com os membros da instituição, desde a criação da Escola Técnica até o seu processo de expansão e interiorização, fazendo relação com o desenvolvimento local e regional. Por fim, finalizo com as recomendações à equipe gestora do Instituto Federal do Amapá - Câmpus Laranjal do Jari e Câmpus Macapá -, elaboradas a partir dos conceitos construídos ao longo da pesquisa e de minha experiência enquanto profissional da educação.

1. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UMA VISÃO TEÓRICA

1.1. Contextualização Histórica da Educação Profissional no Brasil

Nas últimas décadas, a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil vem passando por um momento histórico de constante transformação econômica, política e social. A recente retomada do crescimento econômico do país, mesmo em contramão à crise mundial, o aumento dos investimentos nos chamados mercados emergentes e o avanço das novas tecnologias são fatores que provocam a necessidade de ampliação da formação de profissionais qualificados tendo em vista atender a demanda de uma economia em expansão.

Ao analisar o conjunto de transformações que permeia a educação profissional no Brasil, certamente não há como separá-lo do processo histórico que o constitui. Entendo que esta não é uma tarefa fácil, tendo em vista a vasta trajetória histórica da educação profissional e sua importância na qualificação para o mundo do trabalho e na formação educacional pública. Assim, considero que para analisar essa trajetória de forma contextualizada e abrangente necessitaria de estudo mais aprofundado. Face ao exposto, destacarei em linhas gerais, os fatos mais relevantes do tema em questão e nos próximos tópicos abordarei sobre a criação dos Institutos Federais, em especial, a implantação efetiva no Estado do Amapá.

Lefosse (2010) fazendo um resgate histórico da educação profissional relata que a educação profissional tem suas origens com criação do Colégio de Fábricas por D. João VI, no ano de 1809, no Rio de Janeiro. No decorrer do século XIX, inúmeras instituições foram criadas, com a finalidade de promover ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, instituições destinadas a “amparar as crianças pobres, os órfãos e desvalidos da sorte”, isto é, atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, evitando assim, a prática de ações contra os bons costumes.

Nessa fase inicial, a educação profissional originou-se predominantemente na sociedade civil e com objetivos assistencialistas, pois o modo de produção desse período, baseado na exploração e na expropriação de matéria-prima destinadas aos países europeus, não exigia mão de obra qualificada, não havendo assim, grandes preocupações com a educação das classes trabalhadoras, em função das tarefas que lhes eram exigidas. (OLIVEIRA, 2012, p. 48).

Para Oliveira (2012), no período de transição entre os séculos XIX e XX, inicia-se um esforço público de organização da formação profissional, em que se mescla aos fins assistencialistas a preparação de operários para o incipiente processo de industrialização. Esse caráter assistencialista da educação profissional em sua fase inicial é destacado com ênfase por Frigotto:

Quando o ensino profissional no Brasil é analisado surge, num primeiro momento, o indício da organização capitalista, baseada no crescimento industrial com a ideia da *escola do trabalho* tomando forma de uma ideologia assistencialista com base na ética cristã, pela qual os ricos deve ser generosos com os pobres, dando-lhes o suficiente para a sobrevivência, posto que a situação de desigualdade é tida como algo dado naturalmente. Essas ideias trazem consigo a necessidade de manutenção das desigualdades mas, além disso, o trabalho torna-se necessário para uma determinada organização social. (2006, p. 53) [grifo do autor].

Em 1857, também voltado para a aprendizagem de ofícios, instala-se no Rio de Janeiro, a denominada Sociedade Propagadora de Belas Artes, que cria o Liceu de Artes e Ofício, que destinavam educação profissional aos jovens em estado de pobreza, onde

recebiam instrução primária. Em 1909, foram criadas as *Escolas de Aprendizes e Artífices*, em 19 estados, por intermédio do Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1906. (WANDERLEY, 2009).

As Escolas de Aprendizes e Artífices, destinadas aos pobres e humildes, expandiu-se em todo o território nacional, sendo a primeira rede de educação profissional do Brasil. Em contrapartida, organizou-se o ensino agrícola para capacitar os chefes de cultura, administradores e capatazes, evidenciando um redirecionamento da educação profissional. Assim, seu campo de atuação é ampliado para atender aos interesses econômicos emergentes nos campos da agricultura e da indústria. (OLIVEIRA, 2012, p.49).

Para Frigotto (2006) o ensino das Escolas de Aprendizes e Artífices deveria voltar-se para a formação de operários e contramestres, e estes deveriam estar em condições de atender às exigências da indústria moderna em função da sua instrução, atividade e moral. Antes deste período, a formação profissional se restringia ao treinamento para a produção em série e padronizada, com profissionais semiqualeificados. De início, as 19 escolas instaladas, funcionaram de maneira precária para a realização das oficinas, tendo um corpo docente despreparado, pois muitos professores tinham somente a formação primária, com pouca noção do que deveriam lecionar no ensino profissional.

A principal atividade das Escolas Aprendizes e Artífices era a formação pelo ensino prático e conhecimentos específicos necessários aos menores que desejassem aprender um ofício nas oficinas destinadas para esse fim, atendendo sempre que possível às especialidades das indústrias locais. Entretanto a falta de condições estruturais comprometeu de início o papel a ser desempenhado por essas escolas, como afirma Frigotto

No início havia excessiva liberdade conferida pelo programa educativo aos diretores, bem como o despreparo dos mestres, e as escolas constituíam-se em espaço de qualificação de uma mão-de-obra que previam cursos de duração e intensidades variadas. Isso acarretou um mau funcionamento das escolas, tornando-as simples escolas primárias, onde os alunos aprendiam alguns trabalhos manuais. (2006, p. 31).

Nos primeiros anos de funcionamento, apesar das Escolas Aprendizes e Artífices apresentarem poucos avanços no que diz respeito a sua filosofia e pedagogia, por outro lado, a rede de escolas trouxe uma grande novidade em relação à estrutura do ensino, constituindo-se o primeiro sistema educacional de abrangência nacional. (CUNHA apud FRIGOTTO, 2006, p. 35).

Diante das dificuldades enfrentadas e os avanços alcançados em decorrência do processo industrial ao longo das primeiras décadas do século XX, surge a necessidade de uma nova remodelação do ensino profissional técnico. As décadas de 30 e 40 são marcadas por grandes transformações políticas, econômicas e educacionais na sociedade. A economia brasileira altera definitivamente o seu eixo, passando da atividade de agroexportação para a industrial. É nesse período da Era Vargas ou Estado Novo (1930 a 1945) que o Brasil passa por um processo de industrialização e modernização das relações de produção exigindo um posicionamento mais efetivo das camadas dirigentes em relação à educação nacional.

Assim, em 1930, as Escolas de Aprendizes e Artífices são substituídas pelos Liceus Industriais, embora os objetivos iniciais continuassem os mesmos. Uma década depois, em 1942, surgem as Escolas Industriais e Técnicas, que ofereciam formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Desse período em diante, começa o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino como um todo, tendo em vista que os alunos advindos dos cursos técnicos estavam aptos a ingressar no ensino superior em área equivalente a sua formação.

Wanderley (2009) relata que somente no Estado Novo é que os diversos segmentos da educação profissional tiveram uma regulamentação, por meio de uma série de leis e decretos que contemplavam a organização do ensino superior, médio, secundário e profissional. Nesse contexto, dentro das reformas educacionais que atingiram o ensino profissional destacam-se a Reforma Francisco Campos e a Reforma Capanema. Portanto, o autor destaca que o ensino profissional

[...] apesar de estruturado no decorrer de todo o período do Estado Novo, continuou a ocupar uma posição subalterna em relação ao ensino secundário. A partir de uma proposta dualista, adequada às transformações emergentes do mundo do trabalho, o *ensino secundário* visava formar intelectuais, enquanto os *cursos técnico-profissionais* buscavam formar trabalhadores (WANDERLEY, 2009, p. 7) [grifo do autor].

Cabe observar, que é no contexto da Reforma Capanema, nome dado em função do então Ministro da Educação Gustavo Capanema, que implantou-se uma série de Decretos-Leis promulgadas no período de 1942 a 1946. Nesse viés, foram promulgadas em 1942 as leis orgânicas do ensino secundário (Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942) e do ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942), sendo criado também nesse período o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, ficando sob o controle da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 1943 criou-se a lei orgânica do ensino comercial (Decreto-Lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943). Em 1946, após a queda do Estado Novo, foram decretadas as leis orgânicas do ensino agrícola (Decreto-Lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946), do ensino primário (Decreto-Lei nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946) e do ensino normal (Decreto-Lei nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946). Através do Decreto-Lei nº 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). (SAVIANI, 1997).

Ainda nesse período da Era Vargas, apesar da Constituição de 1946, que buscou restabelecer o regime democrático no Brasil, a legislação educacional herdada do Estado Novo perdurou até 1961. Em 1959, quando essas Escolas passaram à categoria de autarquias, as Escolas Industriais e Técnicas passam a ser denominadas de Escolas Técnicas Federais. Com autonomia didática e administrativa, as Escolas Técnicas Federais intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável ao processo de industrialização do Brasil.

Iniciada no Governo Dutra e após treze anos de discussão do projeto no Congresso Nacional, em 20 de dezembro de 1961, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/61, que abarcou todos os graus e modalidades de ensino, especialmente, no que se refere ao ensino profissional.

Sobre esse período Wanderley diz,

[...] que a política educacional do governo para o Ensino Profissional à época era a de integrar o ensino médio (formação geral, propedêutica) e o ensino técnico (formação especial, profissional). Isto se depreende, até mesmo, da estrutura do ensino médio formatada pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, composta de dois ciclos: o ginásial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Tanto no ginásial quanto no colegial, o ensino médio abrangia o curso secundário, o curso técnico (industrial, agrícola, comercial e outros que fossem regulamentados) e o curso de formação de professores para o ensino primário e o pré-primário (ensino normal) (2009, p. 8).

Oliveira (2012) aponta que, apesar das contradições refletidas na Lei nº 4.024/61, é pela primeira vez que uma legislação envolve todos os níveis de modalidades de ensino e dá

plena equivalência entre os cursos acadêmicos e os cursos profissionalizantes de mesmo nível, sem necessidade de adaptação, pondo fim à dualidade de ensino. No entanto, na prática, o autor enfatiza que,

Os currículos se encarregam de mantê-la, pois a vertente propedêutica continuou privilegiando os conteúdos exigidos no acesso ao ensino superior, e os cursos profissionalizantes seguiram privilegiando os conteúdos vinculados às necessidades imediatas dos setores produtivos. Por outro lado, a LDB proporcionava a liberdade de atuação da iniciativa privada na educação e até promove incentivos e isenções. (OLIVEIRA, 2012, p. 50).

A partir de 1964, com a instalação do regime militar, a educação no Brasil passou por um momento crítico. O período ditatorial, que perdurou duas décadas, foi marcado por uma série de reformas efetuadas em todos os níveis de ensino, que em termos educacionais, causou um retrocesso. Este período foi evidenciado pelo autoritarismo, repressão, privatização de ensino, exclusão das classes populares, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização da categoria do magistério.

Foi nesse período que foram promulgadas a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como a Reforma Universitária e a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que reformou o ensino de 1º e 2º graus. No âmbito educacional, ambas as leis, revelam uma continuidade da ordem socioeconômica decorrente do crescimento da industrialização no país.

Para Saviani (1996), a Lei nº 5.692/71 completa um ciclo de reformas educacionais com o objetivo de ajustar a educação brasileira à ruptura política perpetrada pelo golpe militar de 1964. Para tanto, tal ruptura política é uma exigência para a manutenção da ordem socioeconômica, compreendendo assim, que essa continuidade se reflita no âmbito educacional.

De tal modo, a estrutura do ensino de 1º e 2º graus foi modificada de forma radical. O antigo curso primário e o antigo ginásio foram unificados, criando-se o ensino de 1º grau, com duração de oito anos, enquanto que os ramos profissionais que existiam no antigo ginásio (industrial, comercial, agrícola e normal) foram extintos. Ou seja, o ensino de 1º grau não oferecia mais a formação profissional. O ensino de 2º grau, por sua vez, tornou-se obrigatoriamente profissionalizante, sendo que o aluno só poderia concluí-lo mediante a obtenção do diploma de auxiliar técnico ou de técnico. (WANDERLEY, 2009).

Neste sentido, a alternativa política do governo, pautada no modelo de desenvolvimento econômico ambicioso, foi dar uma resposta às demandas educacionais das classes populares, mas que pudesse atendê-las. Assim, a solução encontrada foi proporcionar aos jovens a formação técnica profissionalizante em nível de 2º grau, o que para eles era uma garantia de inserção no mercado de trabalho, uma proposta promissora em função dos altos índices de desenvolvimento no país.

Paralelamente, as escolas técnicas federais se consolidavam, respectivamente, nas vertentes industrial e agropecuária, através de cursos demandados pelo modelo de desenvolvimento econômico. Além do mais, as escolas técnicas federais passaram a facilitar o acesso da classe média à universidade, enquanto a rede estadual de ensino ofertava um ensino profissionalizante fraco e desvinculado da realidade do mercado de trabalho. As vagas nas escolas técnicas federais eram muito disputadas, tendo em vista o elevado nível de qualidade e a oportunidade de fazer um ensino médio gratuito, além de dar possibilidades de ingresso à universidade.

A partir de 1978, inicia o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), através da Lei nº 6.545/78, Os primeiros CEFETs foram criados no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Essa lei

autorizou, além da implantação dos cursos de engenharia industrial e dos cursos técnicos em nível de 2º grau, cursos superiores de tecnologia (BRASIL, 1978).

Os CEFETs eram instituições destinadas a atuar em nível mais elevado de formação profissional, exigência cada vez mais presente em função do padrão de produção, podendo formar engenheiros de operação e tecnólogos, reafirmando sua vinculação com o mundo do trabalho. Logo em seguida, outras instituições foram aderindo a essa nova categoria.

Na prática essa mudança acontece com a criação da Lei Nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que institui no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transforma as Escolas Técnicas Federais em CEFETs, agora com abrangência nacional e de forma gradativa. Nesse período a rede ganha uma universidade tecnológica, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e os CEFETs passam a agregar o ensino superior à oferta da educação profissional técnica de nível médio. Entretanto, a implantação de novos CEFETs só ocorre efetivamente a partir de 1999. (BRASIL, 1994).

Segundo Lefosse (2010), em meados dos anos 90, a educação profissional e tecnológica sofreu grandes modificações, com o objetivo de promover uma reforma curricular com a elaboração de novos currículos técnicos, levando em consideração as demandas sociais locais e regionais.

Em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sob o nº 9.394, é aprovada, e no ano seguinte, o Decreto Federal nº 2.208, de 17 de abril de 1997, regulamenta os artigos da LDB que tratam especificamente da educação profissional.

Na LDB de 1996 a educação brasileira fica estruturada em dois níveis, conforme prevê o art. 21 que divide a educação escolar em educação básica - formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, - e a educação superior. Aqui, a educação profissional é tratada à parte, não estando constituída dentro da estrutura regular de ensino, mesmo que o parágrafo 2º do artigo 36 da seção IV do Capítulo II, deixe evidente que “*o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.*” (BRASIL, 1996).

De acordo com Frigotto (2006), a nova LDB apesar de apresentar um capítulo específico para a Educação Profissional, seus artigos não cumpriam as finalidades de uma Lei de Diretrizes e Bases, sendo que apenas apontavam diretrizes gerais. Desta forma, a legislação para a educação profissional foi organizada gradativamente a partir do Decreto nº 2.208/97, pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 16/99 e Resolução nº 04/99 CNE/CEB. Para a rede federal de educação tecnológica, a reforma da educação profissional foi implantada segundo as determinações da Portaria nº 646/97.

Sobre o Decreto Federal nº 2.208/97, ele surge para regulamentar os artigos 39 a 42 da LDB, que trata sobre a educação profissional, que até então não estava regulamentada. Assim a educação profissional é dividida em três níveis: *básico*, destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização dos trabalhadores, independente de escolaridade prévia; *técnico*, destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio; e *tecnológico*, correspondente a cursos de nível superior na área de tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997, art. 3º).

Além dos níveis, o Decreto define outras modificações para a educação profissional, como o currículo do ensino médio técnico que passa a ser organizado por disciplinas, agrupadas por áreas e setores da economia e sob a forma de módulos e a elaboração de suas diretrizes curriculares deverá levar em conta estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade requerida, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empregadores. (BRASIL, 1997).

Outra modificação a partir do Decreto nº 2.208/97, é a introdução da noção de competência, que segundo Frigotto (2006) avançou-se no processo de reforma curricular do ensino técnico. Para ele,

Um currículo baseado em competências parte da análise do processo de trabalho, da qual se constrói uma matriz referencial a ser transporta pedagogicamente para uma organização modular, adotando-se uma abordagem metodológica baseada em projetos ou resolução de problemas (2006, p.87).

Decorrente da estruturação da nova LDB, o Decreto nº 2.208/97 e o Programa de Expansão da Educação Profissional² (PROEP) implementado pela Portaria MEC 1.005/97 constituíram a chamada “Reforma da Educação Profissional”. Esta Reforma, implantada no ideário Estado Mínimo, com ampla influência nas escolas federais de educação profissional no Brasil, deram um novo direcionamento à educação profissional no Brasil.

Em 1999, o processo de transformação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978, é retomado. Nessa configuração, os CEFETs tem autonomia para promover a implantação de cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica, abrindo caminho para que as Escolas Agrotécnicas Federais sejam integradas nesse processo.

Mais adiante, o Decreto nº 2.208/97 é revogado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que conforme Frigotto (2006) a única alteração que este Decreto trouxe foi o aumento da flexibilidade da articulação entre a educação profissional de nível técnico e o ensino médio, acrescentando a articulação na forma integrada às demais já existentes no decreto anterior. Assim, as articulações nas formas subsequente e concomitante, vem contemplar a regulamentação do artigo 36 da LDB que possibilita o complemento profissionalizante ainda no ensino médio.

No pensamento de Oliveira (2012) o Decreto 5.124/04 buscou restabelecer os princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica, tanto como um direito das pessoas quanto associado à necessidade do país, resumidos assim pelo autor:

- defesa de uma organização sistêmica da educação profissional, organicamente integrada à organização da educação nacional, com políticas nacionais coordenadas pelo Ministério da Educação, articuladas às de desenvolvimento econômico e às de geração de trabalho e renda, em cooperação com outros ministérios e com os governos estaduais e municipais;
- definição de responsabilidades em termos de financiamento da educação profissional, inclusive propondo a constituição de um fundo nacional com esse objetivo, bem como o controle social de gestos e investimentos;
- regulamentação do nível básico da educação profissional, inclusive revendo sua nomenclatura, no sentido de integrá-lo a itinerários formativos que pudessem redundar em formações estruturadas, e ainda, de articulá-lo às etapas da educação básica, de acordo com as necessidades dos jovens e adultos trabalhadores;

² O Programa de Expansão da Educação Profissional foi uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTb), que buscou desenvolver ações integradoras da educação e do trabalho, a ciência e a tecnologia, objetivando a implantação de um novo modelo de educação profissional, que proporcionasse a ampliação de vagas, a diversidade de oferta e a definição de cursos adequados às demandas do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia. Seu marco inicial foi em 24 de novembro de 1997 quando foi assinado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso o "Acordo de Empréstimo e o Contrato nº 1052" – OC/BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que propôs-se a financiar infraestrutura e capacitação de docentes necessárias à implantação da Reforma da Educação Profissional.

- superação do impedimento de integrar curricularmente o ensino médio e a formação técnica, desde que atendida a formação básica do educando, conforme prevê o parágrafo 2º do artigo 36 da LDB, atendendo às necessidades do Brasil e de seus cidadãos;
- monitoramento e garantia da qualidade, com controle social, do nível tecnológico da educação profissional (2012. p. 38 e 39).

Foi então, a partir da segunda metade governo de Luiz Inácio Lula da Silva que políticas mais contundentes referentes à educação profissional e tecnológica foram retomadas. Primeiramente, destaca a implantação do ensino médio integrado, uma perspectiva consistente para construção teórico-prática de uma educação tecnológica que corresponda à preparação do educando para a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais da produção moderna. Por conseguinte, deixa evidente que as políticas se ampliam em função da expansão da rede federal de educação tecnológica, conjuntamente com a ampliação de suas funções para o ensino superior, promovendo a integração com a pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico. (OLIVEIRA, 2012).

De qualquer forma, a possibilidade de integração entre ensino médio e educação profissional, conforme Decreto nº 5.124/04,

representa uma possibilidade de avanço na direção de construir um ensino médio igualitário para todos, pois, apesar de não se confundir com a politecnia, fundamenta-se em seus princípios e é exigência de uma sociedade na qual a elevada desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos das classes populares a buscar, bem antes dos 18 anos de idade, a inserção no mundo do trabalho, visando complementar a renda familiar (OLIVEIRA, 2012, p. 56).

Em 2006, criou-se um novo grupo de trabalho com o objetivo de elaborar o Documento-Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio³, publicado em dezembro de 2007, mais de três anos após a vigência do Decreto nº 5.154/04.

Conforme Oliveira é a partir dos meados dos anos 2000, que as políticas públicas destinados à educação profissional são evidenciadas com a expansão da rede federal de educação profissional. Segundo ele, este é um processo muito complexo e que exigiria uma análise mais profunda. Assim, pode-se afirmar que,

a expansão em si é um movimento importante e necessário, que representa a presença do Estado brasileiro por meio de instituições reconhecidas como de qualidade nas periferias das capitais e em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, ou seja, é a presença do Estado para mas *além dos territórios* em que se concentra a maior parte do PIB nacional. Isso significa a possibilidade de muitos brasileiros terem acesso a uma educação de qualidade. Essa presença federal nas regiões mencionadas se justifica porque, atualmente, são poucas as redes estaduais estruturadas no sentido de se constituírem como via para garantir, com qualidade, esse direito à população, apesar de ser responsabilidade dos estados a universalização do acesso ao ensino médio (OLIVEIRA, 2012, p. 62) [grifo nosso]

3 O Documento-Base propõe uma ação política concreta de explicitação, para as instituições e sistemas de ensino, dos princípios e diretrizes do ensino médio integrado à educação profissional. Traz em seu bojo, a contextualização dos embates que estão na base da opção pela formação integral do trabalhador, expressa no Decreto n. 5.154/2004, apresentando os pressupostos para a concretização dessa oferta, suas concepções e princípios e os fundamentos para a construção de um projeto político-pedagógico integrador. (Documento-Base, 2007).

É neste período que a ideia de expansão começa a se consolidar de maneira mais contundente, ou seja, a partir de uma nova configuração para a rede federal de educação profissional, com base na transformação dos CEFETs, nas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e algumas escolas vinculadas às universidades federais, em Institutos Federais.

1.2. A Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Dando continuidade ao processo de expansão da rede federal de educação profissional, o Governo Lula, em 2008, promulga a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Sua intenção é compor uma estrutura abrangente voltada para o atendimento às demandas sociais e educacionais nos territórios.

Mas antes da aprovação da Lei nº 11.892/2008, é importante destacar que esse processo iniciou um pouco antes, quando o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, é assinado pelo Presidente Lula. Este foi o primeiro dispositivo legal que tratou sobre a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Decreto estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituições dos Institutos Federais no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. (BRASIL, 2007).

Em 12 de dezembro de 2007, o Ministério da Educação emitiu a Chamada Pública MEC/SETEC 02/2007 com o objetivo de acolher propostas de composições de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a ser apresentado pelos estados da federação através de suas instituições representadas, num prazo de 90 dias. Logo no início, o primeiro item faz uma contextualização sobre intencionalidade desse projeto de governo com a implantação dos Institutos Federais:

A implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs constitui-se em uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, na medida em que tornará mais substantiva a contribuição da rede federal de educação profissional e tecnológica ao desenvolvimento sócio-econômico do conjunto de regiões dispostas no território brasileiro, a partir do acolhimento de um público historicamente colocado a margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações (BRASIL, 2007b).

O resultado da Chamada Pública foi apresentado em 31 de março de 2008 através da Portaria MEC/SETEC Nº 116. A relação das propostas aprovadas no processo de seleção de subsidiaram a elaboração do Projeto de Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O artigo 2º destaca que “Os Institutos Federais do Acre, do Amapá, de Brasília, do Mato Grosso do Sul e de Rondônia serão implantados a partir da transformação das respectivas Escolas Técnicas Federais, criadas nos termos da Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007. (BRASIL, 2008a).

Em julho de 2008, o governo federal apresenta ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 3.775 que propõe a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, a Lei 11.892 é aprovada no Congresso Nacional, e entra em vigor em 29 de dezembro de 2008 (OTRANTO, 2011).

Com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como forma de dar respostas às demandas crescentes na formação profissional e à necessidade de maior difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Desta forma, os Institutos Federais, se tornaram referência na rede e todas as demais instituições criadas a partir deles, passaram a seguir o seu modelo de organização (OTRANTO, 2011).

Para Otranto (2011) a Lei 11.892/08 integrou uma série de medidas normativas que tinha como objetivo a concretização do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) do Governo Lula, este sendo um dos mais significativos componentes educacionais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Dentre essas medidas destacaram-se: O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

Outro fato importante na trajetória da Educação Profissional a partir da ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é a chegada dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em estados da federação onde não existiam estruturas anteriores mais consolidadas, como os estados do Amapá, Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Brasília. Alguns desses estados ainda estavam em processo de implantação ainda das antigas Escolas Técnicas Federais, mas que logo foram transformados em Institutos Federais, sendo as instituições mais novas da rede.

A tabela abaixo mostra como ocorreu o processo de criação dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme descreve o art. 5º da Lei 11.892/08:

Tabela 1- Processo de transformação dos Institutos Federais

Instituto Federal	Processo de Transformação
Instituto Federal do Acre	Transformação da Escola Técnica Federal do Acre
Instituto Federal de Alagoas	Integração do CEFET de Alagoas e da Escola Agrotécnica de Satuba
Instituto Federal do Amapá	Transformação da Escola Técnica Federal do Amapá
Instituto Federal do Amazonas	Integração do CEFET de Amazonas e das Escolas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira
Instituto Federal da Bahia	Transformação do CEFET da Bahia
Instituto Federal Baiano	Integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antônio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim.
Instituto Federal de Brasília	Transformação da Escola Técnica de Brasília
Instituto Federal do Ceará	Integração do CEFET do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu
Instituto Federal do Espírito Santo	Integração do CEFET do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa
Instituto Federal de Goiás	Transformação do CEFET de Goiás
Instituto Federal Goiano	Integração dos CEFET's Rio Verde e de Uruaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres
Instituto Federal de Maranhão	Integração do CEFET de Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras
Instituto Federal de Minas Gerais	Integração dos CEFET'S de Ouro Preto e de

	BambuÍ, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Integração do CEFET de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Integração do CEFET de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	Integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Integração do CEFET de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá
Instituto Federal do Pará	Integração do CEFET do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá
Instituto Federal da Paraíba	Integração do CEFET da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa
Instituto Federal de Pernambuco	Integração do CEFET de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Transformação do CEFET de Petrolina
Instituto Federal do Piauí	Transformação do CEFET do Piauí
Instituto Federal do Paraná	Transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Transformação do CEFET de Química de Nilópolis
Instituto Federal Fluminense	Transformação do CEFET de Campos
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Transformação do CEFET do Rio Grande do Norte
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Integração do CEFET de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão
Instituto Federal Farroupilha	Integração do CEFET de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete
Instituto Federal Sul-rio-grandense	Transformação do CEFET de Pelotas
Instituto Federal de Rondônia	Integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste
Instituto Federal de Roraima	Transformação do CEFET de Roraima
Instituto Federal de Santa Catarina	Transformação do CEFET de Santa Catarina
Instituto Federal Catarinense	Integração das Escolas Agrotécnicas de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio
Instituto Federal de São Paulo	Transformação do CEFET de São Paulo
Instituto Federal de Sergipe	Transformação do CEFET de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão
Instituto Federal do Tocantins	Integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguaatins

Fonte: (BRASIL, 2008b, art.5º).

Além dos Institutos Federais, integraram também a rede de educação profissional, as autarquias que não aderiram à transformação em IFs: os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG, 24 escolas vinculadas às Universidades Federais e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)⁴.

Em relação às Escolas Agrotécnicas Federais, todas aderiram à proposta de transformação em câmpus dos Institutos, apesar de algumas instituições serem centenárias na oferta de cursos técnicos de nível médio. Para as Escolas Agrotécnicas transformar-se em Instituto Federal significava a possibilidade de ofertar ensino superior. No entanto, existia uma preocupação inicial que perderem a autonomia, tendo em vista que as Reitorias ficariam sob a responsabilidade dos CEFET's. (Otranto, 2011).

Resumidamente, com a Lei 11.892/08 foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da adesão de 75 instituições, dentre as 102 que optaram. Assim, os IFs foram compostos pelas 36 Escolas Agrotécnicas, 31 dos 33 Centros Federais de Educação Tecnológica e 8 das 32 Escolas Vinculadas.

A nova proposta apresentada altera as características iniciais de oferta da educação profissional pela rede federal, abrindo caminho para a oferta do Ensino Superior. Esta modalidade que até então era característica exclusiva das universidades, é compartilhada com os Institutos Federais que podem ofertar Cursos de Licenciatura, Bacharel e Tecnólogo, bem como, cursos de Pós-graduação, além de ministrar a educação profissional em diversos níveis e modalidades de ensino, como explicita o art. 7º, da Lei 11. 892/2008 que descreve quais são os objetivos dos Institutos Federais:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI - ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

⁴ Durante o processo de indicação a criação dos Institutos Federais a partir do Decreto 6.095/2007 e logo em seguida a Chamada Pública MEC/SETEC 02/2007, houve uma resistência inicial de vários CEFET's que não foi levada adiante pela maioria. Somente os CEFET's do Rio de Janeiro e Minas Gerais que se mantiveram resistentes por se sentirem merecedores do mesmo direito de transformação em Universidade Tecnológica pelo fato de terem sido elevados à categoria de Centros Federais no mesmo período que o CEFET Paraná (OTRANTO, 2011, p. 8).

- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008b, art.7°).

Conforme Oliveira (2012), antes da criação dos Institutos Federais, a centralidade das discussões dentro da rede estava centrada à sua função social no contexto da ampliação e no significado do ensino médio integrado, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com a chegada dos IFs essa centralidade se deslocou para as questões referente a estrutura administrativa, para a ocupação dos novos cargos criados e para a construção dos novos câmpus, inclusive das reitorias. Isso ocorrendo com muita pressa, reduzindo-se a ideia de construir escolas para a edificação de prédios maiores e mais estruturados. Assim, o objetivo central era que os novos câmpus entrassem em funcionamento de forma imediata.

Portanto, conforme prevê o artigo 2º da Lei 11.892/08 os Institutos Federais tornam-se instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Além do mais, para efeito de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os institutos federais são equiparados às universidades federais. (BRASIL, 2008b).

Um documento sobre as diretrizes e concepções do novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, como subsídio a todos os Institutos Federais, destaca o papel dos IF's como rede social, tão importante no processo de fortalecimento de toda a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:

A rede é tecida a partir das relações sociais existentes, que propiciam, por um lado, o compartilhamento de ideias, visando à formação de uma cultura de participação; e, de outro, a absorção de novos elementos, objetivando sua renovação permanente. Trata-se, portanto, de um espaço aberto e em movimento de atuação regional com bases em referenciais que expressam também uma missão nacional e universal (MEC, 2010, p. 24).

O grande desafio dessa rede é estabelecer critérios na definição das cidades-polo a serem implantados os diversos câmpus durante esse processo de expansão. A sua primeira fase de expansão, iniciada em 2006, tinha como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, como é o caso do Instituto Federal do Amapá, que até então não existia. Também esta fase, buscou atender as periferias de metrópoles e os municípios interioranos distantes dos centros urbanos, onde os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais para a geração de emprego (MEC, 2010).

Em 2007, na segunda fase de expansão, procurou-se ampliar essa implantação com a criação de novas unidades. Para este período o governo utilizou uma frase que ficou muito conhecida dentro da rede: “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. Foi prevista assim, a implantação de 150 novas unidades de ensino, no intuito de criar 180 mil vagas para a educação profissional e tecnológica e uma projeção de vagas para que a rede federal de educação tecnológica atenda até 2010, 500 mil matrículas (MEC, 2010).

Esse novo modelo de instituição, que compõe a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica traz uma proposta inovadora, cumprindo um importante papel

social no contexto de cada estado da federação, uma vez que os cursos de qualificação profissional foram programados para atenderem as demandas identificadas a partir de especificidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais.

Quero aqui ressaltar que o interesse pela Educação Profissional cresceu consideravelmente nos últimos anos. A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica proposta pelo governo Lula com continuidade no governo de Dilma Rousseff ganhou grande repercussão quando essas políticas se ampliaram no âmbito de todo o território nacional, inclusive nos estados da região Norte e Nordeste. Como destaca Otranto:

O Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira. Está produzindo mudanças altamente significativas na vida e na história das instituições que optaram por aderir à proposta governamental, por esse motivo essas mudanças precisam ser acompanhadas bem de perto. Algumas perguntas precisam ser respondidas nos próximos anos, dando abertura não somente para a continuidade da presente pesquisa, mas para novos estudos que tentem respondê-las (2010, p. 89-110).

Lembro então, que este é um projeto muito ambicioso e que necessita de um olhar mais detalhado sobre o impacto dessa expansão para os próximos anos. Principalmente, se considerarmos que a implantação de novos câmpus requer um diálogo intenso para o processo de interiorização e regionalização da educação profissional, tanto na esfera municipal como na esfera estadual e federal. No caso do Estado do Amapá, mostrarei nos próximos capítulos que esse processo não ocorreu de forma tão harmoniosa e tranquila, tendo em vista as especificidades locais e regionais e a preocupação do MEC na aceleração desse processo no intuito de atingir no tempo previsto as metas estabelecidas no seu plano de governo.

1.3. A Relação entre os Institutos Federais e o Desenvolvimento Territorial

A implantação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas de governo voltadas para a educação profissional e tecnológica, tendo em seu bojo o compromisso com o desenvolvimento socioeconômico local e regional e um efetivo diálogo com outras políticas setoriais. Como política pública, a educação profissional e tecnológica abrange não somente oferta de cursos voltados para a formação do trabalhador, mas principalmente, assume o compromisso com o todo social.

Molina (2006), afirma que as relações sociais constituintes das dimensões territoriais, são concomitantemente interativas e completivas. Elas não podem ser dissociadas. A educação não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões. A análise separada das relações sociais e dos territórios é uma forma de construir dicotomias. Essa relação deve ser analisada em sua complexidade, pois os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento.

Na análise de Molina, os territórios são formados no espaço geográfico por diferentes relações sociais. Neste sentido, entende o território como sendo:

o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. (MOLINA, 2006, p. 33).

De acordo com Molina (2006, p.32) as relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos. Nesta concepção, o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços.

O conceito de território deve ser compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, e assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo presente. A abordagem do território como espaço de um país, possibilita uma compreensão que o conceito de território não está limitado. É um conceito mais amplo, não no sentido de estudar o território em si, mas um território que envolve pessoas e sua identidade, como destaca Milton Santos,

o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, território usado, utilizado por uma dada população. (2013, p. 96).

Dentro de cada região, de cada país, a compartimentação e a solidariedade presumiam a presença de condições, todas relacionadas com o território: uma economia territorial, uma cultura territorial, formada por regras, igualmente territorializadas, tanto na forma de leis, quanto nos costumes das pessoas. Mais adiante, por meio da regulação, a compartimentação dos territórios, a nível nacional e internacional, permite que as diferenças sejam neutralizadas, através de “um processo político que se renova, adaptando-se às realidades emergentes para também renovar, desse modo, a solidariedade” (SANTOS, 2013, p. 83).

Santos (2013) explica num primeiro momento que o mundo era caracterizado por compartimentações muito numerosas, mas era um mundo sem movimento, lento e estável. O funcionamento do território estava relacionado muito às questões naturais por onde o homem se adapta, com pequena intermediação técnicas. As relações sociais eram tímidas e pouco densas. O homem têm um ambiente natural ao seu redor que ainda é desconhecido. As condições materiais se impõem sobre o resto da vida social, numa condição em que o valor de cada pedaço de terra lhe é atribuído pelo seu uso. Assim, o território usado pela sociedade local rege as manifestações da sua vida social, inclusive o dinheiro.

Num contexto mais atual, o território se apresenta como uma arena em movimentos cada vez mais numerosos, onde a finança global impõe suas regras sobre a totalidade da vida social, ignorando as estruturas existentes e impondo novas estruturas. Neste sentido, “o conteúdo do território com um todo e de cada um dos seus compartimentos muda de forma brusca, e também, rapidamente perde uma parcela maior ou menor de sua identidade, em favor de formas de regulação estranhas ao sentido local da vida” (SANTOS, 2013, p. 104).

Numa dimensão territorial, considerando o surgimento de novos conjuntos ou agrupamentos, a partir do estabelecimento de uma norma comum,

novos processos de regionalização, superpostos a outros já existentes, começam a se delinear. São tentativas de construção de novas entidades regionais, baseadas em uma solidariedade organizacional obtida mediante a circulação, o intercâmbio e sua regulação, que se dá a partir de contiguidades e continuidade territoriais (ARROYO e SANTOS, 1997, p. 59)

As novas propostas de regionalização, ocasionadas pelas mudanças ocorridas no cenário internacional, como o aparecimento de criação de zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns a partir do agrupamento de países⁵, também influenciam em termo de gestão e planejamento, o processo de regionalização através da proposição de políticas governamentais nos diversos campos de atuação, inclusive na educação profissional.

É neste sentido, portanto, que os Institutos Federais surgem, constituindo-se um espaço fundamental para a construção de novas propostas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento local e regional. Eles surgem como autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para a definição de sua identidade. Assim, é importante destacar que:

É na compreensão dos aspectos essenciais dessa relação e na sedimentação do sentimento de pertencimento territorial que se torna possível subverter a submissão de identidades locais a uma global. Esse caminho passa necessariamente por uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus. O desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento, assim, os Institutos revelam-se, espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros. (PACHECO, 2010).

Para Pacheco (2010) a estrutura *multicampi* e a definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, ao identificar os problemas e propondo soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Segundo o autor, o território de abrangência das ações de um Instituto Federal é a Mesorregião⁶, isto é, espaços geográficos com características socioeconômicas, políticas e culturais comuns, podendo ir além do limite em que se localiza quando se concebe sua atuação em rede.

A partir desta compreensão, considero que as mudanças no âmbito da educação profissional proposta pelo governo federal trouxeram modificações expressivas para a realidade dos estados e municípios que além de incorporarem a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, podem contribuir na perspectiva de mudança na vida de muitos jovens e adultos que buscam uma qualificação profissional, e consequentemente, oportunidades de emprego e melhoria de vida.

Pacheco (2010) entende que os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), as escolas agrotécnicas federais e as escolas técnicas vinculadas às universidades saíram de cena para dar lugar aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com o desafio de dar continuidade a uma concepção de educação profissional pautada numa formação contextualizada, de conhecimentos, princípios e valores, que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. O autor afirma que é preciso agregar a formação acadêmica à preparação para o trabalho, tendo a compreensão de seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico.

5 Os projetos mais avançados neste sentido foram: a União Européia (UE), a Área de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México (NAFTA), e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

6 Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Sendo criada pelo IBGE, é utilizada para fins estatísticos e não constitui uma entidade política ou administrativa (SILVA, 2009, p. 35).

A relação entre educação e trabalho é uma questão que merece destaque neste contexto na medida em que esta relação é importante para o homem. Em conformidade com Frigotto (2005), dentro de uma perspectiva ontológica ou ontocriativa, o trabalho se constitui em direito e dever e engendra um princípio formativo ou educativo.

Fundamentado nesta afirmação, o trabalho como princípio educativo não é, em primeiro plano, uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político. É ao mesmo tempo, um dever e um direito. Segundo Frigotto (2005), é um dever na medida em que todos colaborem na produção de bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção humana. É um direito pelo fato de o ser humano se constituir em um ser da natureza que precisa estabelecer uma ação consciente com o meio natural, transformando bens, para sua produção e reprodução.

Assim, é primordial derrubar as barreiras entre o ensino técnico e científico, buscando a articulação entre trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. A educação profissional e tecnológica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico para um conhecimento mais analítico, buscando uma formação mais abrangente e flexível, com menos ênfase na técnica e uma visão mais compreensível do mundo do trabalho e uma participação mais efetiva.

Baseado nesses pressupostos é imprescindível compreender o mundo do trabalho e toda a sua dimensão, tanto na totalidade, quanto nas particularidades, como é o caso da criação dos Institutos Federais a partir da sua territorialidade.

Considerando que todas as unidades vinculadas aos Institutos Federais, inclusive as novas, ganham um grau de autonomia, apresento o termo “território” como uma dimensão essencial a sua função, inserindo-se no seio das instituições o seu compromisso pelo desenvolvimento socioeconômico.

O desenvolvimento local e regional vem no bojo do conjunto de políticas públicas transpassam determinada região e não como o único meio desse processo de desenvolvimento, pois os Institutos Federais estão situados em determinada área geográfica e associados a projetos e programas mais amplos e globais. Assim, é preciso estabelecer o vínculo entre o local e o global. Assim, é preciso que suas ações conduzam à construção de uma cultura que supere a identidade global a partir de uma identidade sedimentada no sentimento de pertencimento territorial. (MEC, 2010, p. 22).

O conceito de território, vem portanto, permeando as políticas de educação profissional e tecnológica a partir da expansão dos Institutos Federais, reconhecendo o desenvolvimento local e regional como um espaço fundamental para a construção e democratização do conhecimento, como bem destaca as concepções e diretrizes do MEC:

a comunicação entre os Institutos Federais e seu território torna-se imprescindível na definição de rumos a ser construídos a partir de uma concepção endógena, sob o ponto de vista de projetos locais. Por outro lado, a proposta traz em seu bojo não o autoritarismo de implantação e implementação, mas a crença de que, ao entrar em contato com a cultura de território, ela altera-se a partir do processo interativo instaurado (MEC, 2010, p. 23).

Silva (2009) ao fazer uma análise sobre a Lei nº 11.892/08, destaca também a questão da territorialidade na criação dos Institutos Federais. Na sua visão, um ponto primordial no processo de negociação dos institutos foi o limite geográfico dos estados da federação, ao considerar as mesorregiões socioeconômicas dos estados em razão da natureza da investigação dos institutos nas referidas regiões. A ideia era unificar ao máximo as diferentes autarquias de um mesmo estado, abarcando as identidades socioeconômicas de uma determinada região mantendo sua delimitação em área territorial contínua. Sobre esta Lei, Silva explicita que,

No inciso I do art. 6º, é ressaltada como finalidade dos institutos colaborar para o desenvolvimento local, regional e nacional e o parágrafo 3º do art. 2º coloca a área de atuação territorial dessa instituição como limite de abrangência de sua autonomia para criação e extinção de cursos. Esses dois trechos evidenciam a importância do território na concepção dos institutos federais e na definição dos limites de sua atuação, mas é preciso considerar que a noção de território é polissêmica. Pode-se, em uma concepção entendê-lo como espaço geográfico cujo conceito tem como referência as mesorregiões brasileiras. Neste sentido, pode-se afirmar que os institutos devem estar unificados em determinado território geográfico que constitui a soma de municípios que compõem as mesorregiões com instalações físicas dessas instituições (2009, p. 36).

Para Silva (2009), a esse conceito deve ser incorporado a concepção de território enquanto construção sociocultural que está vinculada a um determinado espaço e tempo. Ou seja, é um espaço formado por grupos sociais a partir da sua própria identidade e das relações que ocorrem entre si, num determinado tempo histórico. É preciso superar, portanto, a dimensão geográfica de território e concebê-lo como espaço de rede de relações sociais em permanente movimento, pois é no território que se efetiva o desenvolvimento local e regional na perspectiva de sustentabilidade, um dos preceitos fundamentais do trabalho dos institutos federais.

Destarte, é nesse contexto que os Institutos Federais surgem como proposta singular de organização e gestão, constituindo um marco nas políticas educacionais no Brasil, no intuito de atender às demandas do desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como os arranjos produtivos e tecnologias educacionais próprias. Assim, a questão da territorialidade é importante, principalmente pelo fato dos Institutos constituírem uma rede: a Rede de Educação Profissional e Tecnológica.

2. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A metodologia constitui-se o caminho para a construção do conhecimento científico devendo relacionar-se às referências teóricas com definição sobre as técnicas e instrumentos de investigação a serem utilizados. Para Golsaves (2005) a questão metodológica é bem mais ampla e indica um processo de construção, um movimento que o pensamento humano realiza para compreender a realidade social. Neste sentido, é fundamental uma boa definição da metodologia para o desenvolvimento eficiente do projeto no intuito de propiciar uma visão global do conjunto, filtrando informações relevantes para a construção da pesquisa.

Ao registrar o percurso metodológico procura-se evidenciar uma postura epistemológica enquanto pesquisador, deixando pistas de como se concebe a relação sujeito-objeto do conhecimento. “Entendida como o caminho e o instrumental próprios para abordar aspectos do real, a metodologia inclui concepções teóricas, técnicas de pesquisa e a criatividade do pesquisador” (GONSALVES, 2005).

Assim, neste capítulo serão descritos a metodologia, a estratégia na coleta de dados, os instrumentos de pesquisa, definição dos participantes, a transcrição e análise dos dados e a postura pessoal do pesquisador.

2.1. Descrição da Metodologia da Pesquisa

As características da pesquisa que realizei se enquadram em uma abordagem qualitativa. Esta pesquisa procurar descrever fatos a partir da coleta de informações sobre o processo de implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

Para a realização da pesquisa utilizei recursos e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, descritiva e etnográfica de cunho socioeducacional.

A pesquisa qualitativa encontra uma sustentação em Günter (2006), quando considera que ao invés de utilizar instrumentos e procedimentos padronizados, a pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos específicos. Assim, deve-se ter o maior cuidado na descrição de todos os passos da pesquisa: delineamento, coletas de dados, transcrição e preparação dos mesmos para sua análise específica.

Nesse processo de descrição e interpretação não há, necessariamente, a mensuração de seus dados, mas sobretudo, a investigação da natureza dos mesmos enfatizando tudo o que pode influenciar na elaboração de hipóteses, perguntas de pesquisas e suas possíveis conclusões.

André (1995) define a pesquisa qualitativa como sendo o estudo do fenômeno em seu acontecer natural, porque se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa, que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente, defendendo assim, uma visão holística dos fenômenos, ou seja, que considere todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas.

Portanto, a preferência pela abordagem qualitativa se justifica pela impossibilidade de expressar em números os aspectos dinâmicos e subjetivos que se quis investigar. Ela privilegia a descrição e interpretação do objeto estudado, enfatizando o contexto no qual ocorre o referido estudo. Para Godoy, segundo essa perspectiva,

um fenômeno pode ser compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador via a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas

envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (1995, p.21).

Nessa linha de pensamento, busquei adotar a partir da pesquisa qualitativa, o uso de dados descritivos, que são características da pesquisa etnográfica. A pesquisa de cunho etnográfico originou-se da antropologia, com o intuito de estudar cultura e sociedade. Posteriormente, esse modo de observação foi também contemplado em outras áreas, como a educacional e administrativa, ao se fazer uso de técnicas e procedimentos da pesquisa etnográfica. Nesse caso, utilizar características da pesquisa etnográfica, sem que se possa considerar etnografia propriamente dita (ANDRÉ, 1995).

Para essa pesquisa destaco a importância de se ter um período significativo de estudo em campo, a partir do contato direto com a situação, pois me permitiu interagir diretamente com o contexto da pesquisa e o objeto estudado, centrando-me no processo dos acontecimentos, utilizando dados descritos como característica principal da pesquisa etnográfica. É possível nesse sentido, enquanto pesquisador ter a oportunidade de aproximar-me das pessoas, das situações, dos locais e dos eventos que ocorreu o fenômeno.

André (1995) destaque que para seja reconhecido como um estudo etnográfico é preciso, antes de tudo, que preencha os requisitos da etnografia, e que seja um sistema bem delimitado. Isto é, uma unidade com limites bem definidos, tal como uma pessoa, um programa, uma instituição ou um grupo social. Neste caso, interessei-me em fazer o estudo de uma instituição de educação profissional, a partir de seu processo de implantação, pois,

O interesse do pesquisador ao selecionar uma determinada unidade é compreendê-la como uma unidade. Isso não impede, no entanto, que ele esteja atento ao seu contexto e às suas inter-relações como um todo orgânico, e à sua dinâmica como um processo, uma unidade em ação (ANDRÉ, 1995, p. 31).

Outra característica da pesquisa qualitativa é o caráter descritivo. Esse processo apoia-se na pesquisa descritiva, que procura analisar e fazer uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses fatos e fenômenos, ou mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade.

Diante disso, busquei com esse estudo descrever o processo de implantação do Instituto Federal do Amapá a partir da política de expansão da rede federal de educação profissional no Brasil. Essa descrição tem como foco a análise qualitativa das informações coletadas, tendo em vista que o Instituto Federal do Amapá está inserido no rol das políticas governamentais propostas pelo Governo Federal.

Para o desenvolvimento do estudo empreguei os recursos da pesquisa documental e bibliográfica que me permitiu a construção da fundamentação teórica desse trabalho e também a sistematização da proposta. Esses dois tipos de pesquisa são muito semelhantes, no entanto, para fins de conceituação e diferenciação, a pesquisa bibliográfica é baseada em fontes secundárias, enquanto que a pesquisa documental está focada na investigação a partir de fontes primárias, como afirma Neves

A pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem se reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. Pode oferecer base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilita que a criatividade do pesquisador dirija a investigação por enfoques diferenciados. Esse tipo de pesquisa permite o estudo de pessoas a que não temo acesso físico (distantes ou mortas). Além disso, os documentos são uma fonte não-reativa e especialmente propícia para o estudo de longos períodos de tempo (1996, p. 3).

A pesquisa documental teve o intuito de fazer uma leitura de fontes primárias, ou seja, toda informação, neste caso documental, que ainda não sofreu nenhum tratamento científico. É a informação colhida na sua origem, ficando a interpretação e utilização da mesma na responsabilidade do pesquisador. Para Neves (1996) a palavra “documentos”, deve ser compreendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos. Assim para esse estudo utilizei diversos documentos como jornais, revistas, regulamentos, normas, pareceres, atas, portarias, registros, roteiros de programas de rádio e televisão e arquivos escolares que contribuíram para a coleta de informações sobre o tema proposto.

Por outro lado, a fonte secundária é aquela que já se apresenta como resultado de um trabalho científico, que para fins de definições temos a pesquisa bibliográfica. Nela, busquei um embasamento teórico a partir de livros, enciclopédias, periódicos, dicionários e artigos científicos.

2.2. Delineamentos da Pesquisa Qualitativa

A partir das definições sobre a metodologia, utilizei os seguintes procedimentos de pesquisa:

I - Uma fase de pesquisa bibliográfica e documental para coleta de dados visando a fundamentação teórica da proposta. Nessa fase, foram realizados os seguintes estudos:

a) Levantamento histórico da Educação Profissional no Brasil, tendo como foco a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a implantação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica;

b) Fundamentação do ponto de vista teórico da relação entre os Institutos Federais e o Desenvolvimento Territorial;

c) Levantamento de dados socioeconômicos e configuração territorial sobre o Estado do Amapá, em especial sobre os municípios de Laranjal do Jari e Macapá, onde foram implantado inicialmente o Instituto Federal do Amapá;

d) Levantamento da legislação brasileira que regula a oferta da educação profissional, a partir da Constituição Federal, LDB, Decretos, Pareceres e Resoluções;

e) Levantamento de dados relativos ao processo de implantação do Instituto Federal do Amapá, a partir de documentos internos, relatórios, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), regimento interno, atas, jornais, revistas;

f) Levantamento de informações sobre a estruturação física do IFAP, em especial os câmpus Laranjal do Jari e Macapá, durante o processo de implantação;

II – Uma fase de atividade de campo para coleta de dados e informações através de visitas e da realização de entrevistas semiestruturadas, visando um melhor conhecimento dos seguintes aspectos:

a) Conhecimento da realidade dos câmpus Laranjal do Jari e Macapá, e seu processo de estruturação, a partir de registro de fotografias e coletas de documentos;

b) Visitas aos municípios de Laranjal do Jari e Macapá, localidades da área de abrangência do IFAP, das peculiaridades locais e características regionais.

c) Visitas in loco para a realização de entrevistas com técnicos, professores e gestores da instituição;

d) Visita ao Departamento de Engenharia e Serviços, para coleta de informações (fotografias, projetos, maquetes) sobre o processo de estruturação física do IFAP;

III – Fase de elaboração do relatório de pesquisa / Dissertação.

2.3. Estratégias de Coletas de Dados e Instrumentos de Pesquisa

Para o levantamento das informações utilizei os seguintes instrumentos e recursos:

- a) documentos de fontes primárias e secundárias;
- b) documentos oficiais, do governo federal, estadual e municipal, bem como de outras instituições.
- c) entrevistas realizadas através da técnica de entrevista semiestruturada;
- d) Acervo fotográfico da instituição, entrevistados e do próprio pesquisador;

Quanto às entrevistas utilizei a do tipo semiestruturado no intuito de combinar perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistador tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas.

Para Duarte (2004), realizar entrevistas sobretudo se forem semiestruturadas, abertas, de históricas de vida, não é tarefa banal. Para ele, propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a provocar um discurso mais livre, mas que atenda os objetivos da pesquisa e seja importante no contexto investigado é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista. Assim, para se ter uma boa entrevista exige:

- a) que o pesquisador tenha muito bem definido os objetivos da sua pesquisa;
- b) que o pesquisador conheça com alguma profundidade, o contexto em que pretende realizar sua investigação (experiência pessoal, conversas com pessoas que participam daquele universo, cuidadosa revisão bibliográfica);
- c) a introdução, pelo entrevistador, do roteiro da entrevista;
- d) segurança e auto-confiança;
- e) algum nível de informalidade, sem jamais perder de vista os objetivos que levaram a buscar aquele sujeito específico como fonte de material empírico para sua investigação;

Neste sentido, estes elementos foram fundamentais para a condução das entrevistas semiestruturadas, pois quando utilizamos desse instrumento, atuamos como mediadores para o sujeito aprender sua própria situação de outro ângulo, conduzindo o entrevistado a se voltar sobre si próprio, incitando-o a procurar relações e organizá-las. Com isso, ele nos fornece matéria-prima para nossas pesquisas, pois enquanto informantes estão também refletindo sobre suas próprias vidas e dando um novo sentido a elas (DUARTE, 2004).

Além do mais, as entrevistas não foram a única maneira de fazer pesquisa qualitativa. Foi possível fazer observações de campo e tomar esses registros como fonte, e recorrer a documentos (escritos, registrados fotográficos). Para Duarte (2004) é possível fazer fotografias ou videografações de situações significativas. Assim, o que dá o caráter qualitativo não é necessariamente o recurso de que se faz uso, mas o referencial teórico/metodológico eleito para a construção do objeto de pesquisa e para a análise do material coletado no trabalho de campo.

2.4. Definição dos Participantes da Pesquisa

Na realização das visitas aos câmpus do IFAP em implantação, constatei que existem poucos registros sobre os fatos ocorridos durante o processo de implantação do IFAP, principalmente sobre os espaços utilizados de realização dos primeiros cursos técnicos. Poucos foram os servidores que participaram do processo de implantação do IFAP desde a sua gênese. De certo, em contato com docentes e técnicos do IFAP empossados em 2009 a partir do 1º concurso público realizado em 2008 pelo antigo CEFET do Pará, muitos desconheciam quais eram os servidores que colaboraram na elaboração dos primeiros documentos e processo de regulamentação para a criação da instituição.

Durante esse processo de investigação, busquei identificar os servidores que em regime de colaboração foram transferidos de outras instituições da Rede Federal como forma de colaborar para a implantação da primeira instituição de educação profissional da Rede Federal no Estado do Amapá. Do total de 9 colaboradores, que foram chegando ao Estado entre os anos de 2007 e 2009, antes do ingresso dos novos servidores, escolhi 3 servidores que contribuíram com esse processo histórico, entre eles o Reitor Pró-tempore do IFAP, para participarem das entrevistas no intuito de prestarem informações a partir das perguntas feita pelo pesquisador. Destes 9, apenas 7 servidores continuam na instituição. Destes 7, 3 servidores participaram da pesquisa, 2 como representante da gestão, neste caso a Reitoria, 1 como representante dos docentes do câmpus Macapá.

No câmpus Laranjal do Jari, realizei entrevistas com 2 representante dos docentes, 1 representante dos técnicos administrativos, 1 representante da gestão. No câmpus Macapá, entrevistei 1 representante da gestão, 1 representante da equipe técnica administrativa, 1 representante dos professores. Na Reitoria, foram 2 representantes. Portanto, para esta pesquisa, contemplei tanto os representantes da Reitoria, bem como, os primeiros servidores empossados que colaboraram na implantação de seus respectivos câmpus.

2.5. Transcrição e Análise de Dados

Para o desenvolvimento da pesquisa documental, optei pela análise de conteúdo visto que escolha dos documentos não é um processo aleatório, mas se dá em função de alguns propósitos, ideias ou hipóteses. Para Godoy (1995) a análise do conteúdo, é uma das técnicas mais utilizadas para este fim, sendo um instrumento metodológico que se pode aplicar a discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte.

Na análise de conteúdo, o pesquisador busca compreender as características, estruturas e/ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração. Godoy (1995) destaca três fases fundamentais para a utilização da análise do conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na primeira fase, cabe ao pesquisador ter um primeiro contato com os documentos, fazendo o exame inicial da documentação que permitirá definir, com mais acuidade, quais documentos são mais promissores para se analisar determinado problema, os objetivos da pesquisa, assim como a especificação do campo no qual deve-se fixar a atenção. Na segunda etapa, compete ao pesquisador ler os documentos selecionados, adotando procedimentos de codificação, classificação e categorização. A terceira fase consiste na análise do conteúdo, denominada tratamento dos resultados e interpretação.

Para as entrevistas, adotei alguns procedimentos importantes na preparação destas para a análise. O primeiro refere-se à transcrição, sendo que as entrevistas foram transcritas, logo depois de encerradas. Duarte (2004) destaca que as entrevistas devem passar pela chamada conferência de fidedignidade, isto é, ouvir a gravação tendo o texto transcrito em mãos, acompanhando e conferindo cada frase. Assim foi possível transcrever e ler cada entrevista realizada, e corrigir os possíveis erros, evitando respostas induzidas, reavaliando os rumos da investigação.

Para analisar as entrevistas optei por fragmentar o todo e reorganizar os fragmentos a partir de novos pressupostos. Neste caso, trata-se de

segmentar a fala dos entrevistados em unidades de significação – o mínimo de texto necessário à compreensão do significado por parte de quem analisa – e iniciar um procedimento minucioso de interpretação de cada uma dessas unidades, articulando-

as entre si, tendo por objetivo a formulação de hipóteses explicativas do problema ou universos estudado (DUARTE, 2004, p. 221).

Assim, a interpretação exige que as unidades de significação (advindas da fragmentação das entrevistas) sejam articuladas entre si a partir de categoria de análise. Ou seja, as unidades de textos retiradas das falas dos informantes que tiveram relação, deverão ser agrupadas.

Para tanto, agrupei as categorias de análise, a partir de referências teórico-conceituais ou de um conhecimento prévio do campo empírico, integrando-as aos objetivos da pesquisa. Busquei também emergir no momento da análise, pela identificação de conteúdos recorrentes no discurso dos entrevistados.

Nesse caso, a análise final das entrevistas consiste em dar sentido ao conteúdo de cada categoria dos quais estão agrupadas em unidades de significação, tendo como referência os objetivos da pesquisa e o contexto em que os depoimentos foram escolhidos. (Duarte, 2004).

Minayo (2008) diz que as categorias a serem investigadas, devem ser definidas antes do trabalho de campo. Sendo que após a coleta de dados, o pesquisador deve formulá-las visando a classificação dos dados encontrados em seu trabalho de campo, e depois compara as categorias gerais, estabelecidas antes, com as específicas, formuladas após a realização das entrevistas.

Assim, a partir das informações coletadas, apresento uma análise descritiva do cenário de estudo a qual permite uma compreensão minuciosa da estrutura de funcionamento do Instituto Federal do Amapá, seu processo de implantação e sua inserção regional, a partir de categorias específicas distribuídas no decorrer do trabalho.

2.6. Postura pessoal do pesquisador

Segundo Neves (1996) nas pesquisas qualitativas é comum o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada, e a partir de então, situe a interpretação dos fenômenos estudados. Godoy (1995) destaca também, que a abordagem qualitativa enquanto exercício de pesquisa não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite o investigador use a imaginação e criatividade para propor trabalhos que explorem novos enfoques.

Na pesquisa qualitativa há a aceitação explícita da influência de crenças e valores sobre a teoria, sobre a escolha dos tópicos de pesquisa, sobre o método e sobre a interpretação de resultados. Além dessa influência, há de se constatar um envolvimento emocional do pesquisador com o seu tema de investigação (GODOY, 1995).

Assim, em relação a pessoa do discurso, optei por utilizar a primeira pessoa do singular, pois segundo Perrota

o fato de escolher a primeira pessoa do singular não significa que o autor vá prescindir de fazer referência a outros estudos, nem mesmo de contrapor concepções teóricas, posicionando-se como representante de uma ou outra maneira de entender, de pensar, ou de manter certo distanciamento de seu objeto de estudo para poder avaliá-lo e criticá-lo devidamente. (2004, p. 28).

Já na introdução do trabalho busquei apresentar um pouco do meu percurso profissional e anseios pessoais, o que me fez utilizar a primeira pessoa do singular, me motivando a fazer uma ligação direta com as reflexões também ao longo do corpo do trabalho.

Ramalho (2006) destaca que há um consenso em torno do texto científico de que este está previamente estabelecido em seu aspecto formal determinado por um modelo próprio de se usar a escrita objetivamente após observar o seu objeto de investigação, onde o pesquisador apresenta os resultados usando a linguagem de forma neutra mostrando apenas o que comprovou sem quaisquer manifestações de subjetividade, pois acredita que só desta forma os mesmos terão validade e confiabilidade. Entretanto, seu posicionamento vai de encontro ao a esse mito da impessoalidade e neutralidade. Para ele, o pesquisador é, antes de tudo, um ser subjetivo. Alguém que está inerentemente marcado por suas concepções pessoais, “cuja raízes estão intrinsecamente imersas em todo um contexto sócio-histórico e ideológico ao qual este ser integra”.

Deste modo,

não há uma linguagem universal; existem formas diferenciadas de usos, no contexto científico, que se valem dos próprios paradigmas aos quais pertencem, construindo não uma relação direta entre realidade de fatos e fenômenos investigados e a manifestação desta por meio da linguagem; há sim uma representação semântico-ideológica atendendo aos interesses da comunidade científica e estes não estão distantes do caráter subjetivo do pesquisador (RAMALHO, 2006, p.)

É preciso considerar, portanto, que existem várias maneiras de mostrar ao leitor, mesmo que o texto seja na primeira pessoa do singular, que “a dissertação é fruto de um movimento a que se pertence; apresenta, pois, um certo momento histórico na área, com suas dúvidas, respostas, novas indagações, conhecimentos e desconhecimentos”. Por mais impessoalidade que se pretenda manter, no corpo do texto sempre aparecem escolhas pessoais, ancoradas no grupo de referência do qual o autor faz parte (PERROTA, 2004, p. 31).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E INSTITUCIONAL

3.1. Aspectos Geopolíticos e Configuração Territorial do Amapá

Para compreender como se estruturou a implantação do Instituto Federal do Amapá, busco situá-lo no contexto socioeconômico, político e histórico-geográfico em que ele está inserido. Assim, considero de extrema importância destacar os aspectos gerais do Estado do Amapá, em especial, os Municípios de Macapá e Laranjal do Jari, onde foram implantados os primeiros dois câmpus do IFAP.

3.1.1. Amapá: antecedentes históricos do processo de desenvolvimento

Ao longo da história, o Amapá foi alvo de constantes invasões. Os ingleses e holandeses tentaram ocupar a região no fim do século XVII, porém, foram os portugueses que colonizaram a região. No período da União Ibérica (1580-1640) o Rei da Espanha Felipe IV, resolveu em 14 de junho de 1637 colonizar a região criando a Capitania do Cabo Norte, mas doou ao donatário português Bento Maciel Parente. Em 1697, os franceses de Caiena invadiram o território, que logo foram expulsos pelos portugueses. Em 11 de abril de 1713, foi assinado o Tratado de Utrecht entre Portugal e Espanha estabelecendo o rio Oiapoque como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa. (MORAIS e MORAIS, 2011).

Após a independência do Brasil em 1822, o Amapá continuou ligado à província do Pará. Os franceses continuaram demonstrando interesse no território e novas invasões ocorreram. Em 01 de dezembro de 1900, foi assinado o Laudo Suíço que ratificou o Tratado de Utrecht, integrando definitivamente a região do contestado ao patrimônio nacional, representando um acréscimo de 225 km. Assim, em 25 de fevereiro de 1901 a área do Amapá incluindo a que era contestado, foi incorporado ao Estado do Pará.

No intuito de promover o desenvolvimento econômico, em 1943, o Governo Federal desvinculou o Amapá do estado do Pará, e transformou-o em Território Federal do Amapá. Mas somente em 5 de outubro de 1988, com a nova Constituição Federal, o território do Amapá foi elevado à categoria de Estado da federação, tendo como capital a cidade de Macapá. Entretanto, até o ano de 1990 o governador do Amapá era ainda nomeado pelo Presidente da República. A primeira eleição para governador do estado do Amapá ocorreu somente em outubro desse mesmo ano.

Do período de criação do Território até a eleição do primeiro governador eleito a partir da transformação em Estado, os principais investimentos locais estavam voltados principalmente para a infraestrutura, construção de prédios públicos e educação básica. Além disso, a extração mineral era uma das principais atividades econômicas, na qual desempenhou um papel importante no processo de desenvolvimento do Amapá. Neste mesmo período, houve o esgotamento das jazidas de manganês no teor de 55%, obrigando os governos, tanto estadual quanto federal, a buscarem novas alternativas econômicas para o Amapá. Assim o principal elemento dessa tomada de decisão é a criação pelo Governo Federal, da Área de Libre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), em 1991. (MORAIS, 2011).

Em 1995, como forma de impulsionar o desenvolvimento da região, o governo de João Alberto Capiberibe estabeleceu algumas políticas desenvolvimentistas, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA)⁷. Em 2004, no Governo de Waldez Góes

⁷ Criado pelo Decreto nº 2453, de 14 de agosto de 1995, O PDSA é um conjunto de diretrizes transformadas em políticas públicas, norteadoras dos projetos e ações do governo da época. Dentre as diretrizes, destacam-se o

foi apresentado o Plano Amapá Produtivo, em que os projetos de governo estavam voltados para a base produtiva do Estado estabelecendo uma política de incremento no interior da região, fundamentado na configuração dos ecossistemas e tendo como prioridade a implantação de polos de desenvolvimentos, com a integração dos diferentes setores econômicos, especialmente, a formação de arranjos produtivos locais. (AMAPÁ, 2005).

O Estado do Amapá tem, portanto, uma localização estratégica, situando-se na foz do Rio Amazonas, e é parte do Platô das Guianas. Apresenta um excelente potencial para uma integração regional, não apenas com as demais regiões do país, mas também com países vizinhos e até com a União Europeia. Assim, Morais e Moraes mostra que o,

O Amapá apresenta vantagens em relação às outras regiões brasileiras, com diversidades de ecossistemas, com alta potencialidade de recursos minerais, vegetais e pesqueiros; sua localização geográfica com os centros internacionais de desenvolvimento e navegabilidade para o Atlântico, permite ao Amapá projetar sua dinamização comercial baseado no incentivo à importação e exportação de produtos vitais para a economia regional (2011, p. 13).

As propostas políticas governamentais do Amapá têm com uma de suas prioridades a articulação com o governo da Guiana Francesa, buscando cooperação técnica e abertura de oportunidades de mercado. Um dos principais resultados dessa aproximação é a construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque que liga a cidade de Saint-Georges (São Jorge, em português), na Guiana Francesa com o município amapaense de Oiapoque do lado brasileiro. A construção da ponte foi concluída em agosto de 2011, mas foram necessários mais de dois anos para que o tráfego pela ponte fosse liberado. Entretanto, sua inauguração, prevista para dezembro de 2013, teve que ser adiada por três motivos: a necessidade da aprovação do acordo Brasil/França em tramitação no Congresso Nacional, a agenda do presidente francês e a necessidade de construir os postos da aduana no lado brasileiro pelo governo federal. Esta é a primeira ligação terrestre na fronteira Brasil-França, fazendo com que se possa ir de Caiena à Macapá trafegando em estradas pavimentadas.

A estrada binacional Brasil-França abrirá novos mercados para produtos nacionais, que também poderão ser exportados a custos mais baixos para a Europa, Caribe e América do Norte, ampliando a importância do Amapá como porta de entrada para turistas europeus. Além disso, o governo estadual vem procurando consolidar as relações diplomáticas e comerciais com a Guiana Francesa e com os outros países que compõem o Platô das Guianas.

3.1.2. Aspectos geográficos do Amapá

Situado no norte do país, o Estado do Amapá tem uma extensão territorial de 142.828,521 Km², divididos em 16 municípios. Conforme contagem realizada em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população totaliza 669.526 mil habitantes, sendo que 89,8% residem em áreas urbanas. Tem com uma densidade demográfica de 4,69 habitantes por Km² e sua superfície territorial corresponde a 1,6% do Brasil e a 3.6 % da Região Norte. (IBGE, 2010).

envolvimento dos usuários, a descentralização e a co-gestão, a conservação dos recursos, a agregação do valor aos produtos locais, o acesso ao crédito para os pequenos produtores, a equidade social e a valorização das culturas locais. Esse novo paradigma foge a regra de todos os projetos econômicos que já haviam sido implementados no Estado do Amapá como foi o caso do Projeto Jarí , ICOMI , Área de Livre Comércio de Macapá e Santana-ALCMS, só para citar alguns que tinham como principal característica um alto investimento de capital, sem nenhuma preocupação ambiental e voltada para a evasão de renda capital para os grandes centros urbanos nacionais e internacionais. (BRONDÍZIO, 2003).

O Amapá está localizado na parte setentrional ou norte do Brasil, nas encostas leste do Maciço das Guianas, sendo banhado pelo oceano Atlântico e pelo rio Amazonas e pertence aos dois hemisférios: Norte e Sul. Faz parte da região Amazônica ou Região Norte do Brasil. Sua capital é Macapá e outros municípios de grande importância são: Santana, Laranjal do Jari, Oiapoque, Mazagão e Porto Grande. O Amapá é o único estado da federação que possui uma fronteira com território de dominação europeia, no caso, a Guiana Francesa, além de possuir fronteira com o Suriname e o Estado do Pará (Fig. 1). Seus limites territoriais foram fixados quando ainda era Território Federal do Amapá pelo Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943 que são os seguintes: A oeste, sul e sudeste com o Estado do Pará com 1.093 km; a leste com o Oceano Atlântico 598 km; a noroeste com Suriname 52 km; ao norte com a Guiana Francesa 655 km. (MORAIS e MORAIS, 2011).

Figura 1 - Mapa Político do Estado do Amapá



Fonte: <http://castelorogeter.blogspot.com.br/2011/06/areas-protetidas-quadro-geral-no-amapa.html>

Apesar de ser relativamente pequeno, se comparado com outros estados da Amazônia, o Amapá concentra uma das maiores diversidades em ambientes naturais, pois pertence a dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares quanto à formação e estruturação de seus ambientes naturais. Pela sua localização privilegiada e estratégica, situa-se na interconexão dos mercados locais e internacionais (PDI, 2012).

A rede hidrográfica do Amapá é bastante extensa e composta por vários rios que desembocam no rio Amazonas ao sul e sudeste e no Oceano Atlântico ao norte e noroeste do Estado. A cobertura vegetal apresenta dois padrões de formação de paisagens: a florestal e a

campestre que corresponde a vários ecossistemas: floresta de terra firme, floresta de várzea, mata de igapó, manguezal, cerrado e campos. O clima predominante é o equatorial quente e úmido, caracterizado por altas temperaturas e chuvas abundantes.

3.1.3. Aspectos socioeconômicos do Amapá

A recente ocupação do território do estado do Amapá esteve condicionada a um crescimento demográfico acumulado entre 1990 e 2007 da ordem de 757%, e na última década com um aumento de 4.02% médio ao ano. O amplo crescimento populacional foi impulsionado pela transformação do Amapá em estado da federação e também com a criação da Área de Livre Comércio. Esses acontecimentos ocasionaram um processo migratório significativo, agravando ainda mais o quadro desorganizado da urbanização que vinha aumentando, principalmente com a ocupação das áreas de ressaca (PDI, 2012).

O grande crescimento populacional nas duas últimas décadas esteve diretamente relacionado com a chegada de um contingente migratório proveniente principalmente dos estados do Pará, Maranhão, Ceará, e recentemente, da região sul do Brasil. Essa população em sua maioria não tinha qualificação profissional, vivendo no subemprego e no mercado informal ou com a ocupação de terras favorecidas pelo programa de assentamento do Governo Federal para as zonas urbanas.

Outro ponto que favoreceu o crescimento populacional nas principais cidades foi o êxodo rural, decorrente da falta de uma política agrícola séria para aumentar a produção rural, massacrada pela questão fundiária, o que ocasionou uma concentração urbana desordenada nas principais cidades do Estado do Amapá. Assim,

O êxodo rural desequilibrou a produção primária no Estado do Amapá, isso fez com que a cada dia tornasse-nos cada vez mais dependentes de outras regiões produtoras fora do Estado. Mais de 70 % da população que vivia no campo, reside nas áreas urbanas com perspectivas fantasiosas de melhoria de vida, a maioria sem qualificação profissional é deslocada do seu ambiente produtivo. Essa situação gerada pelo êxodo rural, tem trazido consequência trágicas, pois, poucas alternativas econômicas se tem, principalmente com a indústria que ainda está em processo de expansão. (MORAIS e MORAIS, 2011, p. 32).

Nas questões econômicas, o Amapá ainda permanece na dependência das transferências federais, embora tenha buscado alternativas para o seu sustente, politicamente mais autônomas, como é o caso da ALCMS e do PDSA. A economia amapaense não destaca como um grande produtor de riquezas, contribuindo de maneira reduzida ao Produtor Interno Bruto (PIB) nacional, além de consumir muitos produtos de outros estados brasileiros, especialmente do Pará.

No entanto, o processo de estruturação econômica do Estado vem passando por profundas transformações, tendo como principais setores na sua economia: a Agropecuária, Mineração, Indústria, Comércio e Serviços, Turismo, Setor Público e Construção Civil.

No setor primário, o Amapá é autossuficiente em hortaliças folhosas, mas ainda falta muito investimento e tecnologia para se produzir com qualidade e preço acessível à população mais carente. Sua produção está concentrada no Mini-polo e Polo Hortigranjeiro de Fazendinha, distrito de Macapá, na Colônia Agrícola do Matapí, no município de Porto Grande e na periferia de Macapá. As principais espécies produzidas são: salsa, pepino, chuchu, feijão-verde, tomate, alface, couve, cebolinha, chicória, carirú, coentro, abóbora, pimentinha pimentão, jambú e matruz. Na fruticultura, há a necessidade de incentivo e financiamento.

No setor pecuário, os municípios da região norte do Amapá apresentam um grande potencial para a criação da pecuária extensiva do gado bubalino e bovino, mas ainda não possuiu gado de corte suficiente para atender o mercado interno e externo de qualidade, embora o Amapá tenha começado a entrar no rol de exportação de gado. Um dos incentivos do governo estadual à pecuária é a realização todos os anos da Expo-Feira Agropecuária do Amapá, com a aquisição de animais vinda de outros estados para melhorar o rebanho.

A mineração é uma das principais atividades econômicas do Estado, tendo um desempenho importante no processo de desenvolvimento do Amapá. Com a descoberta da mina de manganês no município de Serra do Navio, o Amapá despontou no cenário nacional e internacional como Estado promissor para o setor mineral⁸. Desde então, o subsolo amapaense passou a ser ainda mais cobiçado, proliferando na região inúmeros garimpos e empresas de mineração, que através da política, conseguiram se estabelecer no Amapá, fazendo investimentos baratos e lucros imediatos. É uma região propícia para a indústria extrativa mineral e, é representado pela existência dos minérios: manganês, ouro, granito, hematita, caulim, tentanita, columbita, cassiterita, bauxita, ferro, prata, cobre, chumbo, calcário, argila, areia, pedra de seixo, pedra comum, barro e terra preta. (MORAIS e MORAIS, 2011).

O setor industrial se desenvolve de maneira tímida em função de alguns problemas como: a falta de energia elétrica, dificuldade de transporte devido a distância dos centros consumidores, presença forte de Belém e Manaus, com seus parques industriais já instalados. As principais empresas destacam-se com a extração do ouro, manganês, fabricação de tijolos, palmito de açaí, padarias, água mineral, movelarias, pesca, castanha do Pará e energia elétrica, com a construção de hidrelétricas.

No setor terciário, o Amapá apresenta oportunidade de emprego e negócios. As principais atividades são o comércio, tendo em criação da ALCMS, e o setor público que é ainda o maior responsável pelos empregos e serviços. A região também dispõe além dos serviços de pequenas empresas, bares, boates, supermercados, restaurantes, cinemas, hotéis, empresas de vigilâncias, escritórios e bancos.

Assim, no Estado do Amapá existem vários aglomerados produtivos locais relevantes, como é o caso do empreendedorismo do setor de madeira e móveis, do empreendedorismo do segmento de produtos derivados do açaí, da bioindústria, da indústria Oleiro-Cerâmica, da pesca artesanal, turismo, grãos (arroz, feijão, sorgo, milho e soja), mandiocultura, fruticultura (cupuaçu, abacaxi, banana e maracujá) pesca artesanal, apicultura, produtos florestais não madeireiros, mineração e siderurgia, rochas ornamentais, indústria do pescado, aquicultura, avicultura e suinocultura. No entanto, a maioria desses aglomerados não configura, ainda hoje, Arranjos Produtivos Locais, dado o baixo nível de governança cooperativa, cooperação, interação, competitividade das empresas e negócios instalados no Estado e especialmente a falta de mão-de-obra qualificada capaz de garantir a produtividade em grande escala propiciando um maior desenvolvimento econômico local. (AMAPÁ, 2005).

⁸ Empresas que exploraram os minérios no Amapá: Indústria e Comércio de Minério (ICOMI) - 1953 -Serra do Navio – manganês; Caulim da Amazônia (CADAM) – 1974 – Vitória do Jari – caulim; Mineradora Novo Astro (MNA) – 1983 – Calçoene – ouro; Mineradora Yuki Yoshidome (MYYSA) – 1989 – ouro; Mineradora Vila Nova – 1990 – Mazagão – cromita; Mineradora Pedra Branca do Amapari (MPBA) – 2005 – Pedra Branca do Amapari – ouro; Anglo American – 2007 – Pedra Branca do Amapari – ferro; UNANGEM – 2010 – Mazagão – ferro.

3.2. A Inserção Regional do Instituto Federal do Amapá

Nas primeiras investigações sobre o plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, busquei identificar o motivo que levou a inserção do Instituto Federal do Amapá nos municípios de Macapá e Laranjal do Jari. Esses dois municípios escolhidos para a implantação dos primeiros câmpus do IFAP são de suma importância no contexto do desenvolvimento local e regional.

Para tanto, apresento o contexto regional de cada município escolhido para a implantação do Instituto Federal do Amapá e seus câmpus.

3.2.1. Caracterização Regional do Município de Laranjal do Jari

O município de Laranjal do Jari está localizado ao sul do Estado do Amapá (Meso Região Sul), a 320 km da cidade de Macapá, fazendo limites os municípios: Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Mazagão e Vitória do Jari, e com o Estado do Pará, (ficando em frente a cidade de Monte Dourado, no Município de Almeirim, separado pelo rio Jari), e ainda com Suriname e Guiana Francesa. De acordo com o censo demográfico de 2010, a população era de 39.942 habitantes e a área territorial é de 30.971 km², o que resulta numa densidade demográfica de cerca de 1,29 hab/km² (IBGE, 2010).

A origem de Laranjal do Jari remonta a época da colonização do rio Jarí, recebendo influência com a implantação do Projeto Jari, em 1967, empreendido pela Companhia Jarí Florestal e Agropecuária Ltda, idealizado pelo milionário norte americano Daniel Keith Ludwig, que teve como pretensão construir um império autossustentável na região equatorial com atividades voltadas à exploração de celulose, pecuária e agricultura de arroz de várzea e para extração do minério de caulim e bauxita (MORAIS, 2011).

Considerado um projeto de grande porte, a empresa necessitava um número grande de mão de obra, o que ocasionou a chegada de muitos trabalhadores na região. A maioria foi contratada de forma temporária e indireta por empreiteiras, que não lhes asseguravam os direitos trabalhistas. Após a dispensa pela companhia, muitos ficavam sem recursos, nem moradia, além do mais não conseguiam retornar aos seus locais de origem. Muito se abrigaram à margens do rio, em palafitas, sem as mínimas condições de higiene e sobrevivência. O local ocupado ficou conhecido como “Beiradão”, uma das maiores favelas fluviais do mundo, além de ser uma das mais pobres e violentas populações brasileiras. Outro agravante era o auto índice de prostituição na região. (MORAIS, 2011).

Em decorrência das origens de Laranjal do Jari estar ligado a colonização do rio Jari e às influências socioeconômicas decorrentes da implantação e funcionamento do Projeto Jari, o município ainda hoje convive com situações contraditórias, ora se defrontando com a busca de nova identidade produtiva, ora com soluções de problemáticas estigmatizadas, traduzidas pelas precárias condições de vida das palafitas.

Laranjal do Jari foi elevado à categoria de município e distrito, pela Lei Estadual n. 7.639, de 17 de dezembro de 1987, sendo desmembrado do município de Mazagão. É formado com parte da área do distrito de Boca do Jarí, que pertencia ao município de Mazagão. O município de Laranjal do Jari é o maior de todos os municípios do Estado do Amapá, possuindo uma área de 30.971 km² (IBGE, 2010).

Figura 2 - Vista Aérea do Município de Laranjal do Jari



Fonte: <http://www.ferias.tur.br/fotos/304/laranjal-do-jari-ap.html>.

No Setor Primário há a criação do gado bovino e bubalino, em maior proporção; a cultura do arroz, abacaxi, banana, cupuaçu, feijão, laranja, milho, melancia e da mandioca. No Setor Secundário destaca-se a extração e fabricação de palmitos de açaí e com destaque na extração da castanha-do-brasil, que hoje é exportada para a Europa (França) para a fabricação de óleo comestível. Possui algumas padarias e movelarias que fabricam móveis de boa qualidade e também fábricas de tijolos que além de atender o alto consumo do próprio município, exportam boa parte para o Estado do Pará. No setor terciário, o comércio o fator mais importante para o desenvolvimento da região, no entanto, o setor público, através do pagamento dos funcionários, é o que mais movimenta a economia local. No setor turístico, o rio Jari possui diversas cachoeiras, sendo a cachoeira de Santo Antônio, considerada uma das mais belas do Brasil, muito visitada nos finais de semana. Contempla ainda em seu território áreas especiais como: Serra do Tumucumaque e Reserva Indígena Waiãpi. (MORAES, 2011).

Apesar das últimas décadas o Município tenha ganhado contornos de cidade, a população do Laranjal do Jari ainda enfrenta problemas graves pela falta de saneamento básico, incêndios provocados por instalações elétricas precárias, principalmente devido ao aglomerado de palafitas, além das enchentes, que periodicamente deixam a cidade em situação calamitosa.

3.2.2. Caracterização Regional do Município de Macapá

O município de Macapá está localizado na região sudeste do Estado do Amapá estendendo-se da margem esquerda do Rio Amazonas (entre os rios Pedreira, Matapi e litoral atlântico) até a nascente do rio Maruanum. É cortado pela Linha do Equador e sua altitude é de 16,48 m (sede). Limita-se com os municípios de Santana, Itaubal, Porto Grande, Ferreira Gomes, Cutias e Amapá. (MORAIS, 2011).

De acordo com o censo demográfico de 2010, a população era de 398.204, com estimativa em 2014 de 446.757. A área territorial é de 6.408,545 km², o que resulta numa densidade demográfica de cerca de 62,14 hab/km² (IBGE, 2010).

De acordo com Moraes (2011), a história da cidade de Macapá remonta dos tempos coloniais e está relacionada à defesa e fortificação das fronteiras do Brasil, bem como à preocupação em garantir a fixação do homem em terras brasileiras, assegurando a soberania portuguesa sobre as terras brasileiras. Após vários conflitos com os franceses de Caiena, o governo do Maranhão e Grão-Pará, em 1738, enviou o primeiro destacamento militar para o local onde se originou Macapá, bem próximo onde se encontra o forte denominado Fortaleza de São José. A partir de então, formou-se o primeiro núcleo de colonização do Amapá, que foi administrado pela Província do Maranhão e Grão-Pará.

Em 1751, o governo de Maranhão e Grão-Pará, através de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, Ministro de D. José I, continuou a colonização trazendo algumas famílias de colonos e soldados vindos das Ilhas de Açores. Assim constituem as origens do Amapá, muitos colonos açorianos, colonos degradados de Portugal, (presos políticos, negros africanos ou oriundos da Bahia e do Rio de Janeiro, além de índios que habitavam o local). Em 1971, inaugura-se o mais antigo monumento da cidade de Macapá: a igreja de São José de Macapá. Assim, ainda no governo de Mendonça Furtado, elevou Macapá, antes povoado, à categoria de Vila de São José de Macapá, em 04 de fevereiro de 1758.

Para fortificar a Vila, o então governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa Ataíde Teive, autorizou em 1764, a construção da Fortaleza de São José em Macapá. Em 19 de março de 1782, foi inaugurada a maior fortificação construída pelos portugueses no Brasil. A Vila foi prosperando e se expandiu em volta do Forte. A figura 3 mostra a Fortaleza de São José, um dos principais monumentos turísticos da cidade.

Figura 3 - Vista Aérea da Fortaleza de São José de Macapá



Fonte: Registro fotográfico próprio.

Em 06 de setembro 1856, no segundo Reinado da Família Real portuguesa, Macapá foi elevada à categoria de cidade. No governo de Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, foi criado o Território Federal do Amapá, a partir desta data o Amapá passou a ter governo próprio, embora nomeado pelo Governo Federal. Em 31 de maio de 1944, Macapá foi promovida à categoria de capital do Território, hoje Estado do Amapá. (Moraes, 2011).

Segundo Moraes (2011) Macapá é o município mais importante do Estado do Amapá, não somente por ser a capital, mas por ser a cidade mais estruturada, além de ser a sede do

governo e demais poderes que regem a administração pública concentra monumentos históricos. É a única capital brasileira que está situada à margem esquerda do rio Amazonas e é cortada pela Linha do Equador.

Com a transformação do Amapá em Estado, atendendo os preceitos da Constituição Federal de 1988, ocorreram mudanças substanciais em sua dinâmica espacial. O esgotamento das jazidas de manganês de teor de 55%, de fundamental importância para a economia do Estado, obrigou aos governos, tanto estadual quanto federal, de buscarem novas alternativas econômicas para o Amapá. Um dos principais elementos tomados foi a criação pelo Governo Federal, da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em 1991.

Figura 4 - Vista Aérea do Município de Macapá



Fonte: Registro fotográfico próprio.

O setor público ainda é um dos maiores responsáveis pela economia estadual, gerando vantagens também no campo social. Este setor é o maior responsável pelo emprego e dinheiro que circula no Estado e, movimente vários segmentos da economia amapaense. As empresas privadas também contribuem gerando vários empregos para a população.

No setor primário sobressaem-se as criações de gado bovino, bubalino, suíno, avicultura, pesca artesanal (dourada, piramutaba, pescada, tamuatá, traíra, jijú, pratinha, acará, matupiri, jandiá, sarapó, anunjá, oéua, tucunaré, etc) e do camarão. O açaí é um produto que gera renda para o município, havendo pela cidade inúmeros postos de venda do produto, que além de constituir alimento básico para a população local, está sendo exportado para outros estados e até mesmo para outros países. O açaí é um produto muito disputado economicamente, seu preço está cada vez mais elevado, com isso, a população de baixa renda tem diminuído seu consumo.

A horticultura é também outro destaque na economia local, pois a produção de hortaliças está concentrada no polo-hortigrangeiro e no mini-polo em Fazendinha e em algumas pequenas partes da periferia de Macapá.

No setor secundário, a industrialização do município de Macapá ainda desenvolve lentamente, tendo em vista de alguns problemas estruturais, como a capacidade de oferta de energia elétrica, dificuldade de transporte devido a distância dos centros consumidores e a presença forte de Belém e Manaus, com seus Parques Industriais instalados. Apesar dessa dificuldade, há diversas fábricas de tijolos, industrialização de sulcos, palmitos de açaí, padarias, empresas de água mineral, movelarias, artesanato em vime, que apresentam números positivos em relação à oportunidade de emprego. (Morais, 2011).

Macapá tem como destaque na sua economia a Zona de Livre Comércio, onde se concentra variedades de produtos importados, sendo que a maioria das lojas se concentram no centro da cidade.

De acordo com Moraes (2011) a falta de uma política agrícola séria para aumentar a produção rural, massacrada pela questão fundiária, provocou uma concentração urbana desordenada nas principais cidades do Estado, ajudando a gerar problemas sociais gravíssimos. O êxodo rural desequilibrou a produção primária, fazendo com que o Amapá se tornasse cada vez mais dependente de outras regiões produtoras fora do Estado.

Em 2010, conforme o censo demográfico constatou-se que 95% da população de Macapá reside nas áreas urbanas. Muitas pessoas que migram para a capital buscam perspectivas de melhoria de vida, entretanto a maioria sem qualificação profissional. Esse fenômeno provocou uma forte concentração populacional em Macapá e Santana.

De fato, o crescimento populacional na periferia se expandiu em decorrência de boa parte da população ocuparam as áreas de ressacas, ocasionando um grande problema de infraestrutura na cidade. A área de ressacas que atravessam quase toda a área urbana da capital vem sofrendo com os problemas de assentamentos urbanos. Apesar de serem protegidas por lei, as áreas de ressacas vêm sofrendo uma acentuada degradação, comprometendo a funcionalidade desse sistema e a própria qualidade de vida de seus moradores.

3.2.3. A escolha dos municípios de Laranjal do Jari e Macapá para implantação do IFAP

O município de Laranjal do Jari foi escolhido para a implantação de um segundo câmpus por ser o terceiro em concentração populacional, e integrar a região do Vale do Jari, formada com o município de Vitória do Jari (12.445 habitantes). Por outro lado, a sede do município de Laranjal do Jari faz fronteira com o município de Almeirim-PA (33.665 habitantes), tendo como divisa o rio Jari, qualificando-a como cidade gêmea com Monte Dourado.

A escolha do Câmpus Laranjal do Jari está pautada na Portaria/MEC N° 04, de 06 de janeiro de 2009, que estabelece a relação dos campus que passarão a compor cada um dos Institutos Federais, criados a partir da Lei 11.898/2008.

Durante as entrevistas realizadas para investigar juntos aos gestores sobre o critério de escolha do Câmpus Laranjal do Jari, é possível destacar a realizada uma consulta prévia para todos os municípios, no intuito de apresentarem uma proposta para a implantação de mais um câmpus, além da capital Macapá. Sobre os municípios que apresentaram propostas para implantação de um novo câmpus, um dos entrevistados afirma que

O único município que apresentou essa proposta foi Laranjal do Jari. Não foi o Governo Federal que selecionou Laranjal para fazer a implantação lá. Na verdade, foi o próprio município que apresentou, sendo obviamente provocado, uma proposta e foi aprovado. Porque senão nós teríamos só o Câmpus Macapá (E6, 2013).

Além da própria iniciativa do município para a implantação de novos câmpus do Instituto Federal do Amapá, outros critérios deveriam ser considerados como o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e a própria localização que deveria ser estratégica, para atender, não somente o município de Laranjal do Jari, mas toda a região, como é o caso do Vale do Jari, que atende tanto o município sede, como o município de Vitória do Jari, do lado amapaense, e o município de Almeirim no Pará, principalmente o distrito de Monte Dourado,

ficando do outro lado da margem do rio Jari. Assim, a escolha de Laranjal do Jari foi importante para o desenvolvimento da região, como afirma a Gestora do Câmpus Laranjal do Jari:

A escolha de Laranjal do Jari é assim: o governo federal faz um estudo e verifica a possibilidade de implantar um instituto em determinadas áreas, em determinados índices que eles atendem de baixo desenvolvimento humano. E Laranjal do Jari, estava inserido. Não significa dizer: escolheu Laranjal. Não! O município ele teve um prazo para fazer um projeto, apresentando essa contrapartida, e tinha um determinado prazo. Laranjal do Jari cumpriu esse prazo e propôs o projeto em tempo hábil. Foi assim que aconteceu a plantação da semente, a germinação da semente do câmpus. O município fez o projeto, ofereceu contrapartida e se inscreveu no tempo certo. Se o município não manifesta interesse, ou seja, sem contrapartida, a rede federal, não vem (E2, 2013).

O município de Vitória do Jarí, também se beneficia com a criação do Câmpus Laranjal do Jari. É o mais novo do Estado, criado pela lei n.º171 de 8 de setembro de 1994, sendo desmembrado do município de Laranjal do Jarí e fica a cerca de 280 km da capital, Macapá e o acesso ao município dá-se pela BR-156 até Laranjal, atravessando uma balsa até o distrito de Monte Dourado no Pará para então atravessar outra balsa até o município. Assim, a escolha estratégica de Laranjal do Jari para a implantação de um câmpus do IFAP, beneficia toda a região do Vale do Jari, que traz tem um potencial econômico a ser desenvolvido a partir de seus recursos naturais e sua localização geográfica, como é o caso do município de Vitória do Jarí que possui florestas densas e de formação pioneira, que apresentam grande potencial madeireiro e abrigam numerosas espécies nobres, além de castanha-do-brasil, seringueira e essências florestais (MDA, 2006).

Em 2008, com a fase 2 da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, buscou-se ampliar a oferta de educação profissional para todo o interior do país, com o objetivo de ter pelo menos um câmpus cada estado, na época ainda UNED, conhecida como Unidade de Ensino Descentralizada, vinculada ainda ao antigo CEFET. Assim, é possível confirmar a implantação de um câmpus no interior do Estado a partir da fala do Reitor Pró-Tempore do IFAP, que descreve o motivo da escolha Laranjal do Jari:

[...] por ser um município no sul do Estado onde ele também atenderia mais 2 municípios, Vitória do Jari e o município do Pará, que é Almeirim, Monte Dourado. Esse foi um dos motivos. Ai pergunta-se, porque Santana não entrou? Porque Santana está muito próximo de Macapá. O governo federal decidiu que a interiorização passasse pelo sul do Estado, até porque o segundo município estava muito próximo da capital. Então essa foi a questão da definição da área, a questão da abrangência. Laranjal do Jari, na época tinha 46 mil habitantes, mas somando com os habitantes de Vitória do Jari e de Almeirim e Monte Dourado, teríamos aí uma população realmente que merecia, carecia muito de uma instituição da rede naquela localidade, justamente para fomentar o desenvolvimento local e regional. Então esse foi o porquê de ser instalado, de ser escolhido o campus Laranjal do Jari. E é interessante que o campus Laranjal do Jari, não só ele, mais 150 escolas da fase dois, eles já foram determinados por esse estudo. Já fizeram todo um estudo da localização, a questão da territorialidade, e aí foi escolhido Laranjal do Jari. (E8, 2013).

Um aspecto importante para a escolha do município é o desenvolvimento territorial. Esse enfoque é dado do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAP, onde relaciona a escolha do município de Laranjal do Jarir, a partir do lançamento do **Programa Territórios da Cidadania** pelo Governo Federal, ocorrido em 2008. Este programa tem como objetivo

promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

A partir dessa nova configuração territorial, o município do Laranjal do Jari passou a constituir o Território da Cidadania Sul do Amapá, que abrange uma área de 46.787,90 Km² e é composto por 3 municípios: além de Laranjal do Jari compreende Mazagão e Vitória do Jari. A população total do Território Sul é de 62.118 habitantes, dos quais 9.556 vivem na área rural, o que corresponde a 15,38% do total. Possui 680 agricultores familiares, 3.537 famílias assentadas e 2 terras indígenas, formadas pelos povos Waiãpi, Wayana, Apalaí, Katxuyana, Tiriyo. Alguns desses povos encontram-se na divisa com o Estado do Pará. O IDH médio da região é 0,70. (PDI, 2012).

Assim como ocorreu com o câmpus Laranjal do Jari, a escolha do câmpus Macapá também está pautada na Portaria/MEC Nº 04, de 06 de janeiro de 2009. Macapá foi escolhida para a implantação de um câmpus e da Reitoria do IFAP por ser a capital do Estado do Amapá e possuir a maior concentração demográfica do Estado, 59,5%, cerca de 397.913 habitantes. Além disso, possuía a infraestrutura necessária à implantação do Instituto, que na época era Escola Técnica Federal.

4. O INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ: IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO

A partir de 2008, com a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, aumentou consideravelmente o número de unidades de ensino em todo o território nacional, atingindo todas as capitais e as principais cidades do interior brasileiro, com uma proposta de oferta educacional verticalizada, que abrange desde a educação profissional técnica de nível médio até o ensino superior. Além disso, a rede se ampliou, cada vez mais, com o acolhimento de novos públicos oriundos de outras demandas, como a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação de jovens e adultos (EJA), incluindo também as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Nesse conjunto, a educação profissional e tecnológica revela-se uma das estratégias principais do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que propõe uma reorganização da rede, a partir da apresentação de proposições organizada em etapas, modalidades e níveis educacionais não apenas em uma unidade, mas a partir de uma relação intrínseca da educação profissional com a ordenação do território e com o desenvolvimento econômico e social.

O enlace entre educação e ordenação territorial é essencial na medida em que é no território que as clivagens culturais e sociais, dadas pela geografia e pela história, se estabelecem e se reproduzem. Toda discrepância de oportunidades educacionais pode ser territorialmente demarcada: centro e periferia, cidade e campo, capital e interior. Clivagens essas reproduzidas entre bairros de um mesmo município, entre municípios, entre estados e entre regiões do País. (MEC, 2007, p.6).

Baseado nesse conceito de territorialidade, já apresentado no primeiro capítulo, é que destaco a importância de compreendermos a inserção regional do Instituto Federal do Amapá, a partir da política de expansão da rede, analisando os avanços, desafios e dificuldades encontradas ao longo do percurso de implantação.

A territorialidade e o desenvolvimento se sustentam com um dos pilares do PDE, buscando dar consequência a articulação da educação com o desenvolvimento econômico que se realiza no território, ordenado segundo a lógica do arranjo educativo – local, regional ou nacional. Assim, apresenta como uma das justificativas principais para a ampliação da rede de forma articulação com o desenvolvimento territorial.

A maturidade da rede federal de educação profissional e tecnológica e a escala e a dispersão das unidades por todas as mesorregiões do País exigem um novo modelo de atuação, que envolva o desenvolvimento de um arrojado projeto político-pedagógico, verticalidade da oferta de educação profissional e tecnológica, articulação com o ensino regular, aumento da escolaridade do trabalhador, interação com o mundo do trabalho e as ciências e apoio à escola pública. (MEC, 2007, p. 33)

É pensando nesse desenvolvimento arrojado de projeto político-pedagógico, é que busco compreender nesta pesquisa, com base na análise de documentos, registros e entrevistas, se a implantação do Instituto Federal do Amapá, atende as expectativas no sentido de implementar um projeto inovador que atenda as reais necessidades locais e regionais, com a oferta de educação profissional e sua ampliação nos diversos níveis de ensino.

4.1. De Escola Técnica Federal para Instituto Federal

Para se compreender a criação do Instituto Federal do Amapá, preciso antes me reportar ao Decreto nº6.095, publicado 24 de abril de 2007, onde foram estabelecidas as diretrizes para o processo de integração de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no âmbito da Rede Federal do Educação Tecnológica, a partir dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), de modo a favorecer a sua atuação integrada e referenciada regionalmente. Apesar de não haver CEFET ou Escola Técnica Federal no Amapá até esta data, este foi o primeiro dispositivo legal que tratou da reorganização e integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica. Para entender esse processo, destaco os artigos abaixo que tratam dessa organização:

Art. 2º A implantação de IFETs ocorrerá mediante aprovação de lei específica, após a conclusão, quando couber, do processo de integração de instituições federais de educação profissional e tecnológica, na forma deste Decreto.

Art. 3º O processo de integração terá início com a celebração de acordo entre instituições federais de educação profissional e tecnológica, que formalizará a agregação voluntária de Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, Escolas Técnicas Federais - ETF, Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, localizados em um mesmo Estado.

Ora, como o Estado do Amapá, iria se manifestar para compor essa integralização se até então, não existia nenhuma das instituições a que se refere o Art 3º da referida Lei ? Essa resposta é dada, meses depois, com a criação da Escola Técnica Federal do Amapá, a partir da publicação da Lei 11. 534, de 25 de outubro de 2007, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais como destaca o seu art. 1º:

Ficam criadas, como entidades de natureza autárquica, vinculadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, as Escolas Técnicas Federais:

I – do Acre, com sede na cidade de Rio Branco;

II – do Amapá, com sede na cidade de Macapá;

III – de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Campo Grande;

IV – de Brasília, no Distrito Federal; e

V – de Canoas, no Rio Grande do Sul. (BRASIL, 2007, art 1º). [grifo nosso]

Portanto, a história do IFAP, começa de fato, com a criação da Escola Técnica Federal, em 25 de outubro de 2007, mesmo que essa configuração já estivesse com os dias contados, conforme prevê o Decreto nº6.095/2007 com as diretrizes para a transformação em Institutos Federais.

O passo seguinte foi a Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007, de 12 de dezembro de 2007, para a apresentação de propostas de adesão pelos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, Escolas Técnicas Federais - ETF, Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais na constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 31 de março de 2008, através da Portaria MEC/SETEC nº 116, é divulgada a relação das propostas aprovadas no processo de seleção da Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007, além de apresentar a indicação de transformação do Instituto Federal do Amapá a partir da transformação da Escola Técnica Federal, com mostra o seguinte artigo:

Art. 2º Os Institutos Federais do Acre, do Amapá, de Brasília, do Mato Grosso do Sul e de Rondônia serão implantados a partir da transformação das respectivas

Escolas Técnicas Federais, criadas nos termos da Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007. (BRASIL, 2008a).

Em 29 de dezembro de 2008, é aprovada a Lei 11.892 que cria institui a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica e cria os Institutos Federais, entre eles, o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. No início de 2009 é nomeado o professor Emanuel Alves Moura, como Reitor Pró-Tempore do IFAP, através da Portaria MEC 021\2009 de 07 de janeiro de 2009. A partir de então, com a sede da Reitoria instalada provisoriamente no centro da capital, o Instituto Federal do Amapá, insere-se no cenário amapaense com o desafio de ser uma referência local e regional na oferta de educação profissional e tecnológica, enquanto sistema de ensino público e gratuito. Mas antes disso, muitos desafios foram postos à frente da equipe de trabalho, antes de sua primeira instalação.

4.2. Os caminhos percorridos para a implantação do Instituto Federal do Amapá

Os primeiros passos percorridos até a efetiva instalação do IFAP iniciaram em 2007 com os primeiros trabalhos para a criação da Escola Técnica Federal no Estado do Amapá, através de negociações entre governos federal e estadual na busca de mecanismos para sua implantação e estruturação da instituição.

Em 13 de novembro de 2007, a Portaria MEC nº 1066 atribui o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET-PA o encargo de implantar a Escola Técnica Federal do Amapá, tendo como responsabilidades: ativar e gerir a Unidade Gestora do ETFAP; praticar atos atinentes à execução orçamentária e financeira; organizar os concursos públicos para o provimento de quadro de pessoal efetivo; propor junto à SETEC a relação de cursos de educação profissional a serem oferecidos à comunidade, em consonância com as necessidades socioeconômicas de âmbito local e regional, entre outras.

A Portaria nº 1199 do Ministério da Educação, de 12 de dezembro de 2007, nomeia o professor Emanuel Alves de Moura para exercer o cargo de Diretor Geral Pró Tempore da Escola Técnica Federal do Amapá – ETFAP.

No início de 2008, começam as primeiras articulações para as instalações da parte administrativa da ETFAP e a árdua procura pelo terreno para a construção da unidade com sede na cidade de Macapá e a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) no município de Laranjal do Jari (fig. 5). Para a realização dos primeiros trabalhos, foram designados além do Diretor Geral Pró-Tempore, dois servidores do CEFET-PA para compor a equipe de implantação da ETFAP. Ainda em fase de elaboração do projeto de implantação, a referida autarquia foi instalada provisoriamente, em uma sala cedida pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), mas que logo se transferiu para outros espaços. Assim os depoimentos a seguir constatarem esse fato:

[...] Em 13 de novembro de 2007, o Centro de Federal de Educação Tecnológica do Pará, o CEFET\PA, recebeu a incumbência de realizar o processo de implantação da Escola Técnica Federal do Amapá, através da Portaria 1066. E a partir disso o professor Edson Ary designou eu e a Prof. “A”, pra que retornássemos ao Estado do Amapá para processar esse processo de implantação. Nós fomos colocadas a disposição, e iniciamos esse trabalho aqui [...] Eu comecei aqui em janeiro de 2008. E recebi exatamente em janeiro de 2008, o nosso atual Reitor Pró-tempore , o Prof. Emanuel de Alves Moura, que na época, ou seja, era ainda o conhecido Diretor Geral da Escola Técnica Federal do Amapá, que na verdade ela foi concebida como ETFAP. Ela foi criada em 25 de outubro de 2007, na lei de criação, na Lei 11.534, criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Na verdade, nós não tínhamos um espaço específico. Qual foi a nossa principal tarefa? Contactar com o governo do Estado, especificamente, com quem foi designado na época para ficar à frente pelo

Governo do Estado do Amapá que foi o Secretário de Educação Adalton Bitencourt. Ele que ficou à frente pelo Governo do Estado para nos receber, e ao mesmo tempo, não só essa recepção, trabalhar conosco, onde nós ficaríamos. E a questão da área designada para a construção da então Escola Técnica Federal do Amapá. Então quando nós viemos pra cá, nós não tínhamos espaço físico, na verdade não tinha nada. Nós estivemos inclusive na UNIFAP, porque a gente sentiu a necessidade de um espaço físico. [...] E nesse “inter” entre janeiro e julho de 2008, a gente ficou com todo o processo de preparação das audiências públicas para fazer as seleções dos cursos, e ao mesmo tempo, a nossa labuta diária, de porta em porta, no Governo do Estado, em todas as secretarias para poder conseguirmos não só o apoio do Governo do Estado na questão específica mesmo dessa socialização de quais cursos nós iríamos iniciar ofertando na escola. (E6).

O Instituto Federal do Amapá, ele nasce ainda em 2007 como Escola Técnica Federal do Amapá. Nesse contexto, os diretores gerais dos então CEFETs/Escolas Técnicas, já discutiam a implantação do instituto federal, até para ter mais autonomia, inclusive a verticalização da educação profissional. Em 2007, eu fui nomeado como diretor geral da escola técnica. Essa escola, ainda por não ter um quadro de pessoal e infraestrutura, o ministro da educação ele designa o então CEFET/PA como a instituição implantadora, a tutora da nossa escola. A partir de 2008, nós fizemos várias visitas ao Estado do Amapá, na cidade de Macapá, no sentido de viabilizar a efetiva implantação da então escola técnica. Como nós não tínhamos imóveis, nem pessoal, passamos a buscar um imóvel que pudesse atender as necessidades da nova autarquia recém criada. E aí, passamos a buscar junto ao governo do estado. Realizamos duas audiências públicas para definir quais os primeiros cursos que poderiam ser implantados na escola de Macapá. Paralelo a isso, surge a fase dois da expansão, onde a Escola Técnica ganha a UNED, Unidade de Ensino Descentralizada de Laranjal do Jari. Então passamos nesse período a buscar o terreno tanto em Macapá, quanto em Laranjal do Jari. Tivemos várias audiências como Secretário de Estado da Educação, com o prefeito de Laranjal, com o Governo do Estado, no sentido de buscar o melhor terreno, a melhor infraestrutura para a implantação de nossa escola. É claro, não foi fácil, foi uma luta muito árdua depois de várias tentativas, de várias reuniões de sensibilização. Até porque as pessoas não entendiam porque o Estado do Pará, o CEFET/Pará estava implantando. Porque uma pessoa de fora, vir para implantar a instituição? É claro, que tivemos alguns problemas de entendimento, principalmente com os gestores locais, mas depois de um tempo, nós conseguimos os dois terrenos (E8).

Figura 5 – Municípios contemplados na Implantação da ETFAP



Fonte: IFAP

Analisando os primeiros registros da equipe de trabalho, identifiquei os primeiros passos para a concretização e efetivação da ETFAP. Estes foram rodeados de dificuldades, a começar pela procura do terreno a ser implantada a unidade, como destaca as falas a seguir:

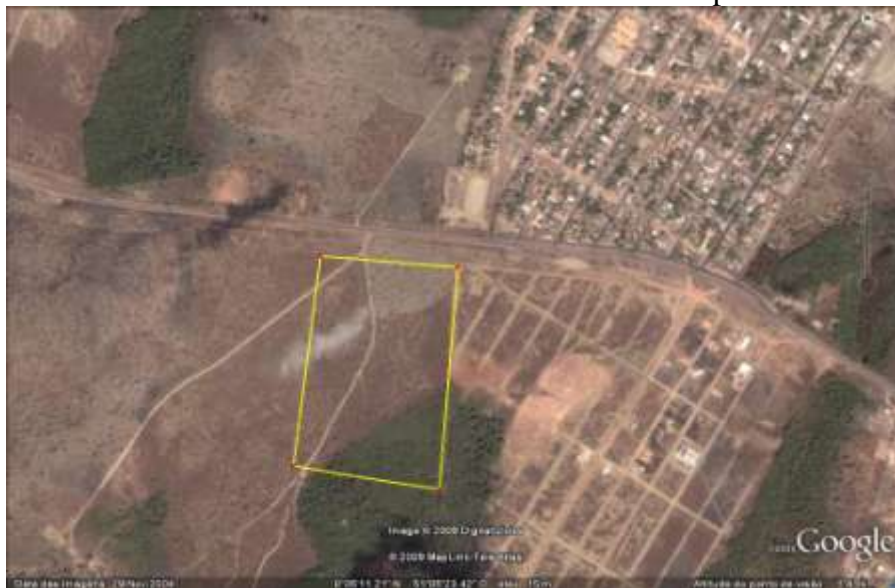
O principal empecilho na minha visão, foi a dificuldade que a gente teve com a questão do terreno. Foi muito difícil. Só da gente conhecer a estrutura física do Estado, na verdade Macapá só tem pra onde se expandir aqui pra zona norte. Nós andamos, só pra você imaginar! Nós andamos foi pra tudo quanto foi lugar: Fazendinha, já pra perto de Santana, para ver limites que estivessem no município de Macapá para conseguir o terreno. Até que a gente conseguiu esse espaço aqui que é bom, que é amplo, mas que é obviamente, bem distante do centro (E6).

(Sobre a escolha do terreno) [...] não foi muito fácil, até porque a justificativa dos gestores públicos é que o Estado do Amapá não tinha, tanto na capital quanto no Município de Laranjal do Jari, eles não tinham área que nós desejávamos. Nós pedimos em Laranjal 7 hectares e em Macapá 15 hectares. Então não foi muito fácil, inclusive o terreno de Laranjal do Jari, a primeira doação era um terreno muito pequeno e acidentado, que não atendia a nossa necessidade. Nós propomos à prefeita da época que comprasse uma área de mais 4 hectares para poder compor hoje o terreno que está sendo utilizado para a ampliação nossa instituição. Então não foi fácil, devido isso, a questão da dominialidade do terreno, principalmente aqui em Macapá foi difícil, que até hoje esse terreno não está no nosso nome apesar de existir uma lei de doação por parte do governo do estado, mas esse terreno não está no nome da instituição. Laranjal do Jari, já está resolvido, existe a escritura pública e já está registrado no cartório de imóveis. Macapá já está finalizando a questão toda é questão do cartório, que há um ano este documento está no cartório de notas para sair a escritura pública, mas eu acredito que em 2 ou 3 meses a gente já resolva essa situação (E8).

Até a escolha definitiva do terreno, entre fevereiro e março de 2007, ocorreram vários encontros com representantes do Governo Estadual, entre eles com o secretário Interinstitucional Alberto Góes e o Secretário de Educação Aduino Bittencourt, para discutir acerca da definição do terreno para a construção da ETFAP, bem como a utilização das dependências da Secretaria de Educação para realizar os trabalhos de estudos sobre a implantação, entre eles, a articulação para a realização das audiências públicas.

Após inúmeras visitas a possíveis áreas destinadas a implantação da ETFAP, o Governo Estadual, através da Secretaria de Infraestrutura, disponibilizou uma área de terra com aproximadamente 16 hectares, localizada na BR 210, km 03, no bairro Brasil Novo, no loteamento denominado “Morada das Palmeiras”, para as futuras instalações da ETFAP, conforme prevê o Decreto Estadual nº 2454 de 28 de julho de 2008, que declara a desapropriação do imóvel constituído de área de terra do Município de Macapá, que era de propriedade do Sr. Nonato Altair Marques Pereira, designando-a para diversos fins, entre eles, a implantação da ETFAP, e a Lei nº Estadual nº 1.381 de 13 de outubro de 2009, que autoriza o Poder Executivo Estadual a promover a doação de área às futuras instalações do IFAP, como mostra a figura abaixo:

Figura 6 – Vista aérea do terreno destinado à ETFAP – Macapá - Ano 2007



Fonte: Departamento de Engenharias e Serviços – DENS – IFAP

Conforme descreve a Lei nº 11.381/2009, a doação da área ao Instituto Federal do Amapá, se deu para o fim específico de instalação de sua sede e funcionamento administrativo, cujo memorial descritivo apresenta os seguintes detalhamentos: Área de 15,716846 ha, com perímetro de 1.628,36 m, situado no limite com a BR-210, tendo esse trecho a distância de 315,13 m, e um dos lados confrontando com o Loteamento das Palmeiras a distância de 486,68 m.

4.2.1. Processo de escolha dos primeiros Cursos Técnicos

No início de 2008, em continuidade aos trabalhos, definiu-se a realização de audiências públicas como a metodologia a ser utilizada a escolha dos primeiros cursos a serem ofertados pela ETFAP. Assim, foram realizadas 2 audiências públicas em Macapá e 1 em Laranjal do Jari, e após os resultados das discussões em plenária, definiu-se por uma lista de possíveis cursos a serem escolhidos pela ETFAP a partir dos critérios estabelecidos.

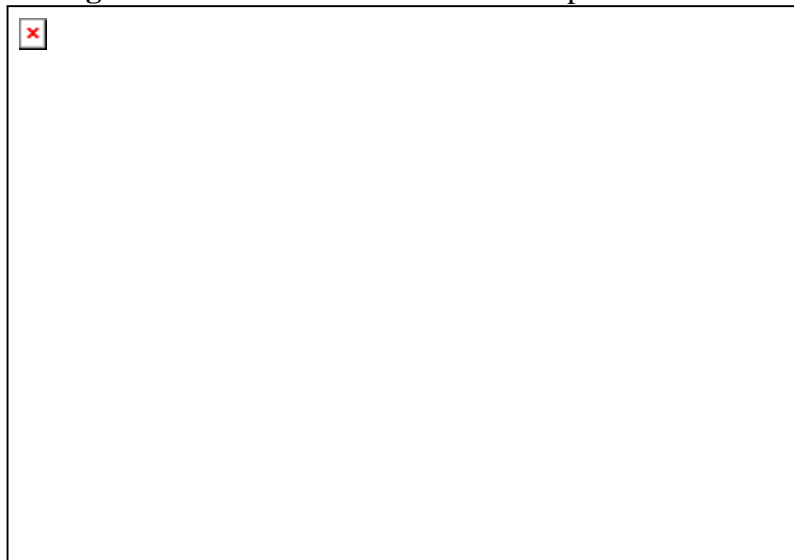
4.2.1.1. Audiência Pública em Macapá

As duas audiências públicas no município de Macapá (fig. 6), ocorreram nos dias 31 de março e 23 de abril de 2008, respectivamente, e a audiência pública em Laranjal do Jari, ocorreu em 22 de abril de 2008. Esse processo constituiu o marco histórico inicial de participação da sociedade organizada no que tange às ações de implantação do IFAP, pois as audiências determinaram quais os Cursos Técnicos de Nível Médio seriam implantados, de forma a atender as especificidades da comunidade local.

Em Macapá, a primeira audiência pública foi realizada no Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá – CEPA, no dia 31 de março de 2008, às 9 horas. Neste encontro, houve a participação de representantes da comunidade local, entidades e autoridades, dentre as quais, o Governador do Estado do Amapá, na época, Antônio Waldez Góes, Secretário de Estado da Educação, Diretor Geral do CEFET do Pará (órgão responsável pelo processo de implantação), Diretor-Geral da ETFAP, presidente do Sindicato

dos Servidores Públicos em Educação do Amapá (SINSEPEAP) e o presidente da União dos Estudantes do Amapá (UNA).

Figura 7 – Audiência Pública em Macapá - Ano 2008



Fonte: ASCOM/IFAP

Durante a abertura dos trabalhos da primeira audiência, foram prestadas diversas informações sobre a implantação da ETFAP, destacando a necessidade e a importância desta instituição para o município e região. O Prof. Edson Ary de Oliveira Pontes, Diretor – Geral do CEFET-PA teceu comentários acerca da responsabilidade do CEFET-PA em comandar o processo de implantação, enfatizando o compromisso do Governo Federal com o ensino profissionalizante no Brasil, principalmente no Acre, Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Rondônia, que estavam sem uma Escola Técnica Federal, além de promover um processo de implantação que vá ao encontro da realidade do Estado, nos aspectos, sociais, econômicos e culturais.

O Sr. Emanuel Alves de Moura, Diretor-Geral Pró-tempore da ETFAP, apresentou o histórico das Escolas Técnicas Federais no Brasil, descrevendo dados referentes às áreas onde as mesmas serão instaladas, trazendo à tona sua principal importância: formar técnicos de nível médio, nas diversas áreas de acordo com as demandas existentes, bem como, a importância da implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em continuidade aos pronunciamentos, o Sr. Governador do Estado do Amapá, Waldez Góes, explicitou a relevância da implantação da ETFAP no Estado – em Macapá e em Laranjal do Jari, se referindo à necessidade de cursos técnicos de Nível Médio estarem voltados para a realidade sócioeconômica da região amapaense. Além disso, ratificou a importância de ocorrer a 2ª audiência pública para que se amadurecem as discussões ao se tomar decisões finais acerca dos cursos a serem implantados na ETFAP, tendo como subsídio tanto o histórico da realidade amapaense, quanto das sugestões de todos os segmentos que lidam com a educação profissionalizante no Amapá, bem como da sua realidade econômica, social e cultural.

Ao final da primeira audiência, ficou acordado a necessidade de realizar a 2ª audiência Pública para que se tenha, em definitivo, a seleção dos cursos iniciais a serem implantados na ETFAP, no município de Macapá, determinando, também, a ocorrência da audiência pública no município de Laranjal do Jari. Inicialmente, os cursos propostos na primeira audiência foram os seguintes: Curso de Tecnologia de Alimento Regional; Curso em Gestão de Eventos

e Festas Populares; Curso em Gestão de Agência de Turismo; Curso Técnico em Radiologia; Curso em Secretário Administrativo Escolar; Curso Técnico em Edificações; Curso Técnico em Construção Civil e Curso Técnico em Mineração.

A segunda audiência aconteceu no Auditório Multimídia da Universidade Estadual do Amapá (UEAP), no dia 23 de abril de 2008, às 15 horas, e ocorreu nos mesmos moldes da anterior, no intuito de apresentar sobre a implantação da ETFAP e finalizar os trabalhos para a escolha dos cursos técnicos, bem como apresentar os temas sugeridos no encontro anterior, como o do Plano de Desenvolvimento Integrado – Amapá Produtivo, especialmente o que se refere às Políticas de Apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs) e a apresentação do histórico acerca do ensino profissionalizante no Estado do Amapá.

Em uma das apresentações do Secretário de Educação, Aduino Bitencourt, destaco as seguintes perspectivas de educação profissional no Amapá: o fato do Estado do Amapá possuir um potencial econômico bastante rico e promissor, aliado a sua privilegiada posição geográfica, que o coloca na rota comercial com os países da Europa e da América do Norte; a expansão do comércio, da indústria, da mineração e do turismo tem injetado um volume significativo de investimentos e possibilitado novas oportunidades de empregos no Estado do Amapá; e a Educação Profissional como mecanismo que possibilita ampliar e assegurar educação básica, técnica e tecnológica, pública, gratuita e de qualidade aos jovens amapaenses, garantindo mão-de-obra qualificada que atenda a vocação econômica do Estado do Amapá.

Sobre a audiência em Macapá, destaco o seguinte depoimento:

[...] ao mesmo tempo que a gente estava nessa organização de espaço físico, ainda no primeiro semestre de 2008, nós tivemos duas audiências públicas, aqui em Macapá, uma no dia 31 de março, outra no dia 23 de abril. Essas audiências públicas serviram para chamar o poder público, representantes do setor produtivo local, nós tivemos várias representatividades, não só do setor público, mas também do setor privado. Em especial o que se reportava era a questão processo de produção do Estado do Amapá para definir quais cursos eram mais adequados, então foi elencado aqui nesse período. Nós tivemos representantes das seguintes instituições: Associação Brasileira de Indústria Hoteleira e Associação Brasileira de Agência de Viagens, nós tivemos também alunos dos cursos do Centro de Ensino Profissional do Estado, alunos e servidores de áreas diversas. Tivemos também a participação da Secretaria de Educação do Estado. Tivemos também a participação da Agência de Turismo e a participação do CREA. Isso só do setor específico que já lida ou com as questões dos arranjos produtivos locais ou a questão da educação [...] Nós tínhamos um arsenal imenso de cursos, mas só que a gente teve na verdade 14 cursos que foram apontados por esse público. Desses 14 cursos foi que nós estudamos nossas possibilidades, e selecionamos os quatro cursos iniciais do Instituto Federal. Nós montamos o que a gente chama atualmente, de Termo de Metas do Instituto, que cursos seriam ofertados (E6).

Em Macapá, como resultado das duas audiências públicas definiu-se pela oferta dos seguintes cursos técnicos para os dois primeiros anos de implantação do Câmpus Macapá, e para o segundo semestre de 2011, a oferta dos cursos de nível superior.

Tabela 2 – Cursos ofertados pelo Câmpus Macapá nos anos de 2010 a 2011

Curso	Modalidade	Vagas Ofertadas		
		2010.2	2011.1	2011.2
Curso Técnico em Informática	Subsequente ao Ensino Médio	70	-	-
Curso Técnico em Edificações	Subsequente ao Ensino Médio	70	-	-
Curso Técnico em Informática	Integrado ao Ensino Médio	-	80	-
Curso Técnico em Edificações	Integrado ao Ensino Médio	-	80	-
Curso Técnico em Alimentos	Integrado ao Ensino Médio	-	80	-
Curso Técnico em Mineração	Integrado ao Ensino Médio	-	80	-
Licenciatura em Informática	-	-	-	80
Licenciatura em Química	-	-	-	80
Total		140	320	160

Fonte: Instituto Federal do Amapá. Câmpus Macapá.

4.2.1.2. Audiência Pública em Laranjal do Jari

Em Laranjal do Jari, a audiência pública ocorreu no dia 22 de abril de 2008, Às 17h25 na sede da Associação Comercial e Industrial de Laranjal do Jari (ACILAJA), no intuito de definir as ações para a implantação da Escola Técnica Federal do Amapá no município. Segundo Moura (2010), houveram 435 participantes, dos quais 12 eram autoridades. Sendo que este evento antecedeu a definição dos cursos a serem oferecidos pela ETFAP, no município de Laranjal do Jari, se excluir deste foco, os aspectos econômicos, sociais e ambientais do município. Nesta audiência foram prestadas diversas informações sobre a implantação da ETFAP no município de Laranjal do Jari, destacando a necessidade e a importância desta instituição para o município e região. Em sua fala, o Diretor Geral Pró-Tempore da ETFAP, destacou que o processo implantação será gerenciado pelo CEFET-PA e o Câmpus Laranjal do Jari será contemplado com três cursos escolhidos pela própria comunidade, selecionados em função da demanda da realidade regional e das tendências de mercado.

Representantes de entidades sindicais, trabalhadores, empresários, secretários municipais, vereadores e comunidade em geral também participaram da audiência pública (MOURA, 2010). Destaco aqui as autoridades que estiveram presentes: Euricélia Cardoso, prefeita de Laranjal do Jari; Aduato Bitencourt, Secretário de Estado da Educação; Manuel Mandi, deputado estadual; Meire Serrão, deputada estadual; Professora Beta, presidente da Câmara de Vereadores do município; João Antonio Correa Pinto, vice-diretor do CEFET-PA; Emanuel Alves de Moura, Diretor Pró-tempore da ETFAP; Cleber Cardoso, secretário municipal de educação; Rafael Almeida, representante da Fundação Orsa; Moisés Sousa,

gerente da NDR Empreendedorismos Florestais e Dalberto Oliveira, delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Sobre a audiência em Laranjal do Jari, destaco dois depoimentos:

Pelo fato de ser do Município, eu acompanhei desde as primeiras reuniões [...] do município de Laranjal do Jari para a implantação do instituto. Moro aqui no bairro, então acompanhei isso bem de perto, e participei de audiência pública, na qual foram escolhidos esses cursos, na qualidade de cidadão. [...] Teve uma caixinha na audiência, e você dizia lá no papelzinho que curso você achava que o instituto poderia ter no futuro. Isso ainda não estava implantado, era só audiência pública para pensar nos cursos e pensar no processo de implantação. (E1).

Então a gente ficou sabendo, que o pessoal do instituto federal do Pará, vinha fazer audiência pública, para saber quais os cursos e aquela história toda. Nós fizemos, eu participei da mobilização, nós fomos nas escolas, pedir para os alunos irem. Porque os alunos é aquela situação, é um município que você precisa motivar, eu participei da motivação desses alunos da 8ª série e do 1º ano. Eles foram em massa para a audiência pública, numa associação que tem na rua principal de Laranjal do Jari, na Rua Tancredo Neves, que fica uma sede de uma associação, bem ao lado dos Correios, é um galpão grande. Nesse dia estavam os representantes, do instituto federal do Pará, somente eles, os gestores, alguns deputados, tinha um deputado estadual que representava o município [...], os diretores de escola, para saber dos alunos quais os eixos que eles achavam interessante para aquela região. Então cada aluno, recebia um papelzinho para marcar. Então ali você tinha vários cursos, e a nós não sabíamos que essa era a estratégia que os técnicos do Pará viriam trazer para nós. Então na hora não tinha como a gente sair correndo para os alunos para dizer o que era mais interessante. [...] Eu só sei te falar, que os cursos que hoje nós temos no Câmpus Laranjal do Jari, foi escolha do povo. Isso eu tenho certeza, porque nós participamos inclusive desse momento (E4).

A audiência pública é um processo democrático que envolve a comunidade na tomada de decisões, entretanto, não pode ser o único mecanismo a ser tomado. Além da indicação dos cursos, houve a necessidade da equipe de implantação avaliar e escolher os cursos que melhor se adequassem à realidade local e regional, além de atender às necessidades da própria instituição, quanto ao processo de estruturação dos primeiros cursos. Os depoimentos a seguir, mostram que além da manifestação da comunidade local, existiu um convênio entre Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari e IFAP, para a oferta do Curso de Secretariado Escolar:

O início mesmo, decorreu das audiências públicas. Mas a audiência pública não necessariamente manifesta a efetiva verdade dos fatos. Ela tem um panorama ali relativamente político, e que sinalizou os cursos de informática e meio ambiente. Mas em razão de uma sinalização do município, precisava formar alguns secretários de escola, então houve o convênio entre a Reitoria e o município de Laranjal do Jari para que fossem ofertadas as turmas de Secretariado Escolar. Essa oferta decorreu disso. Foi só essa oferta. No plano de metas esse capítulo, digamos assim, está encerrado. Se houver uma nova propositura, não nos custa ofertar porque temos professores dentro do eixo. Agora Informática e Meio ambiente, vem se mantendo, nas procuras dos processos seletivos. Então esse é um dado muito importante pra nós. É assim que está traçado, mas inicialmente, foi em decorrência de audiências públicas e desse convênio com o município. Depois, o nosso panorama, ele se desenha a partir da procura nos processos seletivos (E2).

Então não basta só a audiência pública, nem a vontade popular, a gente tem que ver na verdade, isso ser casado com a estrutura e com as condições. Ai em Laranjal do Jari não foi diferente. E ai nós fizemos uma parceria em Laranjal para ter um curso de Secretariado Escolar. Fechamos uma parceria com a Prefeitura, através da Secretaria de Educação do Município. E para Laranjal, além do curso de

Secretariado, o Curso de Meio Ambiente e Informática. A partir daí, começamos a pensar durante todo o ano de 2008, e depois no ano de 2009, a preparação do espaço físico que nós não tínhamos (E6).

Assim, como resultado da audiência pública em Laranjal do Jari e dos estudos realizados pela equipe de trabalho, definiu-se pela oferta dos seguintes cursos técnicos para os dois primeiros anos de implantação do Câmpus Laranjal do Jari:

Tabela 3 – Cursos ofertados pelo Câmpus Laranjal do Jari nos anos de 2010 e 2011

Curso	Modalidade	Vagas Ofertadas		
		2010.2	2011.1	2011.2
Curso Técnico em Informática	Subsequente ao Ensino Médio	120	-	40
Curso Técnico em Secretariado	Subsequente ao Ensino Médio	80	-	-
Curso Técnico em Secretariado Escolar	Subsequente ao Ensino Médio	80	-	-
Curso Técnico em Meio Ambiente	Subsequente ao Ensino Médio	-	-	30
Curso Técnico em Meio Ambiente	Integrado ao Ensino Médio	-	80	-
Curso Técnico em Informática	Integrado ao Ensino Médio	-	80	-
Curso Técnico em Secretariado	Integrado ao Ensino Médio	-	40	-
Total		240	200	70

Fonte: Instituto Federal do Amapá. Câmpus Laranjal do Jari.

Sobre a escolha desses cursos destaco o depoimento de um dos entrevistados, que apresenta com clareza sobre importância desses cursos para a região:

Então os cursos foram Informática, Meio Ambiente e Secretariado. E porque informática? E que os alunos tinham muita curiosidade. Então em 2008, os alunos achavam que isso era tudo novo. Até os professores tinham muita carência de entender no mundo novo da informação, então informática ficou em primeiro lugar. Meio Ambiente [...] porque é todo um complexo de Jari Celulose, de CADAM⁹, que é outra fábrica, que extrai o Caulim. De nós estarmos ali nesse território, digamos assim, específico, em plena floresta amazônica, onde o município de Laranjal do Jari, é o município mais protegido do mundo. Isso existe documentos, então é uma coisa muito séria, porque está inserido nas terras considerada do grupo Orsa, que é um grupo que detém 51% das ações da Jari, que corresponde territorialmente falando, um milhão e setecentos mil hectares de terra. É muito maior que muitos países. Então tinha que ter isso muito forte da cultura de cada pessoa que existe da questão do meio ambiente. E secretariado foi uma tendência para suprir a própria necessidade do município. Dentro da construção desses cursos, existe o secretariado geral, a gente teve que fazer o curso de secretariado escolar, porque era uma carência, as escolas não tinha registro, era uma coisa de louco, como é que se trabalhava a questão de documentação, de arquivo dentro das escolas (E4).

⁹ A Caulim da Amazônia S/A – CADAM é uma empresa de extração do caulim, tendo uma mina instalada no município de Vitória do Jari no Estado do Amapá e a usina de beneficiamento no município de Almerim - Estado do Pará

Moura (2010) a fazer o estudo sobre a inserção do Instituto Federal em Laranjal do Jari destaca que o documento apresentado ao Ministério da Educação pelo município para implantação da Escola Técnica Federal na cidade pólo de Laranjal do Jari informa que o município abrange, dentro da extensão territorial, unidades de conservação ambiental como: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru; Reserva Extrativista do Rio Cajari; Reserva Indígena Waiãpi; Parque Indígena do Tumucumaque; Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; Estação Ecológica do Jari; Glebas Particulares do Jari Celulose e áreas de proteção permanentes. A presença dessas unidades de conservação confere a Laranjal do Jari o título de município mais protegido do planeta, o que evidencia a necessidade de implantação de Cursos voltados para o Meio Ambiente, com o Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente, implantado no primeiro semestre de 2011, e a previsão de implantação de outros cursos nesse eixo, como Tecnólogo em Meio Ambiente, Licenciatura em Ciências Biológicas e Técnico em Floresta, para os próximos anos.

4.2.2. A transformação em Instituto Federal do Amapá

No decorrer do ano de 2008 após a conclusão das audiências públicas e definição do Plano de Metas para a oferta dos cursos, a equipe de trabalho se ampliou com a chegada de novos servidores oriundos de outros estados da federação, pois até o momento não existia um quadro próprio, tendo em vista a situação em que a instituição que se encontrava devido seu processo de implantação.

Com a definição dos terrenos para a implantação do IFAP, continuam a articulações políticas para o início das obras e a realização do primeiro concurso público:

O primeiro trabalho foi buscar parceria. Era uma coisa nova, pouco conhecida dentro do Estado. As próprias autoridades constituídas aqui no Amapá, não tinham conhecimento. Então a gente teve que buscar essas parcerias, buscar os órgãos públicos. Primeiramente, para tornar o IFAP público, que era o principal objetivo daquele momento. E a partir dessas parcerias, as coisas foram encaminhando, aí veio os planejamentos já para o primeiro concurso público após chegar os códigos de vagas. Então tivemos que executar o primeiro concurso público que foi realizado pelo Instituto Federal do Pará, com apoio da equipe que estava aqui. Foi outro desafio, nós também não tínhamos estrutura. O Pará veio com a estrutura de pessoal deles, e nós conseguimos através do Governo do Estado algumas parcerias com cessão de espaço físico nas escolas do Estado e conseguimos realizar o primeiro concurso público (E7).

Em dezembro de 2008, com a transformação da Escola Técnica Federal do Amapá em **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**, a equipe de trabalho tem o desafio de implantar os dois câmpus já definidos: Câmpus Macapá e Câmpus Laranjal do Jari. Para isso, a primeira equipe de trabalho instalou-se em um prédio provisório que funcionou a Reitoria no período de 2009 a 2011 (fig. 8), localizado na Rua Ernestino Borges, centro de Macapá.

Figura 8 – Primeiro prédio provisório do IFAP - Reitoria



Fonte: DENS/IFAP

Em março de 2010 realizou-se o primeiro concurso público do IFAP, sendo este coordenado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), antigo CEFET-PA. Em agosto de 2010, após a realização do concurso público começaram a tomar posse os primeiros candidatos aprovados para comporem o quadro da Reitoria e dos câmpus Macapá e Laranjal do Jari. Os depoimentos a seguir confirmam como se deu a chegada dos primeiros servidores:

Como nós não tínhamos condições de esperar mais, nós resolvemos até por uma solicitação do Ministério da Educação buscar espaços físicos provisórios para nós já implantarmos a instituição no ano de 2010. E assim foi feito. Nós iniciamos em Macapá após a realização do concurso público. Até então a nossa equipe girava em torno de 12 a 15 pessoas, que eram servidores do Ex-território que nós recebemos, que eram 2 servidores. Recebemos 3 servidores do Pará, eu de Roraima, 2 servidores da Universidade do Rio Grande do Norte. Então fizemos uma equipe de 15 pessoas que estávamos conduzindo esse processo de implantação. A partir de 2009, nós começamos montar nossa equipe. Em 2008 era praticamente e duas professoras cedidas do Pará. E também nós nomeamos dois extraquadros, que foi um engenheiro e uma jornalista que deu esse apoio inicial. E a partir daí, recebemos dois servidores já distribuídos e começamos a montar nossa equipe. Então em 2010, nós realizamos o concurso público. Demos posse aos primeiros servidores, tanto administrativo, quanto docentes dos *campi* Laranjal e Macapá, além dos servidores da Reitoria. (E8).

Os funcionários que se apresentavam nomeados, eles chegavam com uma função, então a gente tinha que ir liberando a estrutura pra eles irem se estruturando administrativamente, que a gente precisava estruturar a instituição pra pensar no futuro bem próximo, estabelecer nosso funcionamento principalmente como instituição educacional, que a gente não tinha, não estávamos em funcionamento ainda. Então com a contratação e nomeação desses novos funcionários, a gente começou a fazer o planejamento para primeiro processo seletivo para criar as turmas (E7).

Nos períodos de 2010 a 2014, o Instituto Federal do Amapá se apresenta em fase de implantação, até atingir seu auge na oferta de cursos no ano de 2014, atendendo o planejamento realizado a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) construído

para o período de 2010 a 2014. A partir de 2015 haverá reformulação do PDI, com avaliação, redimensionamento no planejamento da oferta de cada curso, constante no Plano de Metas.

O Instituto Federal do Amapá, atendendo o art. 6º da Lei 11.892/2008, que diz que os Institutos Federais têm por finalidade e características “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”, a partir de 2010 inicia seus trabalhos com a oferta dos primeiros cursos buscando atender essa meta.

Figura 9 – Primeiro processo seletivo do IFAP – Ano 2010



Fonte: DENS/IFAP

Para isso, ainda realizou-se em 2010, o processo seletivo para ingresso dos primeiros alunos nos cursos técnicos dos câmpus Macapá e Laranjal do Jari (fig. 9), que transcorreu de forma satisfatória. Sobre a condução desse trabalho destaca o relato a seguir:

Nós fizemos o Edital, executamos o processo seletivo. Graças a Deus, o nosso primeiro processo seletivo, eu sempre encaro como um desafio, e nós conseguimos vencer esse desafio. Nós fizemos primeiro o subsequente em 2010, e logo em seguida fizemos o integrado também. Tirando os imprevistos, a execução foi a contento, nós não tivemos problema nenhum na execução do processo seletivo, ocorreu com a maior tranquilidade, com a maior transparência possível. Apesar da pouca experiência da equipe, pouca experiência e até certo ponto uma equipe bastante limitada, até levando em consideração a quantidade de componente dessa equipe. Nós tínhamos que nos desdobrar, nós trabalhávamos num grupo de 2 ou 3 pessoas, um grupo trabalhou na elaboração das provas, outro grupo na produção dessas provas, outro grupo providenciando os espaços junto ao Governo do Estado para a execução das provas. Nós tivemos uma parceria com uma instituição de Roraima que veio e deu o apoio técnico, fez a correção das provas. Apesar do sacrifício, foi um processo seletivo bem tranquilo. Um resultado bastante positivo (E7).

Portanto, no intuito de atender o que prevê o art. 2º da Lei 11.892/2008, o IFAP torna-se uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática

pedagógica. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, é equiparado à universidades. Prevendo uma estrutura descentralizada pluricurricular e multicampi, inicia suas atividades com os seguintes domicílios: Reitoria, Câmpus Macapá e Câmpus Laranjal do Jari.

4.2.3. A implantação do Câmpus Macapá

Com o intuito de não prejudicar o cronograma inicial de implantação dos cursos, o Instituto Federal do Amapá, programa o início das aulas para o 2º semestre de 2010, mesmo com as obras de implantação do Câmpus Macapá em andamento. Para isso, o IFAP fez a parceria com o Governo do Estado do Amapá, para assegurar a concessão de espaço físico provisório para o início de suas atividades escolares.

Apesar de não ter infraestrutura definitiva para o funcionamento do Câmpus Macapá, é autorizado pelo Ministério da Educação a realização do concurso público para preenchimento do quadro de professores do IFAP, e conseqüentemente, a realização do processo seletivo para o ingresso dos discentes nos primeiros cursos técnicos.

Com a transformação da Escola Técnica Federal em Instituto Federal do Amapá, as obras previstas para este fim, ganham um novo redimensionamento, pois o terreno localizado na zona norte de Macapá, no Brasil Novo, Km 03 da BR 210, doado pela Lei nº 1.381/2009 é destinado a construção agora do Câmpus Macapá. Isso ocorre, tendo em vista a equiparação dos Institutos Federais às Universidades, pois no art. 11 da Lei 11.892/98 prevê a Reitoria como órgão executivo, sendo o órgão de administração central, “podendo ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação”. Assim, o terreno destinado a construção da antiga ETFAP, é agora destinada a construção do Câmpus Macapá, sendo para a construção da Reitoria se definiria por um outro espaço distinto conforme prevê a lei, tendo em vista, seu funcionamento em sede provisório, no centro de capital. A obra do Câmpus Macapá é orçada em R\$ 12.422.811,62 milhões, com previsão de conclusão em 420 dias, a partir do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, sendo gerenciada pela IFPA e construída pela Engefix Construtora e Incorporadora.

Figura 10 – Terreno destinado à construção do IFAP – Câmpus Macapá



Fonte: DENS/IFAP

Mesmo com as obras do câmpus Macapá na sua fase inicial, opta-se pelo início das atividades escolares em espaços provisórios cedidos pela Secretaria de Educação do Estado. De imediato foram implantados dois cursos no Câmpus Macapá na modalidade subsequente: sendo ofertados 70 vagas para o curso Técnico em Informática e 70 vagas para o curso Técnico em Edificações.

Nos dois primeiros anos de funcionamento do Câmpus Macapá, os cursos ofertados funcionaram em dois espaços físicos provisórios. No segundo semestre de 2010, as aulas foram ministradas na Escola Estadual Tempo Integral Prof. Darcy Ribeiro, no bairro Novo Horizonte II, conhecido como “Lago da Vaca”. Em 23 de agosto, foram empossados os primeiros servidores para atuar na Reitoria e Câmpus Macapá. Ao todo foram 23 convocados, entre os primeiros professores e técnico-administrativos.

A primeira semana pedagógica foi realizada no período de 30 de agosto a 3 de setembro de 2010, na sede provisória do Câmpus Macapá, tendo a participação dos servidores do Instituto Federal de Roraima como palestrantes do encontro.

O marco para início das atividades se deu com a aula inaugural realizada no dia 08 de setembro de 2010, contanto com a participação de alunos, professores, equipe pedagógica e equipe gestora. Apesar do planejamento feito para o início das atividades, alguns percalços dificultaram a permanência do câmpus Macapá no prédio provisório. A localização foi o principal empecilho, tendo em vista o difícil acesso a Escola Darcy Ribeiro, o que fez com que a direção procurasse outro espaço alternativo para o funcionamento das aulas. Destaco alguns depoimentos que registram esse momento:

Quando nós chegamos, não tinha nem escola ainda em vista que iríamos atuar. Ficou todo o grupo trabalhando inicialmente nesse planejamento na Reitoria que era uma casa alugada, onde funcionava a Reitoria do Instituto Federal. Aproximadamente alguns dias que nós entramos no IFAP, o Pró-Reitor de Ensino na época, [...] conseguiu muito rápido uma escola cedida pelo Estado. Uma escola de tempo integral Darci Ribeiro, que ficava no chamado “Lago da Vaca” em Macapá. Ai nós fomos para essa escola, passamos um final de semana lá, limpando a escola. Foram cedidas 4 sala de aulas, e uma sala grande que funcionaria toda a parte administrativa do câmpus, tanto a parte da direção de ensino, coordenação pedagógica, coordenação de curso, que eram poucas naquele momento. E os assistente administrativos e de aluno, todo mundo num ambiente só, numa sala pequena (E5).

O fato de não ter uma estrutura própria causou uma certa insegurança na equipe recém chegada ao IFAP. Tudo era novo, desde a organização dos planos de cursos até a definição do organograma da equipe. A dificuldade encontrada ia sendo superada aos poucos pelas experiências que iriam adquirindo ao longo do caminho:

A gênese do Instituto Federal, foi uma gênese bem sofrida. Eu tenho certeza que não fomos só nós, nós não fomos privilegiado com isso não. Eu acho que foi um caminho bem íngreme, mas acredito que muita experiência se conquistou de toda essa situação. Estava aqui hoje, olho pro espaço, olho essa imensidão aqui dentro do Câmpus Macapá (E6).

Esse primeiro momento foi muito assustador, porque nós iríamos receber esses 140 alunos num espaço cedido, ainda sem muita estrutura, tudo novo pra gente, assim como seria para os alunos. Porque não existia Instituto Federal aqui no Amapá, então eram as primeiras turmas, primeiros servidores. A maioria sem experiência na rede federal de educação profissional. Alguns de fora, com apenas experiência de ter estudado em uma instituição dessa, mas nunca trabalhado. O lado bom disso, é que todo mundo se uniu juntou seus conhecimentos, suas experiências de outros espaços, de outros lugares, para poder dar seguimento aquele processo que se

iniciava dessas primeiras turmas no instituto. O nascimento, na verdade, do Instituto em relação ao ensino dos primeiros alunos (E5).

[...] foi um instituto novo pra gente também, aqui em Macapá. Na verdade, foi até sem orientação, a gente foi buscando muito entre a gente, em grupo de discussão. Eu fui convidada a participar de congresso, conferência, pra gente poder estar sabendo como é que se daria o funcionamento do instituto. E a partir daí, a gente foi conhecendo a estrutura [...] Na verdade a saída do Darci Ribeiro, foi um ganho pra gente, porque era um local de difícil acesso, perigoso. Ainda mais, no horário que a gente trabalhava, que era de 16:00 as 22:00 horas. Era muito perigoso, realmente pra gente, era um espaço pequeno. Na época era só quatro turmas, que no final se uniram só ficaram duas turmas. Então sair de lá, do Novo Horizonte, para o centro da cidade, foi um salto grande, porém a nossa demanda foi muito grande também (E9).

Em decorrência dos fatos relatados, em janeiro de 2011, o câmpus Macapá se transfere para sua segunda sede provisória, o Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza, localizada no bairro central, onde ficou instalado até o início de 2012. Nesse período a oferta de amplia com o ingresso de novas turmas. No primeiro semestre, abre-se 320 vagas para os Cursos Técnicos na modalidade integrada de Informática, Edificações, Alimentos e Mineração.

No segundo semestre de 2011, o IFAP inova quando oferta pela primeira vez vagas para os cursos superiores, sendo a primeira instituição federal no Amapá a ofertar vagas para o ensino superior através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), utilizando exclusivamente a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para ingresso aos cursos superiores. Os primeiros cursos implantados foram Licenciatura em Informática e Licenciatura em Química, ambas com a oferta de 80 vagas. Os cursos foram estruturados para atender a carência do Estado na contratação de professores de Química e Informática para a rede estadual de ensino.

Apesar da mudança para uma escola mais estruturada, as dificuldades continuaram, não só pelo fato do espaço físico ser cedido pela Secretaria de Educação do Estado do Amapá, mas pela abrangência que o IFAP iria ganhando, devido ampliação das vagas, tantos nos curso técnicos, como no ensino superior. A demora na conclusão das obras do Câmpus Macapá compromete a qualidade dos cursos ofertados pelo IFAP. Destaco alguns registros importantes que marcam esse momento transitório:

A principal desvantagem da gente estar num espaço provisório, é realmente a questão do espaço físico. Nosso espaço físico era limitado. Como sempre falo, nós estávamos na casa dos outros. Quando a gente está na casa dos outros, a gente fica dependendo todo tempo de favores. Mas apesar dessas limitações, a gente pode também considerar que a gente teve muitos pontos positivos, nesse segundo momento que gente estava lá na Escola Graziela. Essa parceria deu um impulso muito grande principalmente para a instituição, que era uma instituição desconhecida. No momento em que a gente começou a atividade, mesmo que provisória no Graziela, a instituição começou a mostrar sua cara, mesmo no espaço provisório (E7).

Em 2011, ano novo. A chegada de mais alunos e mais servidores para somar nesse processo de implantação. E aí novamente não estávamos em nossa casa, e tínhamos que se adequar aquele espaço que foi cedido, e o mais difícil, porque entrava naquele momento aluno de ensino médio, que são jovens, adolescentes, cheio de energia, que nós tínhamos que colocar regra porque senão ficam soltos demais, vira uma certa bagunça. Mas servidores chegando, a gente conseguiu organizar melhor o trabalho. Então o Graziela foi um passo a mais em relação ao primeiro momento que vivemos no Lago da Vaca em 2010. Então 2011, ele já foi um avanço, porque nós conseguimos juntar aquele grupo, pensar mais nas documentações, nas regulamentações, começamos a participar de eventos da Rede Federal. E conhecer um pouquinho melhor da rede de educação profissional. Então foi um momento

assim, mais de participação, de conhecimento dessa modalidade de ensino que nós estamos trabalhando que é a educação profissional (E5).

[...] porque assim que a gente foi para o centro da cidade, para a Escola Graziela Reis de Souza, também veio mais demanda. Era um prédio cedido. Teve dificuldade em relação ao nosso setor que era um setor que foi formado em fevereiro de 2011, a Coordenação de Apoio ao Estudante, constituído por uma psicóloga, eu como assistente social, duas técnicas em assuntos educacionais. Em 2010, não tinha nenhum setor. Somente em fevereiro de 2011, que foi formado (E9).

Em fevereiro de 2012, com conclusão da primeira etapa das obras do câmpus Macapá, e em uma decisão conjunta da equipe gestora, corpo técnico em funcionários, decide-se pela mudança para o novo prédio com IFAP (fig. 11), mesmo que a obra não tenha sido entregue oficialmente.

Figura 11 – Vista aérea do Câmpus Macapá



Fonte: DENS/IFAP

Sobre a ocupação do Câmpus Macapá, destaco o seguinte registro:

A princípio todo mundo achava que teríamos que esperar a conclusão total do nosso prédio. Mas dentro da necessidade, principalmente da expansão dos cursos e números dos alunos, que no ano seguinte iria aumentar, nós não poderíamos ficar mais no espaço provisório que nós não tínhamos como expandir. E com nosso prédio, mesmo que não concluído totalmente, mas com o bloco de sala de aula já pronto e em condições de receber os novos alunos, foi tomado uma decisão em grupo, juntamente com o diretor geral da gente fazer a mudança e já em 2011 iniciarmos o nosso ano letivo no nosso espaço físico próprio (E7).

Um grande problema identificado no processo de transição para o prédio definitivo do Câmpus Macapá foram os problemas de ordem estrutural, tendo em vista, que empresa construtora não concluiu com êxito os trabalhos previstos. Não havendo outra saída, decide-se ocupar o prédio, pois, o espaço físico provisório não era suficiente para atender o público que se ampliava. Evidencio esse fato, nas falas a seguir:

Na verdade nós tivemos que ocupar esse prédio. Esse prédio não foi entregue oficialmente, por conta de problemas de gestão do nosso tutor e da empresa construtora. Então até hoje, nós não recebemos esse prédio. Diferente de Laranjal do Jari que apesar de ser o mesmo tutor, mas lá eles conseguiram pelo menos 99% da obra estar concluída. Também lá, apesar de não ter sido entregue o prédio, mas ele está bem em melhores condições que Macapá. Aqui em Macapá, nós temos alguns problemas na rede elétrica, hidráulica e sanitária. Nós temos um bloco de laboratórios que até então não foi entregue, justamente por conta desse problema de

gestão no Instituto Federal do Pará, inclusive que encontrasse com um interventor há mais de 1 ano (E8).

Esse processo foi bem complicado e foi muito sofrido pra nós. Porque nós tínhamos um prazo na Escola Graziela, que seria um ano, e esse ano estava se aproximando do fim, e nós tínhamos que sair da escola porque não teria mais condições de ficar, de ser prorrogado o tempo porque eles iriam entrar com os cursos deles da escola estadual. E o prédio não estava pronto. Nós não tínhamos liberação para entrar na sede oficial do Câmpus Macapá, porque a obra não tinha sido entregue. Mas aí, nós não tínhamos pra onde correr com tantos alunos. Porque nesse meio tempo, nós já tínhamos alunos do subsequente, alunos do integrado, alunos do Superior. E que escola aqui em Macapá iria nos acomodar com tantas turmas e números de servidores já maior. Então nós metemos a cara [...] O pessoal fez um mutirão da parte administrativa, começou a organizar o prédio. “Dá prá mudar? Dá”. Organizamos os móveis para os servidores se acomodarem. Organizamos toda a estrutura para começar o ano letivo já em 2012. Já tinha um processo seletivo em andamento para a entrada de mais alunos. E aí nós íamos para o Câmpus Macapá, assim mesmo, com a cara e a coragem, popularmente dizendo. Mas nós fomos corajosos e entramos aqui no prédio. E nos organizamos e demos continuidade ao trabalho e hoje nós estamos aqui. Se nós não tivéssemos tido essa coragem, talvez a gente teria parado e isso iria afetar o andamento dos cursos, a entrada dos novos alunos, mas sempre pensando em atender a comunidade e mostrar a qualidade do Instituto Federal mesmo com todas as suas dificuldades, sem estrutura. A gente precisa dar esse passo inicial pra coisa andar (E5).

Com a mudança para o prédio definitivo, o Câmpus Macapá efetivasse como unidade de ensino de referência no Estado, mesmo com as dificuldades enfrentadas durante o seu processo de implantação. Em 12 de março de 2012, as aulas são iniciadas nas instalações definitivas do IFAP, sendo esperados mais de mil alunos dos cursos técnicos, ensino superior, Programa Mulheres Mil e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O novo câmpus apresenta uma infraestrutura suficiente para atender a demanda de alunos do Instituto. O espaço de 57.448 metros é composto por 24 salas tradicionais, um auditório, 4 laboratórios de Informática, um bloco de laboratório de Edificações e Mineração, setes laboratórios de Química, um laboratório de Física, um laboratório de Matemática, um Laboratório de Biologia e Ginásio de Desporto e Lazer (em construção).

No primeiro semestre de 2012, além dos cursos já ofertados, o Câmpus Macapá aumenta sua oferta, ampliando a vagas do Ensino Superior, e inclui mais dois novos cursos: Tecnólogo em Redes de Computadores e Tecnólogo em Construção de Edifícios. No segundo semestre de 2012, inicia-se o Curso Técnico de Nível Médio em Alimentos, na forma integrada, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Com a ampliação das vagas no Câmpus Macapá, além da continuidade dos cursos já iniciados em 2010 e 2011 (tabela 2), a tabela 4 apresenta o demonstrativo de cursos ofertados no período de 2012 até o primeiro semestre de 2014.

Tabela 4 – Cursos ofertados pelo Câmpus Macapá nos anos de 2012 a 2014

Curso	Modalidade	Vagas Ofertadas				
		2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.2
Curso Técnico em Redes de Computadores	Subsequente ao Ensino Médio	40	-	40	40	80
Curso Técnico em Edificações	Subsequente ao Ensino Médio	40	-	40	-	40
Curso Técnico em Alimentos	Subsequente ao Ensino Médio	40	-	40	-	40

Curso Técnico em Mineração	Subsequente Ensino Médio	ao	40	-	40	-	80
Curso Técnico em Redes de Computadores	Integrado Ensino Médio	ao	40	-	40	-	40
Curso Técnico em Edificações	Integrado Ensino Médio	ao	40	-	40	-	80
Curso Técnico em Alimentos	Integrado Ensino Médio	ao	40	-	40	-	40
Curso Técnico em Mineração	Integrado Ensino Médio	ao	40	-	40	-	40

Cont.

Curso	Modalidade	Vagas Ofertadas				
		2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.2
Curso Técnico em Alimentos	PROEJA Integrado Ensino Médio	-	40	-	40	40
Curso Técnico em Segurança no Trabalho	Subsequente Modalidade Distância	-	-	-	50	-
Curso Técnico em Serviços Públicos	Subsequente Modalidade Distância	-	-	-	50	-
Curso Técnico em Informática para Internet	Subsequente Modalidade Distância	-	-	-	50	-
Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Subsequente Modalidade Distância	-	-	-	50	-
Licenciatura em Informática	-	40	-	40	-	-
Licenciatura em Química	-	40	-	40	-	-
Tecnólogo em Redes de Computadores	-	40	-	40	-	-
Tecnólogo Construção Edifícios	-	-	40	40	-	-
Especialização Profissional Integrada à Modalidade de Jovens e Adultos	-	-	-	-	200	-
Curso de Aperfeiçoamento em Educação Profissional Integrada à Modalidade de Jovens e Adultos	-	-	-	-	200	-
Total		1.440	80	1.480	680	1.480

Fonte: Instituto Federal do Amapá. Câmpus Macapá.

4.2.4. A implantação do Câmpus Laranjal do Jari

No dia 25 de agosto de 2010, tomaram posse os primeiros servidores do IFAP lotados no Câmpus Laranjal do Jari, após aprovação no concurso público realizado no mesmo ano. Mesmo sem uma estrutura física própria, é autorizado o início das atividades escolares, com o desafio de ofertar os primeiros cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente. A equipe pioneira de 14 servidores entre professores e técnicos administrativos caberia suportar

e superar suas próprias incertezas em face aos desafios inerentes ao próprio ritmo de ineficiência dos sistemas da região sul do Amapá onde o IFAP iria se instalar.

Neste período o câmpus Laranjal do Jari, começou a funcionar em salas cedidas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pouco dias depois de tomarem posse, a equipe de servidores já se preparava para matricular e receber os alunos aprovados no processo seletivo. A aula inaugural dos Cursos Técnico em Informática, Secretariado e Secretariado Escolar, na modalidade subsequente, foi realizada poucos dias depois, em 6 de setembro de 2010. O câmpus Laranjal do Jari começou a funcionar, passando por diversos locais provisórios até março de 2012, quando se transfere para a sede própria, localizada no bairro Cajari.

Mas antes da transferência para o prédio definitivo do câmpus Laranjal do Jari, nesse período em que funcionou em locais provisórios, o IFAP tinha o desafio de se consolidar enquanto instituição de referência na oferta de educação profissional, até então desconhecida na região. Alguns relatos comprovam esse momento de dificuldade no processo de implantação com a falta de espaço físico:

O processo de estruturação do câmpus foi um processo bastante sofrido. A considerar que inicialmente, em razão de situações alheias à vontade do construtor, alheias a vontade do Reitor, alheias a vontade da própria comissão responsável do IFPA, que é o responsável pela obra, alguns episódios se atravessaram, no caminho da construção, por exemplo, os achados arqueológicos que provocaram a intervenção do instituto pelo patrimônio histórico nacional, razão pela qual o cronograma da obra teve que sofrer esse ajuste, e isso teve toda uma influência na implantação dos cursos, no próprio início das atividades. Então o Reitor teve um plano B, fez um convênio com a UNIFAP, para que nós pudéssemos iniciar as nossas atividades sem prejuízo da comunidade local, e até para justificar a vinda de recursos para o instituto. Então tinha que ter o início das atividades. E aí surgiu o primeiro processo seletivo feito pela comissão central da reitoria e no dia 06 de setembro de 2010, tivemos a nossa primeira aula, a nossa aula inaugural, e as nossas atividades efetivamente letivas, iniciaram no dia 08 de setembro de 2010, com 7 turmas. O câmpus funcionando de manhã, a tarde e a noite no prédio da UNIFAP. Foram 7 turmas de curso subsequente, de secretaria escolar, informática, secretariado, para 240 alunos. Foram 7 turmas com 40 alunos cada uma. Então num prédio de 5 salas de aula, onde iria ficar o administrativo? Onde iria ficar a biblioteca? Então, foi um processo sofrido, por causa dessa falta de espaço inicialmente, e por todos esses contornos que eu estou colocando, os achados arqueológicos, o atraso no cronograma e a necessidade de iniciar. Então tinha que iniciar em algum lugar. E o lugar mais apropriado, a própria cidade, não oferecia um prédio que pudesse recorrer a um aluguel. Isso em 2010. Em 2011, foi lançado o edital do processo seletivo para os cursos integrados, e isso teve mais um sacrifício na implantação do câmpus e na própria implantação do instituto federal. A considerar que o nosso contingente de alunos aumentou (E2).

O processo de implantação foi de uma forma um pouco fora do normal, no sentido de dizer que “penamos um bocado”, porém tudo certo no final. Nós tivemos em vários prédios alugados. Nós tivemos na Universidade Federal, como nossa parceira, a princípio. Tivemos também, em uma outra localidade, que foi o “Água na Boca”, que atualmente está funcionando como um restaurante, de fato e de direito que é [...] Depois nós tivemos a estadia na casa do Sr. Rogério, era uma residência que funcionou a parte administrativa do IFAP. Enquanto funcionava parte da educação de fato nas salas da universidade federal, a UNIFAP, a parte administrativa funcionava nessa casa do Sr. Rogério, em frente a Rodoviária. E lá ficávamos todos naquela sintonia, não tínhamos como não, era uma residência pequena, e o transtorno na verdade, foi no sentido de dizer que nós não tínhamos um paradeiro. De vez em quando nós ficávamos, em certo ponto, transtornados. Como é que eles nos chamam para trabalhar e nós não temos onde? E nesse momento a gente teve que se unir, claro, como uma família que somos até hoje. [...] Nós temos esse

compromisso aqui no IFAP, nós temos compromisso com a localidade, da região do Vale do Laranjal do Jari (E3).

Primeiramente o Câmpus Laranjal do Jari funcionou na unidade remota da UNIFAP em Laranjal do Jari, que foi onde eu comecei a trabalhar, que é um câmpus afastado, são cinco salas da UNIFAP, que é a Universidade Federal do Amapá, que funcionava diurno..., dia , tarde e noite. De dia, nós tínhamos o curso de Informática e Meio ambiente. De tarde nós tínhamos o curso de Secretariado e Informática, e a noite, nós tínhamos os cursos de Informática e Secretariado. Aí foi quando os cursos da UNIFAP precisavam das salas [...] praticamente foi uma “peregrinação [...] de estar funcionando em 2 lugares ao mesmo tempo. Tinha a parte da administração que ficava separado também. Tinha a casa amarela, na qual era muito chamada. Ficava na frente da Escola Myneko. Tinha a casa amarela, que funcionava só a parte administrativa. Tínhamos o “Água na Boca” que era um antigo restaurante que virou também associação. A Escola Myneko Hayashida que chegamos também a utilizar. Foram vários espaços alternativos. Eu não sei te precisar o tempo e a quantidade desses espaços (E4).

Laranjal do Jari foi até um pouco pior a situação, nós tivemos momentos de estar até em 5 espaços físicos diferentes. Até porque em Laranjal do Jari, a cidade não oferece infraestrutura que nós pudéssemos alugar, ocupar, uma infraestrutura que pudesse atender as nossas necessidades. Em Laranjal do Jari nós tivemos um apoio da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, eles tem um campus, são cinco salas de aula, que realmente foi um imóvel que nos serviu muito nesse momento de implantação. Mas a equipe de Laranjal do Jari teve mais dificuldade na implantação (E8).

Paralelamente às obras do IFAP, o câmpus já estava em funcionamento com a oferta dos primeiros cursos técnicos. Os relatos acima demonstram o avanço dos Institutos Federais em municípios de difícil acesso e com pouca infraestrutura urbana, não conseguiram ter a mesma velocidade no seu processo de implantado em relação a outros institutos com um respeitado legado histórico. Outro relato mostra a preocupação em promover o desenvolvimento da região, a partir da instalação do Instituto Federal, justificando uma dívida de 100 anos do governo federal com o Estado do Amapá, ao se referir sobre a oferta de educação profissional:

Eu sempre digo que esses estados que receberam tardiamente uma instituição da rede, o governo federal teria pelo menos uns 100 anos de dívida com esses estados. E o governo federal, o governo Lula tinha pressa em atender essa população que ficou pelo menos 100 anos sem uma instituição da rede federal. Como nós não tínhamos condições de esperar mais, nós resolvemos até por uma solicitação do Ministério da Educação buscar espaços físicos provisórios para nós já implantarmos a instituição no ano de 2010. E assim foi feito [...] Laranjal do Jari foi até um pouco pior a situação, nós tivemos momentos de estar até em 5 espaços físicos diferentes. Até porque em Laranjal do Jari, a cidade não oferece infraestrutura que nós pudéssemos alugar, ocupar, uma infraestrutura que pudesse atender as nossas necessidades. Em Laranjal do Jari nós tivemos um apoio da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, eles tem um campus, são cinco salas de aula, que realmente foi um imóvel que nos serviu muito nesse momento de implantação. Mas a equipe de Laranjal do Jari teve mais dificuldade na implantação (E8).

Um dos depoimentos citados anteriormente, destacou que a descoberta de “achados arqueológicos” na área de construção do câmpus Laranjal do Jari foi um dos motivos que provocou o atraso da obra. Entretanto, esse fato, ocorreu no ano de 2009, e as atividades escolares no IFAP só iniciaram no segundo semestre de 2010. A figura 13 mostra o sítio

arqueológico encontrado na área de construção, fato este marca a história do Câmpus Laranjal do Jari:

Figura 12 – Sítio arqueológico encontrado na área de construção do Câmpus Laranjal do Jari



Fonte: DENS/IFAP

As escavações realizadas na área de construção do câmpus Laranjal do Jari resultaram em um achado milenar. O que seria uma simples terraplanagem para construção do câmpus, se transformou em descoberta científica. Os artefatos encontrados remetem para uma civilização indígena, que teria vivido no local. Tratava-se de uma aldeia indígena com muitas urnas funerárias e com vestígios que podem datar de 1.200 anos atrás. No local foram encontradas cerâmicas arqueológicas, louças e 50 urnas funerárias (com restos mortais de uma civilização bem antiga). A área escavada na descoberta do sítio arqueológico foi de 4 mil metros quadrados.

Durante 30 dias as obras foram suspensas e parte do material encontrado foi resgatado pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que delimitou uma área de reserva arqueológica na região. O câmpus Laranjal do Jari cedeu parte de sua área inicial e a descoberta suscitou o debate em propor uma demanda de cursos na área de arqueologia. A descoberta ocorreu em maio de 2009 e as escavações que estavam sob a construção encerraram no dia 20 de junho do mesmo ano. Um dos entrevistados, morador da região, tenta explicar como se originou o sítio arqueológico:

O que eu sei dessa questão arqueológica é que nesse terreno havia um sítio arqueológico, composto por um grande cemitério indígena [...] Aquela região todinha ali, do alto daquela parte, [...] em Almeirim que é justamente a sede do Município do lado do Pará, eles tem uma parte que é só delas famílias indígenas, que ainda restam fazendo cestarias, artesanato indígena de bijuterias, e eu já fui lá, já tirei foto, já cataloguei, já fiz um monte de coisa, e os antepassados deles, eles mesmos sabem disso, já totalmente aculturados, esses já ainda residentes, remanescentes dessas tribos, que ainda tem lá, que são os Waiãpis, que são dessa etnia, eles falam que eles andavam, eles caminhavam, se tu vê a distância [...] eu não sei precisar, de chão, eles andavam para enterrar lá, onde é hoje o IFAP, ele vinham de Almeirim, daquela região lá perto do rio Parú, já desaguando lá. Gente! É muito chão! Eles vinham, aquilo era um ritual que eles faziam, e enterravam ali, onde é o instituto hoje, não é que ali funcionava a tribo, eles tinham esse costume, ai já uma pesquisa antropológica da região, se sabe porque eles contam isso, os tataranetos desse pessoal que foram enterrados lá, que são renascentes da tribo Waiãpis.

As peças encontradas na área de construção foram resgatadas (fig. 13) e o restante do sítio arqueológico, fora da área do câmpus, ainda será explorado. Além dessa recente

descoberta em Laranjal do Jari, o Amapá possui outros sítios arqueológicos, como na região do Maracá, no município de Mazagão, vila de Cunani, em Calçoene, no Nordeste do Amapá, na região de Tracatajuba, no município de Ferreira Gomes, na região central, além de outros sítios localizados no Rio Preto e na capital, Macapá.

Figura 13 – Peças resgatadas no Sítio arqueológico de Laranjal do Jari



Fonte: DENS/IFAP

No período de 2010 a 2011, em que continuam as obras do Câmpus Laranjal do Jari (fig. 14), o funcionamento em espaços provisórios provoca uma certa insatisfação por parte da comunidade escolar. Com o aumento do número de alunos e de servidores, esses espaços tornam-se insuficientes para atender novas demandas.

Figura 14 –Câmpus Laranjal do Jari em fase de construção



Fonte: DENS/IFAP

Assim como ocorreu em Macapá, no início de 2012, o câmpus Laranjal do Jari, mesmo em fase de finalização da primeira etapa das obras e não havendo outra alternativa resolve se transferir para o novo prédio do IFAP. Os servidores do câmpus destacaram a falta de condições de trabalho durante o processo de implantação e os aspectos positivos com a mudança:

O processo de mudança para o novo câmpus aconteceu em Março de 2012, foi quando nós ocupamos o prédio para início do ano letivo de 2012, porque nós não tínhamos mais onde nos ocupar, onde nos acomodar. A falta de qualidade de condições de trabalho estava ficando insustentável, porque a gente estava uma “lata de sardinha”, e não tinha mais como progredir [...] Nós ficamos pulverizados de 2010 a 2012, até a ocupação do prédio do câmpus. Então é uma trajetória muito sofrida, eu tive muitos desgastes, os colegas tiveram muitos desgastes, os alunos tiveram muitos desgastes, a gestão deve muito desgastes (E2).

Da UNIFAP, nós viemos pra cá, em fase de acabamento [...] no início de 2012. O interessante também é que foi uma força tarefa dos servidores, carregando os móveis, que nós já tínhamos guardado [...] todo mundo se envolveu. Mas quando nós viemos para cá, começou a melhorar, instalamos a biblioteca, o registro escolar, aí já era uma outra estrutura, estrutura de campus mesmo. No começo fomos adaptando as coisas, fomos nos adaptando a esse novo ambiente, servidores efetivos, com funções definidas, mas trabalhávamos em locais improvisados. Quando você vem para um novo ambiente, seu ambiente de trabalho tem que ter uma nova adaptação (E1).

Graças a Deus estamos na nossa casa. Isso é muito bom, nos trouxe uma certa “tranquilidade”. Eu acho assim, mudou muita coisa, claro, consideravelmente. Esse processo da nossa estadia aqui, acompanhando esse processo aqui dentro, eu só vou dizer pra você que muitos conseguiram desempenhar melhor suas atividades. Muitos conseguiram concretizar seus projetos, mas os conflitos criados daquele momento, até hoje a gente vê, se configuram ainda hoje em alguns fatos, em algumas situações, criados e gerados por conta daquela falta de infraestrutura (E3).

Aí foi aquela gravidez [...] Então a gente sonhava com aquele dia. Veio um boato, que a nossa presidente iria estar presente, que a Dilma vinha pra fazer a inauguração. Sonhamos que isso poderia acontecer. Porque isso iria trazer um evento monstruoso pra cidade. Isso nunca aconteceu. Praticamente a gente sente aquele sentimento de invasão. Praticamente a gente invadiu o câmpus, porque ele não ainda em plena capacidade pra nos absorver. Mas a comunidade fez muita pressão, eu tenho certeza disso (E4).

Em 12 de março de 2012, as aulas são iniciadas nas novas instalações do Câmpus Laranjal do Jari, onde receberam mais neste período de 700 alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio nas formas Integrada e Subsequente. O prédio entregue tinha uma infraestrutura com bloco administrativo, bloco de ensino com 10 salas de aulas, quatro laboratórios de Informática, laboratórios de Meio Ambientes, Biologia e Química, Física e Matemática, sala de professores e área de convivência para alunos, professores e servidores, além de blocos de banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais.

Com a ampliação das vagas no Câmpus Laranjal do Jari, além da continuidade dos cursos já iniciados em 2010 e 2011 (tabela 3), a tabela 5 apresenta o demonstrativo de cursos ofertados no período de 2012 até o primeiro semestre de 2014:

Tabela 5 – Cursos ofertados pelo Câmpus Laranjal do Jari nos anos de 2012 a 2014

Curso	Modalidade	Vagas Ofertadas				
		2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.2
Curso Técnico em Informática	Subsequente ao Ensino Médio	80	40	-	40	-
Curso Técnico em Meio Ambiente	Subsequente ao Ensino Médio	80	30	-	40	-
Curso Técnico em Secretariado	Subsequente ao Ensino Médio	40	-	-	40	-
Curso Técnico em	Integrado ao	40	-	80		80

Informática	Ensino Médio					
Curso Técnico em Meio Ambiente	Integrado ao Ensino Médio	40	-	40		40
Curso Técnico em Secretariado	Integrado ao Ensino Médio	40	-	40		40
Curso Técnico em Comércio	PROEJA Integrado ao Ensino Médio	-	-	-	40	40
Cont.						
Curso	Modalidade	Vagas Ofertadas				
		2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.2
Curso Técnico em Segurança no Trabalho	Subsequente Modalidade à Distância	-	-	-	50	-
Curso Técnico em Serviços Públicos	Subsequente Modalidade à Distância	-	-	-	50	-
Licenciatura em Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	40
Total		320	70	160	260	240

Fonte: Instituto Federal do Amapá. Câmpus Laranjal do Jari.

No primeiro semestre de 2014, o Câmpus Laranjal do Jari implanta seu primeiro curso de Nível Superior, o curso de Licenciatura em Ciência Biológicas, com a oferta de 40 vagas através do SISU. A escolha deste curso demonstra o compromisso da instituição com o desenvolvimento local e regional, tendo em vista, a importância dos estudos na área da biologia, biodiversidade e questões ambientais para a região do Vale do Jari, que possui várias reservas ambientais.

4.3. A Perspectiva de Expansão do IFAP e o Desenvolvimento Territorial

Segundo Silva (2009), uma das questões orientadoras do processo de negociação para a criação dos institutos federais foi o limite geográfico dos estados da federação. Uma das metas cumpridas pelo governo federal foi a de se implantar os institutos federais em todos os estados.

A Lei 11.892/2008 ressalta no inciso I do art. 6º, como finalidade dos institutos federais colaborar para o desenvolvimento local, regional e nacional e o parágrafo 3º do art. 2º coloca a área de atuação territorial da instituição como limite de abrangência de sua autonomia para criação e extinção de cursos. Esses trechos destacam a importância do território na concepção dos institutos federais e na definição dos limites de sua atuação.

Silva (2009) evidencia ainda, que é importante ouvir e articular as demandas do território onde essas instituições estão inseridas, “com suas possibilidades científicas e tecnológicas, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a construção da cidadania”.

De acordo com o plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, a expansão atende três dimensões: Social, Geográfica e Desenvolvimento. Assim, detalho abaixo, os objetivos de cada dimensão:

Tabela 6 – As dimensões da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional

Dimensões	Objetivos
Dimensão Social	<ul style="list-style-type: none">• Universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania;• Atendimento aos municípios populosos e com baixa receita per capita, integrantes do G100¹⁰;• Municípios com percentual elevado de extrema pobreza;
Dimensão Geográfica	<ul style="list-style-type: none">• Atendimento prioritário aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas;• Universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras;• Municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais;• Interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Ensino Superior;• Oferta de Educação Superior Federal por estado abaixo da média nacional
Dimensão de Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none">• Municípios com Arranjos Produtivos Locais - APLs identificados;• Entorno de grandes investimentos.

Fonte: Portal do Mec. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/expansao>>.

A escolha para implantação de novos câmpus do Instituto Federal do Amapá seguiu os critérios adotados pelo governo federal para definir o número de câmpus universitários e de escolas de educação profissional por estado entre os quais o baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e a porcentagem de jovens de 14 a 18 anos nas séries finais do ensino fundamental. Na escolha dos municípios a serem contemplados, considerou a universalização do atendimento aos territórios da cidadania, a alta porcentagem de extrema pobreza, municípios ou microrregiões com população acima de 50 mil habitantes e os municípios com arranjos produtivos locais.

Uma das dimensões considera as mesoregiões socioeconômicas dos estados em razão da natureza da investigação dos institutos nas respectivas regiões. Houve um esforço considerado para unificar ao máximo as diferentes autarquias de um mesmo estado, considerando as identidades socioeconômicas de uma dada região, mantendo sua delimitação em área territorial contínua. Assim, a questão da territorialidade deve ser abordada de forma mais ampla, pelo fato dos institutos federais constituírem uma rede.

Neste sentido, considerando a questão da territorialidade para a criação dos Institutos Federais, é que se buscou realizar o processo de expansão do Instituto Federal do Amapá, com a criação de novos câmpus, considerando as questões socioeconômicas de cada município, de forma a buscar o desenvolvimento local e regional.

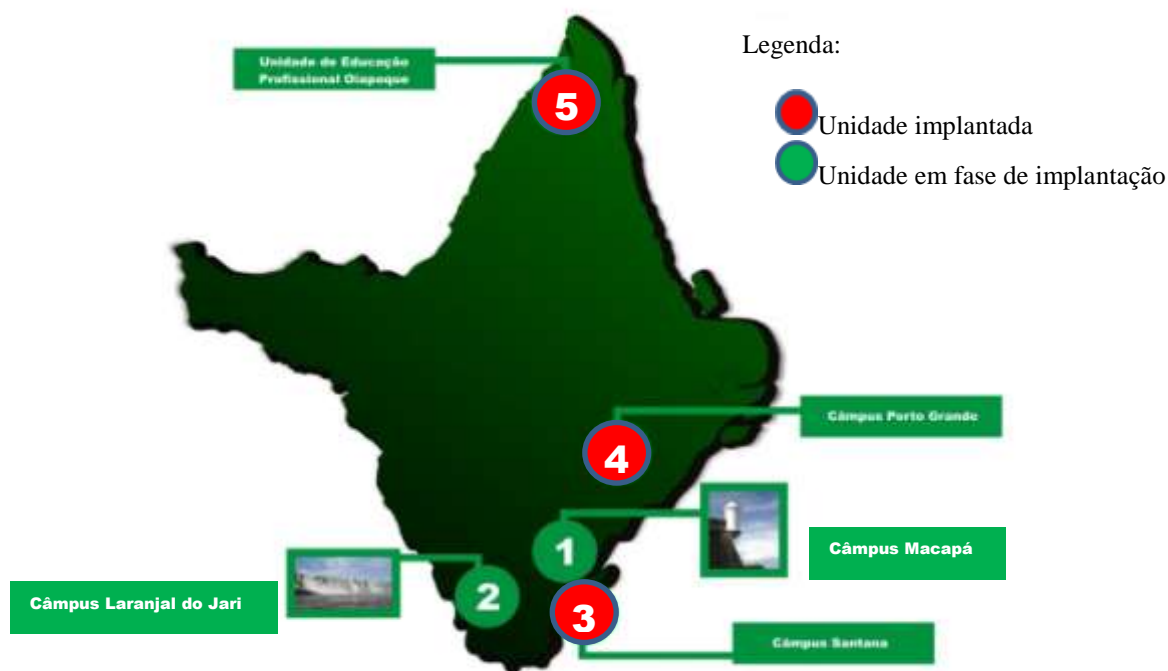
Freitas Júnior e Sanchez (2011, p. 38) afirmam que:

A consolidação do projeto dos Institutos Federais como instrumento de desenvolvimento local e regional, passa, necessariamente, pela identificação das demandas a que cada Campus se propõe a atender, o que, obrigatoriamente, exige a delimitação da área dessa atuação, e conseqüentemente, a clareza de quais atividades produtivas se desenvolvem nessa região de abrangência.

¹⁰ O G100 é um grupo formado por cem cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, com os mais baixos níveis de receita pública per capita do país (inferior a R\$ 1 mil de investimento per capita por ano) e alta vulnerabilidade socioeconômica de seus habitantes. O G100 foi criado pela Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) lançado no I Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável em março de 2012, com o objetivo de evidenciar e sensibilizar o Brasil sobre as condições socioeconômicas das cidades que o integram e avançar na construção de propostas viáveis que tornem mais justa a distribuição de recursos entre seus municípios (G100,2012).

Após a fase 1 e fase 2 de implantação, onde foram contemplados os municípios de Macapá e Laranjal do Jari, com a implantação de seus respectivos câmpus, a fase 3 da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, contempla os Municípios de Santana e Porto Grande, com dois câmpus e o Município de Oiapoque com a implantação de uma Unidade de Educação Profissional (UEP), como mostra a figura 15.

Figura 15 –A expansão da Rede Federal no Amapá



Fonte: ASCOM/IFAP.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), é um instrumento de apoio a gestão social dos colégios territoriais, criado com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que subsidia a organização dos Territórios da Cidadania. Para entender, escolha das unidades de ensino considerando a questão da territorialidade, destaco na tabela 6 a distribuição das unidades de ensino do IFAP a partir da divisão dos territórios da Cidadania no Estado do Amapá:

Tabela 7 – Distribuição Territorial das Unidades de Ensino do IFAP

Território da Cidadania	Municípios abrangentes	Unidade de Ensino do IFAP	Ano de Implantação
Território Sul do Amapá	Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari	Câmpus Laranjal do Jari	2010
Território Extremo Norte do Amapá	Calçoene e Oiapoque	UEP de Oiapoque	2014 (previsão)
Território Centro Oeste do Amapá	Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Serra do Navio	Câmpus Porto Grande	2015 (previsão)
Território dos Lagos do Amapá	Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho	a definir	Em fase de estudo

Fonte: MDA (2011a); MDA (2011b); PDI (2010).

Sobre o critério de escolha para os novos câmpus evidencio a explicação dada pelo Reitor do IFAP, que esclarece como ocorreu esse processo considerando a questão da territorialidade:

Laranjal do Jari está também em um Território da Cidadania, esse foi um dos critérios que foi colocado. Então para a fase 3 ficou muito evidente: os Territórios da Cidadania e o G100. No Brasil inteiro, nós temos só dois territórios da cidadania que não foram contemplados com um campus do instituto. É um aqui em Tartarugalzinho, no Estado do Amapá e [...] em Minas Gerais. Então era política de governo colocar pelo menos um campus nos Territórios da Cidadania e já por fim o G100. Entra Santana, porque estava uma conversa muito forte de entrar as áreas de fronteira que contemplaria o Oiapoque. Mas Oiapoque tem uma baixa densidade populacional. Então ficou Santana por ser do G100, ele tem mais de 90 mil habitantes, e tem uma renda per capita menor que mil reais. Então foi contemplado Santana. E Porto Grande por estar no Território da Cidadania e atender três ou quatro municípios no entorno. Então foi essa a definição (E8).

O Câmpus Laranjal do Jari foi implantado em 2010 e faz parte do Território Sul do Amapá que composto por três municípios que são: Laranjal do Jarí, Mazagão e Vitória do Jari e sul.

Os municípios de Macapá e Santana, apesar de serem contemplados com dois câmpus, não fazem parte dos territórios da Cidadania, por serem os dois maiores municípios do Amapá e localizados em áreas urbanas, além de não serem integrantes do Território Rural. Estes tiveram critérios específicos para escolha quanto à implantação de uma unidade de ensino, Macapá, por ser a capital do Estado e Santana, por fazer parte do G100.

Assim, o crescimento do IFAP para os próximos quatro anos ocorrerá com a implantação dessas três novas unidades: dois câmpus (Santana e Porto Grande) e um câmpus avançado (Oiapoque). Durante o ano de 2014, todas essas as unidades estarão em fase de construção, ambas iniciadas no 2º semestre de 2013. O atraso nas obras ocorreu devido a dificuldade de doação das áreas pelas prefeituras dos municípios, onde seriam implantadas essas unidades. Esse foi o maior entrave no atraso do início das obras e conseqüentemente a implantação de novos cursos nesses municípios.

Contudo, buscarei detalhar o processo de Expansão do IFAP nos Municípios de Oiapoque, Porto Grande e Santana a partir dos critérios utilizados pelo Ministério da Educação para implantação de novas unidades de ensino.

4.3.1. Câmpus Avançado de Oiapoque

Em 2013, o Ministério da Educação criou inicialmente 40 Unidades de Educação Profissional (UEPs) em todo o Brasil. Assim, foram contemplados 150 municípios com a instalação de uma “Unidade de Educação Profissional”. Na região norte, na primeira fase da implantação das UEPs apenas dois estados foram contemplados, Amapá e o Acre.

O Amapá foi contemplado com uma UEP no município de Oiapoque, sendo que essa denominação um ano mais tarde, passou a se chamar de “Câmpus Avançado”. Essa mudança ocorreu a partir novas diretrizes apontadas pelo MEC para a organização da Rede Federal, pois a expansão tomou novos rumos e a “Unidade de Educação Profissional” ganhou um novo status. Segundo a classificação oficial do MEC, as unidades de ensino nos institutos federais foram divididas em quatro tipos: Câmpus, Câmpus Avançado, Polo de Inovação e Polo de Educação a Distância. O Câmpus Avançado se difere do primeiro, principalmente, pelo vínculo administrativo com outra unidade, sendo sua autonomia um pouco mais limitada.

O município de Oiapoque é o mais distante da capital, ficando a 595 km de Macapá, fica localizada na parte norte do Brasil e do Estado do Amapá, fazendo limite ao norte com

Guiana Francesa, município de Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca e Laranjal do Jari. Possui uma área de 22.625 km². De acordo com IBGE (2010) a população total é de 20.426 habitantes, sendo 13.873 na área urbana e 6.553 na área rural.

Oiapoque faz parte do Território da Cidadania Extremo Norte do Amapá que é composto pelos municípios de Oiapoque e Calçoene. Sua área territorial é bastante abrangente com 36.958 km². Possui praticamente 52% de sua área total protegidas por Unidades de Proteção Integral (Parques Nacionais Montanha do Tumucumaque e Cabo Orange), outros 30% protegidos por Unidade de Conservação Sustentável, 14% homologados como áreas indígenas e apenas 3.7% ocupados por centros urbanos e terras agrícolas. (MDA, 2011a).

O Território Extremo Norte, apesar de dispor de uma vasta biodiversidade, clama por novas políticas de incentivo que possam promover o desenvolvimento justos em diversos aspectos, como educação, saúde e moradia. Na dimensão econômica são necessários grandes investimentos na área de produção para tornar o território mais independente de outras regiões do estado e até de outros estados no que se refere ao setor agrícola. A região vislumbra melhores condições econômicas para as famílias na área da agricultura e pesca artesanal, para que sejam fortalecidas tanto em termos de produção quanto na organização dos atores para que sejam capazes de prover a subsistência do próprio território, “viabilizadas pelo acesso a investimentos tecnológicos para melhor produção local, mudando por completo a realidade atual da dependência da importação de alimentos agrícolas básicos de outros estados”. (MDA, 2011a).

O município de Oiapoque é banhado pelo rio de mesmo nome que flui em direção nordeste do município e deságua no Oceano Atlântico, próximo ao Cabo Orange, separando o Amapá da Guiana Francesa. É uma região de fronteira internacional e estadual, e onde se encontram as maiores tribos indígenas do Estado, dentre as quais os Karipuna (aldeias do Manga), Galibi do Oiapoque, Galibi do Kumarum e os Palikur, na aldeia de Kumenê, no Rio Urucauá, com uma população de 5.519 habitantes, correspondendo a 77% da população indígena do Estado (IBGE.2010).

Na escala local/regional, o meio geográfico que caracteriza zona de fronteira é formado pelas cidades de Oiapoque no Amapá-Brasil e Saint Georges, Guiana Francesa Os adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira fluvial são articulados pela Ponte Binacional, grande potencial de integração econômica e cultural, bem como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Com a ponte Binacional ligando as duas cidades fronteiriças, haverá um grande intercâmbio no platô norte da América Latina entre o Amapá com Caiena, Paramaribo (capital de Suriname) e Georgetown (ex.Guiana Inglesa), principalmente por via rodoviária. O intercâmbio nas áreas de educação, saúde, segurança e esporte é evidente.

Para a implantação do Câmpus Avançado no Município de Oiapoque, o Governo Estadual sancionou a Lei nº 1.748, de 21 de maio de 2013, oficializando a doação da área e das benfeitorias do Hotel de Trânsito do Oiapoque. O Câmpus Avançado tem a previsão de atender cerca de 600 alunos em vários cursos, pois tem uma estrutura menor em relação aos câmpus, conforme mostra a figura 16.

O Câmpus Avançado de Oiapoque atenderá a população dos municípios de Oiapoque e Calçoene. O potencial econômico da região apresenta indicadores voltados principalmente para o setor terciário e primário, existindo viabilidades para a introdução da indústria de transformação, considerando que há grande potencial de extração de ouro e a exploração de pescado. Entretanto, os investimentos são insuficientes para alavancar esses setores, tanto em escassez de educação tecnologia, quanto financeira.

Figura 16 –Maquete do Câmpus Avançado de Oiapoque



Fonte: DENS/IFAP.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAP para 2014 a 2018, a proposta de implantação do Câmpus Avançado de Oiapoque se justifica pelos seguintes indicadores:

- O Sistema educacional da região é deficiente, principalmente na oferta de educação profissional nos níveis de formação inicial e continuada, técnico de nível médio e tecnológico;
- Os baixos índices socioeconômicos e os altos índices de desigualdades sociais persistentes na Microrregião de Oiapoque;
- A localização e a importância estratégica na área de fronteira do município, considerando os avanços nas relações internacionais com a Guiana Francesa e o interesse apontado para cooperação educacional constante no acordo firmado pelo Conselho de Cooperação Educacional da Amazônia e Regiões Adjacentes (EDUCAMA);
- Elevado número de alunos egressos do ensino fundamental na área indígena sem possibilidade de acesso à educação profissional nos níveis de formação inicial e continuada, técnico de nível médio e tecnológico.

A implantação de mais uma unidade de ensino do IFAP, é a oportunidade de garantir o acesso de jovens e adultos a educação profissional a partir da implantação de cursos técnicos e tecnológicos, colaborando assim, com o desenvolvimento local e regional.

4.3.2. Câmpus Porto Grande

A escolha de Porto Grande para implantação de um câmpus do Instituto Federal do Amapá, seguiu os critérios adotados pelo governo federal, entre os quais os baixos índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e a porcentagem de jovens de 14 a 18 anos nas séries finais do ensino fundamental. Na escola do município, considerou-se também a universalização dos atendimentos aos territórios da cidadania.

Em relação à questão da territorialidade, o município de Porto Grande atende os critérios estabelecidos pelo governo federal por fazer parte do Território Centro Oeste do Amapá que contempla dos municípios de Porto Grande, Ferreira Gomes, Serra do Navio e Pedra Branca do Amaparí.

O Território Centro Oeste faz parte da Messorregião Sul do Amapá e da Microrregião Macapá, A área territorial conhecida como Perimetral Norte soma 26.796 km², o que representa 18,7 % da área total do Estado do Amapá. O território se limita ao norte e nordeste com o Território Rural com o Extremo Norte, ao sul com as cidades de Santana e

Macapá, e com o Território Sul, ao oeste com o Território Sul e a leste com o Território dos Lagos (MDA, 2011b).

O Território Centro Oeste tem 73% de sua para protegida por meio de algum tipo de Conservação e de que mesmo em áreas não protegidas, grande parte continua com a natureza intacta, possuindo uma biodiversidade exuberante.

Entretanto, o território anseia por políticas adaptadas à sua realidade local, que viabilizem direitos de vida digna, com acesso a serviços básicos de educação e saúde mais eficientes, bem como estradas de qualidade, acesso a água potável, redes de esgoto, energia elétrica e investimentos na área de produção, principalmente no setor agrícola.

Para tanto são necessários investimentos em projetos e programas de produção agrícola que permitam que haja um aumento de produtividade agrícola, tornando a agricultura familiar rentável sem devastar o meio ambiente, bem como trabalhar o aumento da produção agrícola e a introdução de novos produtos agrícolas de forma sistemática e conjuntos como fomento do plantio e da produção de açaí e frutas regionais.

O município de Porto Grande, local escolhido para a implantação de um novo câmpus do Instituto Federal do Amapá, é localizado na parte centro ocidental do Estado, as margens da rodovia BR 156, e foi criado pelo decreto lei n.º 0003 de 1 de maio de 1992 quando foi desmembrado de Macapá, sendo um dos mais novos municípios do Amapá. (MORAIS, 2011).

O município tem suas confrontações limítrofes com os municípios de Mazagão, Santana, Macapá, Ferreira Gomes e Pedra Branca do Amaparí. Possui uma área de 4.41,8 km². De acordo com IBGE (2010) a população total é de 16.825 habitantes, sendo 63,95% habitam na área urbana e 36,05% na área rural.

O desenvolvimento da região de Porto Grande deu-se a partir da década de 40, quando foi implantada na região pelo então governador Janary Gentil Nunes, a Colônia Agrícola do Matapí, atraindo para a área imigrante vindos de diversas regiões brasileiras. Objetivou-se com isso, povoar a região e incrementar a produção agrícola do recém criado Território Federal do Amapá. A abertura da Rodovia Perimetral Norte; e a plantação de monoculturas como Pinus e Dendê, pela empresa ANCEL, em áreas de cerrados no município, atraiu mão-de-obra para região provocando um significativo aumento da população na sede do município, motivando assim, a ampliação da infraestrutura social da cidade, por parte tanto do setor público como do setor privado.

Dentro desse contexto, a implantação de uma unidade de ensino de educação profissional no Município de Porto Grande é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento territorial, pois além de atender a população local, atende os municípios que fazem parte do território Centro Oeste.

A agricultura de Porto Grande é a mais desenvolvida dentre os demais municípios amapaenses, pois, nesse município localiza-se a Colônia Agrícola do Matapí, com o nível tecnológico adotado de práticas culturais bastante evoluído. Apesar de produzir arroz, feijão, mandioca, milho, pimenta-do-reino, laranja, limão e abacaxi, essa produtividade ainda é considerada baixa se for levado em conta a média de produção (MORAIS, 2011).

Considerando o potencial agrícola do Município de Porto Grande, existe a pretensão do Instituto Federal do Amapá, realizar estudos para a implantação de cursos técnicos e tecnológicos que atendam os arranjos produtivos locais.

As obras para a construção do câmpus Porto Grande iniciaram no 2º semestre de 2013 como mostra a figura 17, e o terreno destinado para a sua implantação, fica localizada as margens da BR 156, logo na entrada do município. A conclusão das obras está prevista para o início de 2015.

Figura 17 – Início das obras no Câmpus Porto Grande



Fonte: acervo fotográfico próprio.

O projeto arquitetônico para a construção do Câmpus Porto Grande foi desenvolvido pela equipe da Coordenação de Desenvolvimento de Projeto do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), objeto de financiamento pelo Programa Brasil Profissionalizado, e possui 12 salas de aula, 6 laboratórios básicos, auditório, biblioteca, teatro de arena, refeitório, área de vivência, quadra poliesportiva coberta e 2 grandes laboratórios especiais para a preparação do jovem para o mercado de trabalho, de acordo com as especificidades regionais.

4.3.3. Câmpus Santana

Santana é o quarto município escolhido para a implantação de um câmpus do Instituto Federal do Amapá. A escolha de Santana seguiu os critérios adotados pelo governo federal, entre os quais os baixos índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB), a porcentagem de jovens de 14 a 18 anos nas séries finais do ensino fundamental, a alta porcentagem de pobreza, e por ser um município que faz parte do G100.

Estruturado em 2010, O G100 é grupo de cidades populosas com alta vulnerabilidade socioeconômica, que tem sido utilizado como critério de escolha para a instalação de câmpus universitários e institutos federais. O grupo que reúne 103 cidades com mais de 80 mil habitantes e menos de R\$ 1 mil de investimento *per capita* por ano. Foi esse o principal critério para a inclusão do município de Santana.

Santana é o segundo maior município do Amapá em termos populacionais, tendo uma população de 101.262 mil habitantes, de acordo com o IBGE(2010). O município situa-se a 22 km da capital e localiza-se ao sul do Estado do Amapá, fazendo limites com os Municípios de Macapá, Mazagão e Porto Grande. É cortado pela Linha do Equador e possui uma área de 1.579,60 km².

Com a descoberta de jazidas de manganês em Serra do Navio e da instalação da empresa ICOMI, no ano de 1953, Santana teve um crescimento populacional significativo. Segundo Moraes (2011), este foi o momento em que iniciou a construção da Ferrovia Santana-Serra do Navio, com 194 km de extensão. A principal finalidade era transportar os operários e escoar o carregamento de minério, em virtude da inviabilidade do transporte por via marítima com destino direto aos mercados interno e externo.

Por se tratar de uma cidade portuária, no município de Santana foi construído um cais que acompanha o movimento das marés, pela sua profundidade e fácil navegação, permitindo assim o acesso de navios cargueiros de grande porte. Também foi construído o principal porto de embarque e desembarque de navios, contendo produtos importados e exportados (manganês, pinus e eucalipto, etc) e o porto para passageiros e cargas. É também no município que se localiza o Distrito Industrial do Amapá, à margem esquerda do rio Matapi, afluente do rio Amazonas. (MORAIS, 2011).

Com a instalação da Empresa Indústria Comércio de Minérios (ICOMI) e a construção do cais em frente a ilha de Santana, o município de Santana atraiu pessoas de várias partes do país, gerando empregos e incentivando o comércio e pequenas indústrias. Com isso passou por um intenso processo de crescimento urbano e populacional, haja vista, o surgimento de diversos núcleos habitacionais periféricos, que surgiram em torno do empreendimento, além da demanda por mão-de-obra do empreendimento. Em 31 de agosto de 1981, Santana foi elevada a categoria de Distrito do município de Macapá, pela Lei n.º 153/81 – PMM, e finalmente se tornou município, emancipado com o Decreto Lei nº 7.639 de 17 de setembro de 1987, e instalado em 01 de janeiro de 1989.

Além da característica de município portuário, a economia de Santana no setor primário gira com pequena produção de gados bovinos, bubalinos e suínos. A atividade pesqueira e a extração de madeira, além da venda de produtos tipicamente nortista (madeira e açai), vem contribuindo para o desenvolvimento econômico da região. No Setor secundário, Santana tem sob o seu domínio o Distrito Industrial do Amapá, que está ampliando cada vez mais a instalação indústrias de pequeno e médio porte¹¹.

Diante deste cenário e considerando o potencial econômico do Município de Santana, a implantação do Câmpus Santana, é uma oportunidade que o Instituto Federal do Amapá têm para contribuir com a ofertas de cursos de cursos técnicos e tecnológicos que as especificidades locais e regionais, como a implantação do Curso Técnico em Logística, iniciado em 2013 pelo Pronatec em parceria com a Prefeitura Municipal de Santana, sendo o primeiro curso técnico do IFAP ofertado através do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTE¹²), mesmo ainda sem a implantação do Câmpus Santana.

Embora a escolha do Câmpus de Santana, tenha ocorrido em 2011, as obras iniciaram somente em junho de 2013, tendo em vista a dificuldade para a definição e regularização do terreno destinado à construção do novo câmpus. A dificuldade de regularização da área durou mais de um ano e o Município de Santana corria o risco de perder a instalação para outro município do Estado. Entretanto, esse impasse foi resolvido a tempo e a construção do novo câmpus foi liberada a tempo. A área destinada a construção do câmpus Santana corresponde a um terreno de dez hectares e está localizada próximo as instalações do câmpus da Universidade Federal do Amapá, na Rodovia Duca Serra, em Santana.

O projeto arquitetônico para a construção do Câmpus Santana (figura 18), semelhante ao de Porto Grande, foi desenvolvido pela equipe da Coordenação de Desenvolvimento de Projeto do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), objeto de financiamento pelo Programa Brasil Profissionalizado, com uma estrutura física de 12 salas

11 Algumas empresas que se instalaram no Distrito Industrial: Flórida e Equador (fábrica de palmitos de açai); ISA Peixe (indústria de pescado) e a empresa REAMA (que industrializa a cola-cola no Estado); CIMACER (fábrica de tijolos); FACEPA (que cuida da reciclagem de papel); CHAMPION (responsável pela plantação de pinus e eucalipto), dentre outras. (MORAIS, 2011).

12 O Sisutec é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

de aula, 6 laboratórios básicos, auditório, biblioteca, teatro de arena, refeitório, área de vivência, quadra poliesportiva coberta e dois grandes laboratórios especiais para a preparação do jovem para o mercado de trabalho, de acordo com as especificidades regionais. O câmpus Santana depois de concluído terá com a capacidade para atender cerca de 1.200 estudantes com cursos técnicos de nível médio, cursos superiores, além da Educação de Jovens e Adultos.

Figura 18 –Maquete Eletrônica do Câmpus Santana



Fonte: DENS/IFAP.

Embora a previsão de conclusão das obras seja para o início de 2015, as atividades escolares em Santana já iniciaram desde 2013, com a oferta de cursos técnicos e de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) através do Pronatec, e para o 2º semestre de 2014, realiza o primeiro processo seletivo de discentes para o Câmpus Santana, com a oferta de 70 vagas para o Curso Técnico em Logística na forma subsequente, na modalidade presencial.

Em 2014, o IFAP funcionará em Santana em instalações provisórias aprovadas pelo Ministério da Educação. Em 2013, foi celebrado Termo de Cooperação Técnica que prevê o aluguel de um prédio comercial pela Prefeitura de Santana. As instalações, com 12 salas de aula, localizadas na área comercial da cidade, já começam a ser utilizadas no segundo semestre de 2014, com o curso técnico de Logística e cursos do Pronatec.

4.4. A interiorização do IFAP a partir da execução dos Programas Federais: PRONATEC e Programa Mulheres Mil

Com a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica e a construção de novas unidades de ensino, a partir de 2015, o Instituto Federal do Amapá estará funcionando nas suas respectivas estruturas administrativas e pedagógicas em cinco municípios do Estado do Amapá: Macapá, Laranjal do Jari, Santana, Porto Grande e Oiapoque, perfazendo um total de quatro câmpus, além do câmpus avançado de Oiapoque.

Entretanto, através da sua política de extensão e com a execução do Pronatec e Programa Mulheres Mil, é possível identificar a atuação do IFAP a partir do segundo semestre de 2013 em 8 municípios do Estado do Amapá, oferecendo cursos técnicos e de qualificação profissional a localidades de difícil acesso no atendimento a estudantes de baixa renda, trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O Pronatec é um conjunto de ações que visam a ampliar a oferta de vagas na Educação Profissional e Tecnológica instituído a partir da Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

No art. 1º, parágrafo único, inciso I, da Lei 12.513, destaca que o Pronatec tem como um dos objetivos “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional”. Neste sentido, o IFAP, mesmo com cenário desfavorável na maioria dos municípios no interior do Estado, devido a falta de estrutura física própria, como salas de aulas e laboratórios, para a oferta de cursos técnicos e de qualificação, buscou minimizar as questões de infraestrutura, através da parceria realizada com a maioria das prefeituras municipais, a partir da assinatura de termo de cooperação, dividindo as responsabilidades.

Sobre a oferta de cursos, apresento a fala de um dos entrevistados que destaca a importância do Programa para o IFAP, a partir da interiorização na oferta de educação profissional em 8 municípios do Estado:

Nós temos programas federais que incentivam essa interiorização. Nós temos os Mulheres Mil, nós temos o PRONATEC. Só que o PRONATEC por exemplo, nós estamos entrando agora em 2013, dos 16 municípios do Estado, pelo que notei, a gente está entrando em 8: Macapá, Santana, Serra do Navio, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. Então há essa possibilidade, além de se poder firmar parcerias também (E8).

Outra fala de um dos entrevistados evidencia a atuação do Programa em um dos municípios contemplados:

Os projetos e programas do governo federal implantados em Laranjal do Jari, é um incentivo a mais, porque nós estamos com menos dois anos, executando esses programas, e nós já capacitamos em média mais de 800 jovens do programa PRONATEC e do Programa Mulheres Mil, já tivemos duas etapas de mulheres capacitadas, 120 mulheres. E essas mulheres, ainda é uma porcentagem baixa, mas elas acabam ingressando no mercado de trabalho, acabam voltando para continuar sua formação escolar, e acaba sendo um incentivo, não só para o mercado de trabalho, com uma mão de obra qualificada, como também um desejo de voltar a estudar. E o PRONATEC com essa formação curta e dinâmica, acaba não só fomentando a economia do município, pelo fato de distribuir uma bolsa, mas como também de melhorar a formação continuada dos jovens estudantes. Como por exemplo, estamos com o curso técnico pelo PRONATEC, que vai formar 40 técnicos em administração, que é o concomitante [...]. Então tudo isso, são ganhos educacionais para o município através do instituto federal (E1).

Durante ano de 2012, o Pronatec atendia prioritariamente os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e estudantes que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

Com a ampliação da oferta em todo o território nacional, é publicada a Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013, que amplia o atendimento para outros públicos não contemplados na primeira versão da Lei 12.513/2011. Assim o artigo 3º da referida portaria apresenta o público a ser atendido prioritariamente:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

- II - trabalhadores, **inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores;**
- III - beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda **entre outros que atenderem a critérios especificados no âmbito do Plano Brasil sem Miséria;**
- IV - **pessoas com deficiência;**
- V - **povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais;**
- VI - **adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;**
- VII - **públicos prioritários dos programas do governo federal que se associem à Bolsa-Formação;** e
- VIII - estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral [grifo nosso].

Com a ampliação do atendimento pelo Pronatec, a proposta de interiorização torna-se mais visível, tendo em vista, que o IFAP tem a possibilidade de contemplar outros públicos até o momento não atendido, como agricultores familiares e extrativistas, pessoas com deficiência e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

A escassez de mão de obra qualificada e a crescente demanda do Estado fazem com que aproximadamente 94% das vagas ofertadas em 2013 para os cursos de qualificação profissionais do Pronatec fossem preenchidas. A grande maioria dos cursos ofertados são cursos de formação inicial e continuada (FIC), concebida como uma oferta educativa que favorece a qualificação, a requalificação e o desenvolvimento profissional de jovens e adultos nos mais variados níveis de escolaridade¹³ e formação. Com critérios específicos de seleção, os cursos FICs tem duração entre dois a três meses e visam promover uma formação inicial de pessoas em situação de vulnerabilidade social, sejam pessoas de baixa renda ou estejam fora do mercado de trabalho. A tabela a seguir mostra os cursos ofertados pelo Pronatec, em 8 municípios do Estado:

Tabela 8 – Cursos ofertados pelo Pronatec no ano de 2013

Município	Cursos	Vagas	Matrículas
Macapá	Auxiliar Administrativo	120	114
	Auxiliar de Recursos Humanos	120	118
	Promotor de Vendas	80	74
	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	40	36
	Recepcionista	80	70
	Operador de Computador	160	152
	Vendedor	40	36
	Almoxarife de Obras	120	117
	Cadista para a Construção Civil	80	77
	Francês Básico	120	109
	Inglês Básico	120	116
	Pedreiro de Revestimentos em Argamassa (Programa Mulheres Mil)	40	40
	Aplicador de Revestimento Cerâmico (Programa Mulheres Mil)	60	56
	Horticultor Orgânico (Medida socioeducativa)	15	5
	Organizador de Eventos	50	35
Recepcionista de Eventos	50	37	

¹³ A escolaridade mínima para os cursos FIC está estabelecida no Guia Pronatec de Cursos FIC e leva em consideração as legislações pertinentes (nacionais e internacionais).

	Almoxarife de Obras (Medida socioeducativa)	30	29
	Promotor de Vendas (Medida socioeducativa)	30	30
Serra do Navio	Agente Ambiental de Resíduos Sólidos	30	25
	Almoxarife	30	26
	Auxiliar de Fiscalização Ambiental	30	18
	Auxiliar de Recursos Humanos	30	21
	Instalador e Rep. de Redes de Computadores	15	15
	Operador de Computador	75	74
	Recepcionista	30	23
Mazagão	Auxiliar Administrativo	25	25
	Auxiliar de Recursos Humanos	30	30
	Operador de Computador	25	25
	Recepcionista	30	30
Porto Grande	Açaicultor (Pronatec Campo)	40	31
	Fruticultor (Pronatec Campo)	40	34
Vitória do Jari	Agente Ambiental de Resíduos Sólidos - FIC	40	40
	Agente de Desenvolvimento Socioambiental (Pronatec Campo)	40	40
	Almoxarife	40	40
	Auxiliar Administrativo	40	40
	Auxiliar de Fiscalização Ambiental (Pronatec Campo)	40	39
	Auxiliar de Recursos Humanos	40	40
	Cuidador Infantil	40	40
	Garçom	40	40
	Operador de Computador	40	40
	Promotor de Vendas	40	40
	Recepcionista de Eventos	40	40
Santana	Operador de Computador	80	80
	Auxiliar Administrativo	80	78
	Auxiliar de Pessoal	70	69
	Recepcionista	40	40
	Vendedor	75	74
	Aplicador de Revestimento Cerâmico - (Programa Mulheres Mil)	80	79
	Pedreiro de Revestimentos em Argamassa - FIC (Programa Mulheres Mil)	40	38
	Assistente de Operação De Logística Portuária - FIC	60	58
	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	28	28
	Promotor de Vendas	30	25
	Recepcionista	30	30
	Técnico em Logística na forma subsequente	80	62
	Laranjal do Jari	Agente Ambiental de Resíduos Sólidos	40
Recepcionista		80	80
Auxiliar de Biblioteca		40	40
Inglês Básico		80	76
Operador de Computador		80	80
Auxiliar de Fiscalização Ambiental		40	40
Desenhista de Produtos Gráficos We		40	40

	Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Intermediário	40	25
	Promotor de Vendas	80	78
	Promotor de Vendas (Programa Mulheres Mil)	40	27
	Auxiliar Administrativo	80	80
	Almoxarife	40	40
	Auxiliar de Recursos Humanos	40	40
	Auxiliar de Secretaria Escolar	40	38
	Cuidador Infantil (Programa Mulheres Mil)	40	37
	Técnico em Administração na forma concomitante	80	80

Cont.

Município	Cursos	Vagas	Matrículas
Pedra Branca do Amapari	Agente Ambiental de Resíduos Sólidos	40	40
	Almoxarife	40	40
	Auxiliar Administrativo	40	40
	Auxiliar de Fiscalização Ambiental	40	40
	Auxiliar de Recursos Humanos	40	40
	Recepcionista	40	40
Total		4.003	3.787

Fonte: PRONATEC./IFAP.

Outro programa que se expande com a interiorização do IFAP, é o Programa Mulheres Mil, que se integra ao Pronatec a partir de 2013, atendendo inicialmente os Municípios de Macapá, Laranjal do Jari e Santana. Até o ano de 2012, o Programa Mulheres Mil era desenvolvido apenas nos câmpus de Macapá e Santana, obedecendo às regras e a metodologia específica do Programa. Em 2014, o Programa se expande para mais dois municípios: Serra do Navio e Porto Grande.

Durante o período de 2007 a 2011, o Programa Mulheres Mil foi implementado numa parceria da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação com instituições de ensino canadenses. No início foram realizados projetos-pilotos em 13 institutos federais das regiões Norte e Nordeste. Comprovado o sucesso da iniciativa, o MEC lançou o programa oficialmente com 100 núcleos de atuação.

O Programa Mulheres Mil é executado por meio dos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das secretarias de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres e visa a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres desfavorecidas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, criando as pontes necessárias para que essas mulheres incrementem seu potencial produtivo, promovam a melhoria das condições de vida de suas famílias, de suas comunidades e contribuam para o crescimento econômico sustentável.

No IFAP, o Programa Mulheres Mil iniciou em 2011, com a oferta das primeiras turmas de qualificação profissional exclusivamente para mulheres em vulnerabilidade social. O câmpus Macapá ofereceu cem vagas para os Cursos de Assentamento de Cêramica e Porcelanato para mulheres de baixa renda dos bairros Brasil Novo e Loteamento Açaí. Em Laranjal do Jari, foram abertas cem vagas para qualificação profissional nos Cursos de Almoxarife e Auxiliar Administrativo, preferencialmente, vinculadas à Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari (COMAJA).

Outra vertente do Pronatec é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec Campo) que tem como objetivo qualificar jovens e adultos da agricultura familiar. A iniciativa é resultado de uma parceria entre o MDA e MEC e oferecem

cursos de educação profissional e tecnológica para os públicos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e da reforma agrária.

Os primeiros cursos ofertados pelos IFAP através do Pronatec Campo foram realizados em 2013 nos municípios de Porto Grande e Vitória do Jari, entre eles, destaco os cursos de Açaicultor, Fruticultor, Agente de Desenvolvimento Socioambiental e Auxiliar de Fiscalização Ambiental. A figura abaixo mostra umas das aulas práticas realizadas no Curso de Açaicultor em um dos assentamentos agrícolas da comunidade local:

Figura 19 – Aula de Campo do Curso de Açaicultor no Município de Porto Grande



Fonte: Acervo fotográfico próprio.

Silva (2009, p. 38), em sua análise enfatiza, que:

A oferta educativa em tese deve estar voltada para diferentes setores econômicos destacando sua estruturação a partir daquilo que se torna necessário para o desenvolvimento local, no território de abrangência do Instituto, e conseqüentemente contribuindo também para o desenvolvimento da região do país.

No inciso IV do art. 6º da Lei 11.892/2008 , é retomada a importância da educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento local, ao dizer que uma das finalidades e características dos Institutos é:

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

Neste sentido, a ênfase é dada ao apoio enraizado nas estruturas socioculturais locais, quando indica a importância de desenvolver uma metodologia baseada no diagnóstico das oportunidades de desenvolvimento seguido da “sintonização da oferta educativa com essas potencialidades de forma a contribuir para a composição e consolidação de arranjos locais para incremento da produção, fortalecimento da organização social e das identidades culturais” (SILVA, 2009, p. 39).

Portanto, se o papel dos institutos federais está vinculado ao desenvolvimento local e promoção da cidadania, as atividades de extensão como o Pronatec e Mulheres Mil desenvolvendo no interior do Estado, tornam-se essenciais para o diálogo efetivo entre

instituição e sociedade. Para Silva (2009, p. 44) as atividades de extensão abrem caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada, contribuindo para democratização institucional.

4.5. Os percalços no processo de implantação do IFAP e sua contribuição para o desenvolvimento local e regional

Fazer um estudo sobre o processo de implantação do Instituto Federal do Amapá me proporcionou estar em contato direto com a realidade local identificando principais fatos que antecederam a história do IFAP. Muitos foram os percalços enfrentados pela equipe de implantação e pelos primeiros servidores que ingressaram no Instituto, mas também muitos foram os avanços.

Importa, neste espaço, destacar os pontos que considero relevantes durante a implantação do IFAP, sejam de avanços, dificuldades ou eventuais tropeços, na dinâmica dessa construção que envolveu diversos sujeitos e que, de alguma forma, contribuíram com a construção desse projeto.

No câmpus Laranjal do Jari, um dos principais entraves é o acesso o câmpus, sendo ainda uma barreira a ser superada, tendo em vista sua localização que fica em uma área afastada do centro da cidade. Na localidade, não existe de transporte coletivo para deslocamento de alunos e servidores até o câmpus, o que dificulta o acesso. Geralmente os alunos fazem o trajeto, a pé, de bicicleta, de táxi, ou ônibus particular com horário estipulado.

O deslocamento para Laranjal do Jari é de extrema dificuldade, não só pela distância de 320 km da capital, mas pela estrada que é de péssima qualidade, sendo a maioria sem asfalto. No período chuvoso, o deslocamento para Laranjal do Jari, pode variar entre 8 a 10 horas.

O município de Laranjal do Jari não oferece boa infraestrutura para seus moradores, e conseqüentemente para os servidores ingressaram no IFAP e não conheciam a região. Ao se transferirem para o município, sentem grande impacto com a falta atendimento médico-hospitalar de qualidade, saneamento básico, lazer e moradia. Muitos se deslocam para o Município de Almerim – PA, em busca de um melhor atendimento ou moradia. Sobre o implanto inicial dos primeiros servidores ao chegar no município, destaco o seguinte registro:

[...] eles sentiram um choque, por essa questão do município ser bem carente. Alguns professores vieram de cidades bem desenvolvidas, que o instituto nessas cidades já estavam totalmente estruturados. Então houve um choque não só cultural, mas um choque de infraestrutura. Eles com certeza não conheciam as especificidades da região [...] Eles começaram a procurar lugares para alugar e não tinha lugares adequados. Eles encontraram pequenos imóveis, como quartos. Então isso foi um choque. Particularmente, eu sei que isso foi um choque muito grande de infraestrutura de vida. Foi muito difícil essa adaptação. Muito difícil mesmo (E4).

Durante o processo de implantação, a questão da infraestrutura foi o maior entrave, tendo em vista a falta de biblioteca, quadra poliesportiva e laboratórios para as aulas práticas. Com a mudança para o prédio próprio, essa dificuldade foi minimizada. Até 2013, o acesso a internet era muito limitado, dificultando a realização com êxito das atividades administrativa e pedagógica.

Quanto aos benefícios alcançados com a chegada do câmpus Laranjal do Jari no município, o IFAP torna-se referência enquanto instituição educacional no município e na região, atendendo estudantes de vários municípios do Vale do Jari, como Vitória do Jari e Almerim-PA, além do próprio município. Sua contribuição para o desenvolvimento local e região é muito bem evidenciado pela fala de alguns atores envolvidos:

É uma perspectiva muito positiva, eu vejo que hoje, já se espera o processo seletivo do IFAP, tanto o aluno que está saindo da 8ª série pra vim fazer o integrado, fazer o ensino médio e o técnico junto, quanto os alunos que terminam o ensino médio na rede pública, pra vim aqui fazer o processo seletivo e ingressar no subsequente, para adquirir uma formação técnica. E agora, com a nossa primeira turma de nível superior, eu vejo que está mexendo em um todo com o Vale do Jari [...] Acho que se nós fizermos um estudo, desde quando iniciou a implantação até agora, em que estamos formando as primeiras turmas do subsequente, eu vejo que já houve essa mudança, pelo menos no olhar. Eu já olho o instituto hoje, como uma porta de oportunidades para uma formação técnica e eu vejo muito positivo essa perspectiva (E1).

Sem dúvida, uma escola modelo, é uma escola onde muitos têm grandes sonhos, grandes oportunidades. Pensam muito em estar aqui. Para muitos alunos é um sonho. Muito chegam a relatar que não tem ideia se eles estão aqui dentro. Então eles esperam muito da gente em termos de qualidade, em termos de qualificação, em termos de escola. E essa contribuição, e a gente já pode ver isso com nossos alunos, com os egressos (E3).

O desenvolvimento que o IFAP está trazendo e consolidando na região no sul Amapá, em especificamente em Laranjal do Jari, especificamente toda aquela região. Já começa pela própria paisagem. Eu tenho fotos quando comecei pela primeira vez no IFAP que era tudo mato. Era o IFAP, campus Laranjal e ao redor aquele matagal todo. Hoje, a mudança da paisagem é total, já houve processo de tentativa de invasão várias vezes daquela área. A gente fica sabendo, de pessoas que estão vindo morar para Laranjal, estão vindo de uma série de cidadezinhas que tem, ribeirinhas: Porto de Mós, Almeirim nem se fala, Vitória do Jari. Isso pra mim, é a mudança da paisagem. Não é só uma paisagem visual, é uma paisagem sociológica, social mesmo (E4).

Antes da implantação do IFAP, o bairro Cajari não era povoado. Com a instalação do câmpus, a infraestrutura do bairro se transforma, com a construção de escolas, prédios públicos, residências, serviço de terraplanagem e iluminação pública. Um outro ponto de vista, destaca essa mudança do cenário local:

Quando nós chegamos aqui, um terreno nos arredores do instituto. Ele custava cerca de 400 ou 500 reais. Hoje ele está custando entre 7.000 e 10.000 mil reais. Então a chegada do instituto federal, teve um impacto significativo em três anos para a economia local. Então teve um alvoroço do ponto de vista da economia local, no que diz respeito a ocupação territorial. Então isso já decorreu da implantação do instituto aqui (E2).

Sobre a oferta de cursos técnicos, o IFAP tem buscado atender a demanda da comunidade de acordo os arranjos produtivos locais, oportunizando aos estudantes egressos a inserção no mundo do trabalho com a oferta de empregos nas empresas locais, diminuindo assim a exportação de mão-de-obra. Entretanto os arranjos produtivos locais são dinâmicos e estão inseridos num contexto econômico, político e institucional do qual as políticas públicas são componente importante.

Para tanto, com as mudanças no cenário de desenvolvimento local, é importante que os cursos técnicos ofertados pelo IFAP, possam acompanhar essa dinâmica. Um dos entrevistados destaca a importância de fazer uma renovação nos Cursos Técnicos oferecidos pelo Câmpus Laranjal do Jari:

Eu entendo que precisa-se de uma renovação, ou seja, introduzir cursos novos, até porque em 2010, tínhamos teoricamente, a expectativa de alguns serviços e alguns avanços na região. Hoje já são concretos esses avanços e esses serviços, por exemplo, a construção da Hidrelétrica de Santo Antônio, a chegada do Linhão em Tucuruí, que vai trazer energia de qualidade. Com a chegada de energia de qualidade na região, conseqüentemente, virão investidores para cá. Indústrias estarão aqui, porque nós temos áreas para isso. O Laranjal do Jari é o maior município em extensão territorial do Amapá. Então eu entendo que vai vir investidores pra cá, com indústrias, com outros beneficiamentos, então vai mudar os arranjos produtivos locais. O setor forte é do extrativismo, por isso da escolha do cursos de meio ambiente. Em relação a indústria, hoje, tem a fábrica da Jari que produz celulose, não a celulose fina, mas a matéria para exportar, foi comprado pelo novo grupo, que parou a produção para reestruturar a fábrica, e reiniciar novamente com uma produção nova, com equipamentos avançados, mas no entanto tá parado. Não se sabe quando vai voltar. Mas sabemos que irá voltar, mas sabemos que irá voltar e é uma expectativa positiva. E ao lado tem também a CADAM, que extrai o caulim, está em funcionamento mas reduziu a produção em 20%, mas está produzindo. É de 50 anos o projeto da CADAM (E1).

Outro fato a ser considerado, além dos arranjos produtivos locais, é a inserção dos egressos no mundo do trabalho, tendo em vista a dificuldade de conseguir estágio para os cursos ofertados pelo IFAP. Os alunos dos cursos técnicos de Meio Ambiente, ainda sentem dificuldade de conseguir espaços nas empresas e instituições locais para a realização de estágio. Mas em outros cursos, como os Cursos de Técnico em Secretariado e Informática, os conseguem realizar seus estágios com êxito:

Em especial no Laranjal do Jari, a gente vê a procura por estágio. Os nossos arranjos tem vindo buscar os profissionais aqui dentro do instituto. Um dos cursos que mais procuram estagiários é o curso de secretariado. A gente tem uma relativa acomodação no curso de informática, mas a gente têm uma certa dificuldade no estágio com os alunos de meio ambiente. Isso é um trabalho que ainda precisa ser feito, uma sensibilização com as empresas locais, porque nós temos empresas que suportam os nossos estagiários (E2).

Neste sentido, é importante considerar que não somente a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada profissional são importantes para a jovens e adultos da região, mas também a oferta de cursos de graduação como um direito a ser garantindo aos estudantes que almejam a elevação da escolaridade através de um curso superior a ser realizado no próprio município. Tendo em vista a distância de Laranjal do Jari em relação a capital e a falta de oportunidades para a elevação da escolaridade no município, muitos estudantes ao concluírem o ensino médio ficam sem opção para avançar nos estudos. A chegada do IFAP no município vem consolidar a oferta de uma educação profissional e tecnológica necessária ao desenvolvimento local e regional, como mostra o seguinte depoimento:

[...] por todas as dificuldades enfrentadas, e que a gente sabe que elas sempre existiram, nós estamos conseguindo nos estabelecer como uma educação necessária para o desenvolvimento da região. As famílias de Laranjal do Jari, eu falo com muita propriedade, quando os alunos chegavam a terminar o terceiro ano do ensino médio acabava pra eles. 70 % desses alunos, eles não tinham ou não tem condições de ir pra capital continuar seus estudos. Os pais não tem como manter. Os pais trabalhando em Laranjal, não tem como manter o filho na capital. Os pais não podem vir pra capital, porque não tem emprego para eles. Eles já estão fixados aqui, eles moram aqui. Os que podem fazer isso, eles sofrem muito. Não é só a questão material, é a questão emocional, mesmo. Porque em Laranjal, é um outro ritmo. Eles estão numa outra dimensão, vamos dizer assim, do que a capital Macapá [...] Então

existe a ruptura emocional nas famílias. O instituto, ele vem. E hoje é que para as pessoas está caindo a ficha. Hoje elas estão começando a ter esse entendimento. Porque a região em si, ela é caracterizada por uma ocupação muito desordenada e outra coisa, existe um fluxo de ida e vinda nessa região muito grande (E4).

Portanto, a implantação uma unidade de educação profissional em Laranjal do Jari, torna-se necessária na medida em que os problemas estruturais são superados e o Câmpus Laranjal do Jari se consolida como uma instituição de referência no Vale do Jari. A partir dos dados apresentados com esse estudo, é possível evidenciar a importância da implantação do Instituto Federal em um município carência de infraestrutura e oportunidades educacionais, como forma de contribuir para o desenvolvimento local e regional. De tal modo, ratifico esse fato a partir do depoimento a seguir:

A presença do instituto em Laranjal do Jari, ele já modifica algumas situações, até hábitos mesmo, positivamente, porque o instituto não é só ensino, ele está hasteado na pesquisa, na extensão. Apesar de estar insipiente esse processo, mas você já consegue perceber que isso já vem mudando. Agora mais do que isso, é você oportunizar aquela comunidade, que até não tinha perspectiva de ter um curso técnico ou um curso superior, até pela dificuldade de se deslocar, do município do interior para a capital. É a oportunidade dele se fixar ali, de ter aquela oportunidade que se não fosse o IFAP eles não teriam essa oportunidade, principalmente a camada mais baixa da sociedade. A importância principalmente, quando você leva uma instituição dessa para o interior é justamente essa, é você oportunizar aquelas pessoas que muitas das vezes não tinham nenhuma expectativa/perspectiva de fazer um curso superior, de fazer um curso técnico, de estudar, em uma instituição de educação pública que é reconhecida em todo o território nacional pela qualidade dos serviços, e não é só o ensino, pela qualidade do serviço que se produz aqui na instituição (E8).

Assim como ocorreu em Laranjal do Jari, um dos principais entraves no processo de implantação do IFAP no município de Macapá foi a dificuldade em conseguir espaços alternativos que seja apropriado para o início das atividades de ensino. O uso dos espaços físicos provisórios era limitado, dificultando a ampliação na oferta de vagas.

A ausência de uma política de formação inicial para os primeiros servidores que ingressaram no IFAP e a falta de uma equipe maior para conduzir o processo de implantação, exigiu de cada integrante um esforço redobrado para atender as expectativas criadas para a implantação de uma instituição que é referência no território nacional. A experiência anterior dos docentes e técnicos administrativos em outras instituições, foi de extrema importância, mesmo que a maioria tivessem pouca atuação ou quase nenhuma experiência em cursos de educação profissional.

É compreensível, pois, que, nas relações estabelecidas entre os próprios sujeitos sociais e nas suas relações com a comunidade estudantil, eles reivindiquem melhorias para a instituição por parte da gestão do IFAP, mas procurem, ao mesmo tempo e a partir de suas próprias experiências pedagógicas, contribuir diretamente nas ações que se dão dentro do contexto escolar.

Mesmo com a mudança para o prédio definitivo, durante os primeiros anos de implantação do Câmpus Macapá, a distância foi o principal empecilho, bem como a falta de ônibus coletivo, segurança e iluminação pública. A ausência de atividades práticas nos laboratórios prejudicou o bom desempenho do curso, exigindo dos professores uma certa criatividade para não supervalorizar a teoria em detrimento da prática.

Quanto aos benefícios alcançados com implantação do Câmpus Macapá, destaco a própria oferta de cursos de educação profissional por uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional, que até então, não existia no Estado. O relato abaixo relata sobre a

necessidade de muitos amapaenses se deslocarem para outros estados da federação em busca de formação profissional:

[...] a contribuição do IFAP, principalmente culturalmente ela é muito grande, mas a gente tem que analisar principalmente hoje, profissionalmente [...] isso era um sonho de todo jovem amapaense, de estudar numa escola técnica federal, então o caminho que tinha para o jovem era Belém do Pará, estudar na Escola Técnica do Pará que hoje é Instituto Federal do Pará, buscar uma formação profissional, uma qualificação profissional, e voltar para o seu Estado para desenvolver a sua formação dentro do seu Estado. A carência de profissionais dentro do nosso Estado sempre foi muito grande, principalmente voltado para Mineração. E nós sabemos que nós tínhamos conhecimento que, e temos ainda, nossos profissionais são todos importados. Hoje esse percentual diminuiu muito, mas alguns anos atrás os nossos profissionais qualificados, técnicos, engenheiros, principalmente eles eram oriundos do sudeste, nordeste, sul [...] Hoje o IFAP já faz a diferença, já é uma instituição procurada principalmente pela comunidade estudantil, é uma instituição procurada como referência na formação profissional (E7).

Com a ampliação da oferta de vagas em vários níveis de ensino: ensino técnico de nível médio nas formas integrada e subsequente, ensino superior, pós-graduação, cursos de formação inicial e continuada, PROEJA e programas governamentais, o IFAP tornar-se mais visível no cenário amapaense, pois até então, era uma instituição desconhecida pela maioria da população.

Com o funcionamento do Câmpus Macapá, o cenário geográfico em torno do IFAP muda com construção de moradias, empreendimentos e aumento populacional. Assim, torna-se fundamental a articulação do IFAP durante o processo de implantação com os diversos segmentos da sociedade: associações, cooperativas, órgãos governamentais e não-governamentais e instituições privadas.

A oferta de cursos técnicos buscam atender a demanda da comunidade local considerando os aspectos econômicos e o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, como os cursos de Mineração, Edificações, Alimentos e Informática, escolhidos através das audiências públicas. Outro aspecto é a possibilidade de verticalização do ensino para os estudantes do IFAP e comunidade amapaense, com a oferta de cursos de Licenciatura em Informática, Licenciatura em Química, Tecnologia da Construção de Edifícios e Tecnologia de Redes de Computadores. Observem como pensam os entrevistados sobre o assunto:

[...] o IFAP vem contribuir principalmente na parte técnica, dessa mão de obra que é tão carente aqui no Estado. Se pensou muito em que cursos seriam ofertados tanto em audiências e observando o mercado. Nós observamos aqui que o Amapá ele exporta muito mão de obra e quando chega aqui, tudo de fora os profissionais, e as pessoas acabam não acreditando no seu próprio potencial. Então é uma instituição que vem contribuir, com essa formação de mão de obra e ajudar o mercado a crescer, levar o seu nome. Na mineração, por exemplo, não trazer só o pessoal do Pará, do Rio Grande do Norte. Hoje nós vamos formar a primeira turma de Mineração aqui no Estado, um exemplo, que não tem mineradores próprios do Estado do Amapá. Então a contribuição que eu vejo é dessa mão de obra de qualificar esses jovens que estão aí no mercado. Muitas vezes, sem qualificação em áreas com baixos salários (E5).

[...] o foco principal desse desenvolvimento aqui, é que o nosso aluno, ele não vai precisar mais sair do Estado do Amapá para estudar fora. Ele tem opções agora, pública de qualidade, pra fazer cursos bons aqui dentro. E detalhe, ele não precisa necessariamente fazer um curso superior, ainda que nós enfatizemos a importância dessa verticalização, mas ele pode ter sucesso tanto na vida profissional quanto na vida pessoal, fazendo um curso técnico. O mercado pode estar aberto pra ele, então

eu acho que é uma contribuição ímpar você fazer com que o povo daqui permaneça aqui. E assim, uma das coisas importantes, a possibilidade do IFAP interiorizar, de entrar em todos os municípios (E6).

[...] a cada ano que a gente faz um processo seletivo, a gente observa que a demanda ela multiplica, triplica. Então os jovens estão buscando a instituição em função de ela já ser uma referência, principalmente uma referência nacional. E a gente aqui no Estado do Amapá, também que ela seja uma referência. Que o Instituto Federal do Amapá seja uma referência não só local, seja uma referência também nacional. O Instituto Federal do Amapá já faz a diferença. Hoje já é uma realidade. Já está inserido na sociedade como uma instituição que já está trazendo bons resultados, já mostrou sua cara. Já mostrou qual objetivo dela, pra quê ela veio (E7).

[...] a implantação do instituto foi de grande importância para o Amapá, porque é um instituto de nível federal. A cem anos atrás, já existem estados que já possuem essa formação profissional dos adolescentes, adultos, e ter em Macapá, ter no Amapá, uma instituição de ensino que possibilite o ingresso ao mercado de trabalho, é de grande relevância para uma comunidade. Ainda mais os cursos que são ofertados, que é informática, redes de computadores, são cursos atuais, que tem carência no mercado de trabalho. Então, apropriou-se dessa necessidade da mão de obra local, como mineração. Aproveitou-se esses arranjos produtivos locais dentro do estado. Então, são cursos novos que a gente não conta no estado, principalmente, mineração (E9).

Por ser uma instituição de ensino superior, onde está hasteado no tripé: ensino, pesquisa e extensão, e não só isso, por ser uma instituição que verticaliza a educação profissional, desde a formação inicial e continuada de trabalhadores até a pós-graduação. E por ser uma instituição de educação, e nós temos a crença que a educação é a única ferramenta que tem como revolucionar e desenvolver, por ser a mola propulsora do desenvolvimento de fazer com que o cidadão mude suas atitudes, ele possa crescer como pessoa, e por ser uma instituição de educação profissional, onde essa instituição oportuniza você a ter uma profissão pra você se manter e manter a sua família, nós entendemos que ela é de fundamental importância. Eu acho que ainda é muito cedo para nós fazermos uma avaliação pelo que nós já fizemos até agora, mas como eu digo, nós ainda estamos em implantação e consolidando essa instituição. Eu não tenho dúvidas que o Instituto Federal do Amapá, ele trará para o desenvolvimento do Estado, ele permitirá com essa formação dessas pessoas que por aqui passam, ela contribuirá sim, para o desenvolvimento local e regional (E8).

É neste sentido, que os relatos mostram que o Instituto Federal do Amapá vem buscando desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. A perspectiva de atuação dos institutos federais, está no atendimento dos arranjos produtivos locais, na qual a medida governamental relaciona-se a uma distribuição dos câmpus fundada numa dinâmica que possibilite “ouvir e articular as demandas do território nos quais essas instituições estão inseridas, com suas possibilidades científicas e tecnológicas, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a construção da cidadania. (SILVA, 2009).

As falas a seguir, reforçam o papel do IFAP vem desempenhado ao longo desses anos de implantação e consolidação, enquanto instituição que promove a formação cidadã e profissional de jovens e adultos amapaenses, bem como, contribui para o desenvolvimento territorial e regional no Estado do Amapá:

[...] o Estado do Amapá passou 100 anos sem uma instituição desse porte. E em 5 anos o Instituto Federal já duplicou suas ações e eu vejo um pouco lá na frente, não

só duplicando. Eu vejo o Instituto Federal se multiplicando dentro do nosso Estado. E essa multiplicação, com certeza, só vai trazer benefício para o nosso Estado, para sociedade. Vai fortalecer a nossa cultura, a gente não pode esquecer do que é nosso. E enriquecer principalmente o nosso jovem. Eu acho que o Estado do Amapá precisava há muito tempo de uma instituição de porte como o Instituto Federal e hoje tem e já está colhendo frutos em função dessa implantação (E7).

Então eu não tenho dúvidas que a presença do instituto vai alancar o desenvolvimento social e econômico do nosso Estado. Assim, eu fico muito feliz até, não sou daqui, eu vim pra cá com essa missão. Nesse curto espaço de tempo eu acho que nós fizemos muito. Nós tivemos instituição que, temos que observar o tempo, cada um tem seu tempo. Mas de 2010 para 2013, nós temos aqui implantado curso de formação inicial e continuada, os cursos técnicos – integrado, subsequente, PROEJA, Programa Mulheres Mil, PRONATEC, cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura, curso de Pós-graduação. Nesse espaço temporal aí, realmente a gente cresceu muito e disso daí em não tenho dúvidas que nós temos aí sim, contribuído muito para o desenvolvimento local e regional, e certamente nacional. Eu não tenho dúvidas que isso aqui é apenas um embrião, nós temos nascendo agora. Eu não tenho dúvidas que o IFAP vai ser decisivo para a melhoria da qualidade de vida, a melhoria da economia desse nosso Estado. Estamos nascendo agora, daqui a 100 anos certamente haveremos de colhermos muito frutos no decorrer dessa nossa história (E8).

Para Silva (2009, p. 44), o desenvolvimento de processos educativos que levem a geração de trabalho e renda em prol do desenvolvimento local consolida a construção de uma proposta de formação que conduza o educando a novas possibilidades de ampliação de suas capacidades educativas e cognitivas.

Neste sentido, os Institutos Federais vem se moldando, se constituindo e se multiplicando a partir de ações de ampliação bastante aceleradas, buscando acompanhar o processo de expansão em todo o território brasileiro. Considero importante destacar, que foram muitos as dúvidas, discussões e diálogos em relação ao processo de implantação e expansão do IFAP, principalmente por ser uma experiência nova, ainda não instituída no Estado.

Outro contexto apresentado se refere à institucionalização do Programa de Assistência Estudantil no IFAP, uma vez que a questão socioeconômica é um aspecto que incide diferentemente no processo de socialização dos alunos que ingressam na Instituição. A falta de recursos financeiros para arcar com os custos da escolarização cria dificuldades de permanência desses alunos na Instituição e em determinados casos, a desistência ou retardo na conclusão do curso são inevitáveis. Através da Assistência Estudantil, o IFAP oferece apoio financeiro através de auxílio transporte, auxílio alimentação e auxílio uniforme, para os estudantes de baixa renda, além dos programas de bolsa estudantil, voltados para a pesquisa e extensão.

Destaco também, a preocupação com a formação profissional dos servidores do IFAP, a partir da oferta da Pós-graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnológica em nível de Especialização e a oferta de vagas para o Mestrado através de convênio entre IFAP e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), através do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA).

A carência na oferta de cursos de pós-graduação na área de educação é uma realidade presente no Estado do Amapá, o que remete a uma inquietação por parte dos profissionais da educação que buscam por iniciativa própria e arcando com recursos próprios, a oportunidade de fazerem um Curso de Mestrado ou Doutorado fora do estado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394/96 institui que a formação de docentes para atuarem na Educação Superior far-se-á em nível de pós-graduação,

prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. Como os estados da região norte são carentes de mestres e doutores, há uma certa urgência de qualificar estes profissionais para que os institutos federais possam compor um quadro mais estável de docentes, de forma a garantir uma maior segurança no planejamento da oferta dos cursos técnicos de nível médio e superior, não só para exigir tal titulação, mas porque a formação de profissionais que atuam na educação profissional é imprescindível.

Para Lüdke (2012), o curso de mestrado está sendo uma oportunidade cada vez mais acessível para o professor, pois, no Brasil, existem mais de 90 programas que atingem cifras importantes em termos de qualificação de professores de estados e municípios, tanto da rede pública quanto da particular.

No que refere-se a parceria da UFRRJ e o IFAP, essa relação se concretizou em 2012 quando se ofertou 30 vagas para os servidores do quadro efetivo que atuam nos dois câmpus: Macapá e Laranjal do Jari e na Reitoria. Esta oferta realizada através de edital específico proporcionou aos servidores a oportunidade de fazerem um Mestrado em uma instituição pública de grande prestígio, sendo que a metodologia do programa proporciona um cronograma de atividades que não afasta os servidores da instituição, por um longo período de tempo, como acontece com os demais programas de mestrados oferecidos pelas universidades dentro e fora do país.

O modelo apresentado pelo PPGEA a partir de uma concepção de educação agrícola se coloca como o lócus fundamental para o processo de desenvolvimento regional. Para isso, essa visão propõe a construção de um processo de resgate do patrimônio cultural, dentro de um novo conceito de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, a pesquisa científica tem como foco o desenvolvimento local e regional, a partir de um aprofundamento de conhecimentos específicos em que seus atores possam atuar, consultar, interpretar dados e traduzir seus anseios e necessidades. Assim, este sujeito estará interagindo e promovendo a construção de novos conhecimentos.

Para tanto, a proposta do PPGEA deixa isso evidente:

A interiorização do conhecimento, e a democratização do saber, chegando aos mais distantes e longínquos recantos de nosso país, fazem parte do projeto de fortalecimento e redefinição do papel das Escolas Agrícolas e das Universidades dentro do cenário da educação e da produção agrícola brasileira. O respeito a cultura regional, e o desenvolvimento do programa observando e atendendo as condições e as potencialidades de cada região são fatores imperativos dentro da proposta. (PPGEA, 2013).

O programa, neste sentido, supera as lacunas existentes entre os Institutos Federais, as universidades e as instituições de pesquisa. O incentivo à pesquisa advinda a partir da formação de profissionais em nível de pós-graduação *stricto sensu* vem contribuir para a superação de paradigmas que separam a prática docente e o desenvolvimento de pesquisa científica a partir de uma formação permanente e contínua.

Como afirma Lüdke (2012), a passagem pelo curso de mestrado deve ser visto como o caminho mais viável, em termos mais realistas, tanto para a formação de professores da educação básica e profissional como de pesquisadores. A formação do futuro pesquisador deve se iniciar nos cursos de graduação, como forma de estimular os talentos dos jovens estudantes, que mais adiante, serão amadurecidos nos cursos de mestrado e doutorado, e no trabalho em institutos de pesquisa, universidade e institutos federais.

Por fim, considero que as ações apresentadas aqui, com destaque na relação entre o Instituto Federal do Amapá e o desenvolvimento territorial, mostram a importância de garantir o direito à oferta de educação profissional e tecnológica, pública e qualidade, articuladas com outras forças sociais da região, no enfrentamento das desigualdades regionais e sociais.

“É neste sentido que os Institutos Federais constituem espaços fundamentais na construção dos caminhos visando o desenvolvimento local e regional” (PACHECO, 2010, p. 14), pois essa nova configuração, permite aos institutos a sua vinculação com a região em que está inserido, atendendo de forma mais efetiva as demandas da comunidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de fundamental importância que os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, promovam o desenvolvimento territorial, por meio de soluções educacionais de ensino, pesquisa e extensão, permitindo, de maneira efetiva, o acesso gratuito e de qualidade à educação profissional e tecnológica em todas as regiões do Brasil. Desta forma, estará rompendo barreiras para que se efetive uma aprendizagem eficaz e promovendo o desenvolvimento local e regional, quando se atende os arranjos produtivos locais.

Assim, a relação entre os institutos federais e o desenvolvimento local e regional a partir de seu território de abrangência fica evidentemente demonstrada, a partir da metodologia de identificação dos espaços territoriais alcançados com a chegada do Instituto Federal do Amapá.

É neste sentido que o presente estudo se propôs ao descrever o processo de implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal do Amapá, enquanto a primeira Instituição da Rede Federal de Educação Profissional instituída no espaço territorial amapaense.

É preciso reconhecer o importante papel desempenhado pelo Instituto Federal enquanto sistema de ensino público e gratuito na oferta de educação profissional e tecnológica. É a partir de sua institucionalização, que se reconhece a necessidade de abrir seu espaço educacional para o atendimento aos jovens e adultos, em diversos níveis de ensino, através de ações articuladas com outras instituições e setores empresariais, favorecendo o desenvolvimento regional, e conseqüentemente, oportunizando o ingresso no mundo do trabalho, de maneira justa e digna.

Os termos território e territorialidade têm sido abordados por diversos teóricos nas mais diversas áreas, e na atualidade, tem se destacado no cenário político e governamental, como conceitos essenciais para a promoção do desenvolvimento local e regional.

Após a pesquisa, constatou-se que os territórios da Cidadania têm uma relação direta com a inserção regional do IFAP, considerando as áreas geográficas de abrangência para a escolha dos novos câmpus. Neste sentido, é imprescindível que o IFAP tenha clareza dos limites geográficos e políticos de sua atuação, dos aspectos econômicos, sociais e culturais de cada região, e da definição dos cursos a serem ofertados a partir dos arranjos produtivos locais.

Nesta linha de pensamento, cabe a gestão do IFAP buscar o diálogo e a integração com os diversos atores envolvidos na busca de soluções para as questões regionais, promovendo ações efetivas de promoção ao desenvolvimento local e regional, considerando ao que propõe a própria legislação vigente e o seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Porém, essa preocupação em promover o diálogo permanente com os arranjos produtivos locais e o atendimento às demandas da comunidade, no âmbito de seu território, não pode se restringir às pessoas que estão atualmente na gestão da instituição. Ela precisa ser compartilhada com os diversos atores envolvidos: docentes, técnicos, alunos dos diversos níveis de formação e também, a comunidade regional.

A consolidação do IFAP enquanto instituição de referência na oferta de educação profissional e tecnológica de qualidade no estado do Amapá dependerá do envolvimento direto e da participação de todos os membros da comunidade, sejam internos ou externos à instituição. As parcerias com outros órgãos e instituições, para complementação da formação humana e profissional dos estudantes, através de estágios e intercâmbios, são imprescindíveis para atender os objetivos propostos pelos institutos quanto à qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho.

Para os câmpus Macapá e Laranjal do Jari, que já têm uma estrutura de funcionamento mais consolidada, a mudança de postura e paradigmas frente aos desafios impostos devem ser

objeto constantes reflexão e discussões, uma vez que a inserção de novos projetos e novas atribuições exigidas no processo de expansão do IFAP, como o aumento na demanda de vagas nos cursos técnicos e de graduação, a implantação de programas federais, e a qualificação permanente dos servidores, exige que suas ações sejam reformuladas e adequadas à realidade regional.

A oferta de cursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino precisa estar articulada com a vocação regional e as demandas trazidas pela comunidade. Porém, é necessário planejar com cautela a implantação de novos cursos, especialmente quando vinculados a uma nova área ou eixo tecnológico, verificando as potencialidades do município, a estrutura de laboratórios e equipamentos, bem como, a contratação de novos professores para atender essa nova demanda.

Como a implantação do IFAP é muito recente, e as políticas públicas precisam de um tempo para serem avaliadas precisamente, a pesquisa se propôs a registrar historicamente a caminhada percorrida pelo Instituto Federal do Amapá, destacando seus percalços e avanços no processo de inserção regional e desenvolvimento territorial.

O caminho a ser trilhado nos próximos anos, dependerá muito da ação política dos docentes, técnicos administrativos e discentes da instituição, bem como, a atuação de pesquisadores que investiguem criticamente o processo de consolidação e repercussão junto a comunidade local a partir da institucionalização do Instituto Federal do Amapá.

Não se pode negar, a importância de registrar e acompanhar o processo de expansão dos institutos federais, investigando se os novos cursos a serem implantados, são realmente necessários àquela comunidade, se a estrutura física está adequada, se existem laboratórios instalados e equipados e se os docentes estão preparados para atuar naquela realidade.

Ao resgatar historicamente a atuação do IFAP nos municípios de Macapá e Laranjal do Jari, durante a implantação de seus dois primeiros câmpus, me deparei com a dificuldade enfrentada pelos servidores ao desempenharem suas atividades em espaços físicos improvisados, sem uma infraestrutura adequada para a oferta de cursos a comunidade. Destaco aqui, a persistência e a responsabilidade que estes tiveram com a instituição, mesmo diante dos percalços enfrentados nos dois primeiros anos de implantação.

O investimento em ampliação e modernização de instalações e equipamentos, a qualificação de servidores e a otimização de recursos de gestão são fundamentais para garantir a oferta de ensino de qualidade e excelência no Instituto Federal do Amapá. A articulação entre os câmpus dentro do próprio instituto, e entre os diversos IFs, com a socialização e trocas de experiências, fortalece o trabalho em rede a consolidação dos institutos federais enquanto modelo de excelência na área educacional.

O IFAP, atualmente instalado em sua estrutura física própria, por mais que os desafios que se apresentem sejam diferentes, não se pode cometer os mesmos erros no processo de implantação dos novos câmpus, sem a existência de uma infraestrutura adequada para o início de suas atividades. Por mais que se tenha pressa em expandir a oferta da educação profissional para os demais municípios do Estado do Amapá, sua atuação deve ser de forma responsável, sem comprometer o bom desempenho do ensino.

Desde a Lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem se mostrado de forma acelerada, num contínuo processo de anúncios de novos câmpus, distribuídos nos mais diversos municípios do Brasil.

Acompanhar e investigar a atuação do IFAP e seu processo de interiorização nos municípios é uma tarefa fundamental para acompanhar os rumos da educação profissional no Brasil. É preciso saber como está se dando o processo de expansão, sua inserção regional e sua relação com a comunidade local.

A aprendizagem e experiência adquirida ao longo desse processo de investigação, em cada nova situação apresentada, mostra que este modelo institucional implantado não está

pronto nem acabado. Na medida em que o processo de constituição do IFAP vai se consolidando no estado do Amapá, novos desafios vão se apresentando, entre eles, a constituição de uma unidade institucional considerando as diferentes realidades regionais tão desiguais, principalmente em se tratando da implantação de novos câmpus.

Em contrapartida, quando esses desafios são superados, contribuem significativamente para o fortalecimento da instituição, qualificando-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino público gratuito, assumindo assim, o compromisso com a inclusão e justiça social, cidadania, preservação do meio ambiente, desenvolvimento regional, e principalmente, o fortalecimento da gestão democrática.

À equipe gestora do IFAP, cabe a difícil tarefa de conduzir a expansão do IFAP para os próximos anos de forma competente e responsável, pois são protagonistas de um processo histórico de transformação da educação profissional e tecnológica no Brasil.

Portanto, a pesquisa contribui no contexto social, ao apresentar algumas importantes questões sobre o processo histórico de atuação do IFAP no estado do Amapá, sua expansão e interiorização. Espero que este trabalho possa colaborar com subsídios para o desenvolvimento de pesquisas no campo da educação profissional e tecnológica no Brasil e do desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ, **Plano de Desenvolvimento Integrado Amapá Produtivo**. Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico. Macapá, 2005.

_____. Decreto nº 2454 de 28 de julho de 2008. Declara para fins de desapropriação o imóvel para a implantação do IFAP. Governo do Estado do Amapá – GEA, Amapá, 2008.

_____. Lei nº 1.381, de 13 de outubro de 2009. Autoriza a doação de área ao IFAP. Governo do Estado do Amapá – GEA, Amapá, 2009.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ARROYO, Mônica; SANTOS, Milton. **Globalização, regionalização: a proposta do Mercosul**. Caderno Técnico. 79 p. Brasília: SESI-DN, 1997.

BRASIL. Lei n. 6.545 de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 4 jul. 1978.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, de 05 de outubro de 1988, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de outubro de 1988.

_____. Lei n. 8.948, de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. **Diário Oficial da União**, 9 dez. 1994.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: Legislação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/LegisBasica.pdf>.

_____. Decreto Federal nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília, 2007a.

_____. Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007, e 12 de dezembro de 2007. Chamada pública de propostas para constituição dos Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Brasília, 2007b.

_____. Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Brasília, 2007c.

_____. Portaria n.º 116 de 31 de março de 2008. Resultado da Chamada Pública Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007, de 12 de dezembro de 2007. Brasília, 2008a.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008b.

_____. Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Brasília, 2011.

_____. Portaria nº 168 de 7 de março de 2013. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília, 2013.

BRONDÍZIO, Luciana Sonnewend. **Gestão de recursos pesqueiros no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá**. 2003. 161p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2003.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. In Revista Educar, Editora UFPR, Curitiba, n. 24, p. 213- 2014, 2004.

FREITAS JUNIOR, Vanderlei; SANCHEZ, Sandra Barros. **Identificação dos limites de abrangência institucional: uma abordagem sobre território e arranjos produtivos locais**. In: Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ). Ano II, nº 03/04, jan-dez 2011. P.37-67.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: Frigotto, G; *et al* (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. (Org.). **Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios**. Campos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2006.

GODOY, Arilda Schimidt. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. In Revista de Administração de Empresas, São Paulo, vol. 35, n. 3, p. 20-29, maio-jun 1995.

GOLSALVES, E. P., **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

GÜNTHER, Hartimut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão**. In Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, vol. 22n, p. 201-210, maio-ago 2006.

G100. Municípios Populosos com Baixa Receita per Capita e Alta Vulnerabilidade Social. Publicação da Frente Nacional de Prefeitos. (Março 2012). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2012. Disponível em <<http://www.encontrodesenvolvimento.fnp.org.br/index.php/publicacoes>>. Acesso em: 10 de jun. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010. Acesso em 01 de março de 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ap>.

LEFOSSE, M. Z. C. M., **Educação Profissional e Tecnológica: as interfaces dos Institutos Federais**. V EPEAL. Alagoas. 2010.

LÜDKE, M. *Et al.* **O mestrado como via de formação de professores da educação básica para a pesquisa.** Revista Brasileira de Pós-graduação (RBPG). Brasília, DF. V. 9, n. 16 p. 59-83, abril. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2007.

_____. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2010.

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE: razões, princípios e programas.** Brasília, 2007. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 02 de abril de 2014.

_____. **Apresentação da Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf>. Acesso: 20 maio. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sul do Amapá (PTDRS).** Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Macapá, 2006. Acesso em 31 de agosto de 2013. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio111.pdf

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sul do Amapá: Centro Oeste do Amapá.** Programa Integrado de Ações Sócioambientais da Amazônia Oriental. Macapá: Parceiro, 2011a.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Extremo Norte do Amapá.** Programa Integrado de Ações Sócioambientais da Amazônia Oriental. Macapá: Parceiro, 2011b.

MOLINA, M. C., (org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MORAIS, P. D. **Amapá em perspectiva: municípios do Amapá.** Macapá: JM Editora Gráfica, 2011.

MORAIS, P. D.;MORAIS, J.D. **Geografia do Amapá.** Macapá: JM Editora Gráfica, 2011.

MOURA, Emanuel Alves de. **Inserção dos Institutos Federais e o desenvolvimento local: um estudo de caso em Laranjal do Jari – AP.** 2010. 51f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Seropédica-RJ, 2010.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa**: características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, vol. 1, n. 3, 5 pág, 2º sem 1996.

OLIVEIRA, R.(Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional**: políticas públicas em debate. São Paulo: Papirus, 2012.

OTRANTO, Célia R., **Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. In: Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ). Ano I, nº 1, jan-jun 2010. P.89-110.

_____. **A política de educação profissional do Governo Lula**. Trabalho aprovado para apresentação na 34ª Reunião da ANPED, Natal: RN, 2011.

PACHECO, E., **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica, 2010.

PERROTA, Cláudia. **Um texto para chamar de seu**: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Macapá – AP, 2012.

PPGEA. **Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola**. Serópedica-RJ, 2010. Disponível em: < http://www.ia.ufrj.br/ppgea/rot_01.htm > Acesso em: 01 maio 2013.

RAMALHO, Marialva et al. **O saber científico**: a (re/des) construção de conhecimento. Faculdade de Macapá – FAMAP, Macapá-AP, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 23ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SILVA, C. J. R. (org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal, RN: IFRN, 2009.

WANDERLEY, R.G. **Educação profissional no Brasil e seu sistema institucional-legal**: concepções e reflexões. Revista E.T.C. Educação, Tecnologia e Cultura. Ano 7, Nº 06, jan/dez. 2009, Salvador: IFBA, 2009.

ANEXOS

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(de acordo com as Normas da Resolução nº 196, do Conselho Nacional de Saúde de 10 de outubro de 1996).

Você está sendo convidado para participar da Pesquisa “Educação Profissional e Desenvolvimento Territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá”. Você foi selecionado para responder à entrevista semiestruturada e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador (a) e nem com qualquer setor desta Instituição.

O objetivo deste estudo é caracterizar o processo de implantação do Instituto do Instituto Federal do Amapá.

Não há riscos relacionados com a sua participação nesta pesquisa.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Sua colaboração é importante para se conhecer o processo de implantação e expansão da referida instituição de ensino. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar sua identificação. Os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos.

Participar desta pesquisa não implicará nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Assinatura do pesquisador

Instituição Instituto de Agronomia / Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRuralRJ.

Tel: 21- 37873741

Nome do pesquisador: Pedro Clei Sanches Macedo

Tel: 96- 9153-4286; 96 8125-5845;

e-mail: pedro.macedo@ifap.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa

Data ____/____/____

APÊNDICE

Apêndice A - Roteiro de entrevista semiestruturada

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dissertação em: Educação Profissional e Desenvolvimento Territorial: a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP

Mestrando: Pedro Clei Sanches Macedo – PPGEA – UFRRJ – Turma 2013-2

Data:

I – PERGUNTAS

1. Comente sobre a implantação do Instituto Federal do Amapá, em especial o câmpus em que você atua (Câmpus Laranjal do Jari /Câmpus Macapá)?
2. Antes da mudança para prédio definitivo de seu câmpus, como ocorreu o funcionamento dos primeiros cursos ofertados pelo IFAP?
3. Como você acompanhou o processo de instalação do IFAP para sua nova estrutura física, considerando suas vantagens e desvantagens?
4. Na sua opinião, os cursos escolhidos pelo IFAP no seu processo de implantação atendem as demandas da comunidade considerando os arranjos produtivos locais?
5. Na sua opinião, qual a contribuição do IFAP para o desenvolvimento local e regional?
6. Quais as principais dificuldades encontradas para a implantação do Instituto Federal do Amapá?
7. Qual a perspectiva de expansão do Instituto Federal do Amapá para os próximos quatro anos?